

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE O
CRESCIMENTO DA ECONOMIA DE CABO VERDE

SÓNIA MARIA FONSECA PEREIRA

SÓNIA MARIA FONSECA PEREIRA

**IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE O
CRESCIMENTO DA ECONOMIA DE CABO VERDE**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Pernambuco,
como último requisito para obtenção do
grau de mestre em Economia.**

PROF. DR. ÁLVARO BARRANTES HIDALGO

Orientador

Recife

Abril/2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
DO MESTRADO EM ECONOMIA DE**

SÓNIA MARIA FONSECA PEREIRA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata Sónia Maria Fonseca Pereira **APROVADA**.

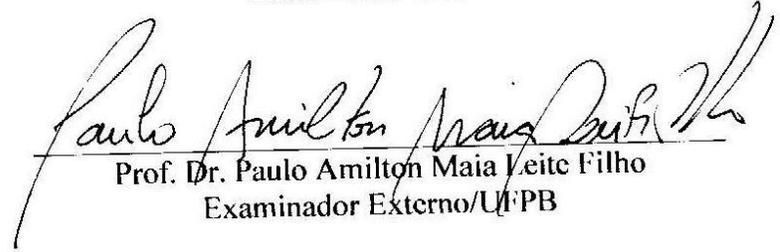
Recife, 25/12/2005



Prof. Dr. Alvaro Barrantes Hidalgo
Orientador



Prof. Dr. Tiago Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti
Examinador Interno



Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
Examinador Externo/UFPB

**Dedico este trabalho a minha família e principalmente a minha mãe
Zulmira Paulina Fonseca Pereira.**

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos eu devo a Deus, aos meus familiares, aos meus colegas André Moraes, Cristiane Mesquita, Marinalva Maciel, Monaliza Ferreira, Otávio Miranda e Sonia Rebouças. Aos professores, Tiago Cavalcanti, Samuel Pessoa, Jocildo Bezerra e Ricardo Chaves e ao meu orientador Álvaro Hidalgo pelo apoio dedicação e carinho.

Expresso também meus maiores agradecimentos e profundo respeito a CNPq, ao PIMES – DECON – UFPE, aos seus professores e funcionários e à Universidade Federal de Pernambuco pelo acolhimento e tratamento exemplar que tem dado aos estudantes africanos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar os efeitos do comércio externo sobre o produto da economia de Cabo Verde para o período entre 1960-2000. Partindo-se da apresentação dos aspectos sócio-econômicos dessa economia e utilizando os dados coletados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo verde (INE) e pelo Banco de Cabo Verde (BCV) e disponibilizados pela Penn World Table, versão 6.1 realiza-se a decomposição da taxa de crescimento do produto, objetivando analisar a evolução da produtividade total dos fatores (PTF), posteriormente usada para averiguar a relação existente entre abertura econômica e PTF. Com base na metodologia de Vetores Auto-Regressivos (VAR), procede-se à análise da relação direta que existe entre a abertura econômica e o nível do produto, para economia caboverdiana, para o período entre 1970-2000. E finalmente, a título de conclusão, faz-se uma breve apresentação dos principais resultados, obtidos nos testes da relação entre abertura e crescimento, realizados neste trabalho para a economia de Cabo Verde. Os resultados encontrados para a economia caboverdiana, mostram que o crescimento econômico parece ter sido eminentemente fruto do aumento da produtividade total dos fatores. Este trabalho também permite observar que a economia caboverdiana apresenta um coeficiente de abertura elevado e uma estrutura econômica pouco diversificada, características que a classificam como sendo uma economia fragilizada que precisa aproveitar as oportunidades de crescimento que oferece o comércio internacional. Apesar, da importância que o comércio exterior tem para a economia caboverdiana, a aplicação da técnica de co-integração, mostrou que, não há uma tendência comum de longo prazo entre as variáveis, Produto Interno Bruto (PIB) e abertura econômica para os dados de Cabo Verde.

ABSTRACT

This thesis investigates the effects of external trade on output for the Cape Verdian economy from 1960 to 2000. First, it presents the socio-economic aspects of Cape Verde. Next, it decomposes the ratio of output growth to analyze the evolution of Total Factor Productivity (PTF). Finally, it uses Vector Auto Regressive (VAR) methodology to investigate the connection between trade openness and output. The results show that economic growth in Cape Verde was mainly driven by total factor productivity. However, it shows, using Co-integration technique that there is not a common trend between Gross Domestic Product and Trade Openness in Cape Verde. The data came from Instituto Nacional de Estatística de Cabo verde (INE) and from Banco de Cabo Verde (BCV) and Instituto Nacional de Estatística de Cabo verde (INE) e pelo Banco de Cabo Verde (BCV) available in the Penn World Table, version 6.1. This work also allows observing Cape Verde economy is characterized by a high opening coefficient and a not very diversified economic structure; those features imply that an economy that needs to maintain relationships with the external market. In spite, of the importance that has for the Cape Verde economy to the external trade, the application of the co-integration technique seems to show that; there is not a long run common trend between the variables, Gross Domestic Product (GDP) and Trade Opening for the data of Cape Verde.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA, DESCOBERTA E POVOAMENTO	10
2.1 Geografia	10
2.2 Descoberta e Povoamento	11
CAPÍTULO 3: ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DE CABO VERDE	27
3.1 Recursos Naturais e Humanos.....	27
3.1.1 Recursos Naturais.....	27
3.1.2 Recursos Humanos	28
3.2 Indicadores Econômicos.....	34
3.3 O Setor Externo	36
3.3.1 Estrutura e Desempenho do Comércio.....	36
3.3.2 As Relações Comerciais de Cabo Verde.....	46
CAPÍTULO 4: ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
4.1 Importância das Exportações e da Abertura Econômica para o Crescimento: Revisão da Literatura	52
4.2 Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Caboverdiana: Análise Descritiva	59
4.2.1 Aplicação do Modelo Neoclássico de Crescimento	59
4.2.1.1 Função de Produção	60
4.2.1.2 Construção dos Estoques de Capital Humano (Educação) e Físico.....	61
4.2.1.3 Decomposição Logarítmica do Crescimento.....	62
4.2.2 Dados Utilizados na Decomposição da Taxa de Crescimento	63
4.2.2.1 Calibragem	64
4.2.3 Análise dos Resultados para Cabo Verde	64
4.2.4 Comparações Internacionais	71
4.3 Aplicação do Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)	73
4.4 Metodologia dos Vetores Auto-Regressivos (VAR).....	74
4.4.1 Introdução ao Modelo VAR.....	75
4.4.2 Evidência Empírica Utilizando o Modelo VAR.....	76
4.4.3 Resultados	76
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES.....	88
APÊNDICE	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Diversos estudos apontam para os efeitos do comércio sobre o crescimento e desenvolvimento de um país¹. A importância do comércio é maior ainda por causa do fenômeno da globalização, que é um processo que disponibiliza novas oportunidades de mercado, de aquisição de tecnologia e de novas idéias, aspectos que contribuem para o aumento da produtividade e, com isso, para o crescimento.

Já no século XVIII e início do século XIX alguns economistas, principalmente Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus², formularam conceitos e teorias que tratavam da importância do comércio exterior para um determinado país.

Esses economistas enfatizavam as possibilidades de aquisição de mercadorias e superação das limitações à produção através da ampliação dos mercados para o escoamento dos produtos. Por outro lado, a participação dos países no comércio era guiada pelas vantagens comparativas que se manifestavam a partir das dotações de recursos e dos preços relativos dos fatores.

Mais recentemente, e com a evolução do pensamento econômico e o desenvolvimento de novas técnicas analíticas, a preocupação não se volta para o produto em si e as dimensões de mercado, nos termos em que previam os clássicos, para dar lugar às oportunidades que o comércio oferece em termos de difusão do conhecimento. Ou seja, a idéia de que quando se adquire uma determinada mercadoria ela traz consigo tecnologia, seja ela produto, seja ela insumo.

Portanto, os clássicos entendiam a abertura econômica como ferramenta de crescimento, pela ampliação dos mercados, enquanto que os modelos modernos, vêem o impacto da abertura econômica em termos, tanto das oportunidades em relação a novos mercados (beneficiando os exportadores), quanto dos efeitos que a competição proporciona, incentivando a inovação e a melhoria na alocação dos recursos, que permitem aumentos na produtividade total dos fatores (ou seja, também ocorrem ganhos para os importadores, desde que sejam produtores).

Contudo, foi constatada em uma fase da história, uma preocupação maior na criação de um setor industrial forte, cujo caminho passaria pela proteção da indústria nascente ao comércio internacional. A esse processo deu-se o nome de Substituição de Importação, mas ao final dos anos 1980, viu-se na verdade, que esse processo não gerou os resultados esperados.

¹ Esses autores serão retratados posteriormente na revisão da literatura.

² Ver ROSSETTI (1990), SMITH (1974), MALTHUS (1986) e RICARDO (1986).

Após a segunda guerra mundial e até os anos de 1970, muitos países tinham como meta para o desenvolvimento a melhoria da renda e do nível de vida das pessoas a partir da industrialização via substituição das importações.

Procurava-se com tal procedimento, a limitação das importações de bens manufaturados de forma a permitir o surgimento de um setor industrial doméstico capaz de atender as necessidades do mercado interno.

O argumento da indústria nascente, ou seja, os países menos desenvolvidos tinham uma vantagem em potencial em relação à indústria manufatureira, mas o sucesso seria afetado pela competição das indústrias já instaladas nos países desenvolvidos, serviu de pano de fundo para justificar a necessidade de proteção das mesmas.

Acreditava-se que a economia mundial estava estruturada contra novos participantes, que as vantagens estabelecidas pelas nações industrializadas eram muito grandes para serem superadas pelas novas economias.

Os governos, portanto, dariam proteção através de mecanismos como as tarifas, as quotas, etc. Esse procedimento foi utilizado para fins de industrialização por países, que são hoje as três maiores economias do mundo, Estados Unidos da América, Alemanha e Japão.

Apesar da idéia ter sido bastante aceita, ela possui alguns problemas. Nem sempre é conveniente tentar atuar hoje em indústrias que terão vantagem comparativa no futuro e ainda, a proteção às manufaturas não trazem benefícios, a não ser que ajude a tornar mais competitiva a indústria, KRUGMAN (2001).

Contudo, muitos acreditam que existem falhas de mercado tais como: mercados de capitais imperfeitos e o problema de apropriabilidade (a idéia é de que as novas empresas geram benefícios que não são compensados, como por exemplo, custos iniciais de adaptação da tecnologia a circunstâncias locais), que requerem uma postura protecionista em relação ao mercado internacional.

A aplicabilidade desse argumento é afetada pelo problema referente à identificação da indústria específica que precisa ser protegida e até quando ela deve ser mantida, precisamente pela constatação de casos onde as indústrias nascentes, que eram beneficiadas por mecanismos de proteção, não cresceram e permaneceram dependentes dela (a proteção).

Entretanto, a substituição de importações, não mostrou nenhum sinal de progresso em relação aos países mais avançados. O argumento da indústria nascente, não era válido

universalmente e constatou-se também, que o insucesso, não só estava atrelado à falta de experiência, mas também à falta de mão-de-obra qualificada, empreendedores, competência gerencial, etc.

Devido à falta de sucesso em termos de resultados do processo de industrialização via substituição de importação, o estudo foi direcionado aos custos das políticas utilizadas para promover a indústria:

“(...) Nessa questão, o corpo do delito crescente mostra que as políticas protecionistas de muitos países menos desenvolvidos têm distorcido perversamente os incentivos. Parte do problema está no fato de que muitos países têm utilizado métodos excessivamente complexos para promover suas indústrias nascentes.”, (KRUGMAN, p. 268).

Concomitantemente, outros estudiosos alertaram para os problemas do desemprego e desigualdade de renda que aumentaram e constataram um crescimento maior por parte das economias que tiveram uma postura um pouco mais voltada para o comércio exterior.

Portanto, a partir de uma certa fase da história, os pesquisadores passaram a acreditar que havia outro caminho possível para a industrialização e desenvolvimento da economia, por meio de uma política orientada para exportação, promovendo-se assim, o comércio entre nações.

De acordo com essa visão, a expansão das exportações faz com que, a produtividade dos fatores de produção aumente e com isso o crescimento econômico. Todas essas mudanças são derivadas de um uso mais eficiente dos recursos, adoção da inovação tecnológica como consequência da competição, grandes ganhos de escala decorrentes de mercados internacionais maiores.

O Banco Mundial foi um dos defensores da estratégia de desenvolvimento voltado para o exterior, desmistificando a preocupação de muitos quanto à dependência excessiva de um país ao comércio externo.

Na Ásia temos alguns exemplos de países que tiveram um bom desempenho, as chamadas Economias de Alto Desempenho da Ásia (EADAs), que alcançaram um crescimento espetacular de mais de 10 % a. a., em alguns casos e que ficou conhecido como o “Milagre do Leste Asiático”. Para alguns estudiosos, o sucesso das economias asiáticas foi baseado na política

comercial relativamente livre e de uma política não intervencionista por parte do governo, mas a evidência histórica não foi tão forte nesse sentido, apesar de haver uma grande correlação entre o rápido crescimento em exportações e o rápido crescimento econômico. Para outros, e mais recentemente, o bom desempenho das economias asiáticas é justificável pelas altas taxas de poupança (maior capacidade para financiamento dos seus investimentos) e a educação pública de qualidade.

A definição do Banco Mundial para as EADAs é composta por três grupos: primeiro o Japão, em que o milagre econômico acontece logo após a segunda guerra mundial; os Tigres Asiáticos, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura, nos anos 1960 e no final dos anos 1970 e 1980, esse rápido crescimento se fez sentir na Malásia, Tailândia, Indonésia e mais visível na China.

Apesar do sucesso dessas economias, elas não são consideradas livres comercialmente, embora suas restrições sejam bem menores do que os países que adotaram a outra forma de industrialização. Contudo, os estudos realizados para esses países, apontam para uma alta correlação positiva entre o rápido crescimento das exportações e o rápido crescimento econômico.

Uma das medidas utilizadas para medir o grau de relacionamento de um país com o exterior é o coeficiente de abertura. Em relação aos países acima mencionados, esse coeficiente atinge níveis significantes, por exemplo, Hong Kong apresentava um grau de abertura de 0,99 em 1970 e em 2000 a soma das exportações e importações como proporção do PIB é de 3,09 para a Coreia do Sul, essa cifra era de 0,15 em 1970 e 0,86 em 2000; para Tailândia o valor desse índice correspondia a 0,43 em 1970 e passou a representar em 2000, 1,01 e finalmente, para a China, esse medida era de apenas 0,06 em 1970 atingindo em 2000 o valor de 0,53³.

Em Cabo Verde, a preocupação com o desenvolvimento e com a melhoria dos indicadores sócio-econômicos, só teve início a partir de 1982, com o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Não há nesse plano, por parte do governo, uma postura clara em relação ao processo a ser adotado de forma a atingir a industrialização, já que a preocupação era de eliminar as seqüelas do colonialismo e promover algumas reformas necessárias que servissem como ponto de partida para qualquer política que pudesse vir a ser implementada.

³ Esses dados encontram-se disponibilizados no banco de dados da Penn World Table, versão 6.1.

A partir do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), período entre 1986 e 1990, surge uma preocupação maior do governo em substituir parcialmente o crescimento induzido pelas transferências externas, por uma postura de maior ênfase ao crescimento interno (crescimento da base produtiva – agricultura, pecuária e pesca, sem uma atenção explícita ao setor manufatureiro – e incentivo a uma outra fonte importante de renda do país, o turismo).

A experiência caboverdiana em termos coloniais e a simpatia pelo sistema socialista/marxista após a independência (1975), que culminou com 15 anos de partido único, marcaram uma realidade onde o estatismo foi muito forte.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento em Cabo Verde começa muito tardiamente, é só a partir da década de 1990 é que se iniciam as primeiras privatizações e a chegada da competitividade estrangeira a partir de um processo de abertura econômica.

Dos anos de 1990, até a presente data, a soma das exportações mais as importações como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) tem crescido, o coeficiente de abertura, é de 66,94% em média para o período entre 1970 e 2000, apesar dessa economia nunca ter sido considerada fechada ao sistema de comércio internacional, até pela sua postura geográfica (no cruzamento entre os continentes, Europeu, Americano e Africano) e pelo papel que teve na história dos descobrimentos (como elo de ligação entre os continentes, etc). O coeficiente de abertura cresceu muito ao longo desse período, chegou a representar 111,08% do PIB em 1984, apesar dos aumentos significativos terem sido registrados nas importações, acompanhados de um comportamento nada satisfatório das exportações.

Cabo Verde, não apresentou e nem tem apresentado diligências no sentido de desenvolver áreas fortes que incentivem as exportações. Não há esforços (até pela limitação dos recursos, tanto financeiros quanto naturais), no que diz respeito ao fortalecimento do setor de bens manufaturados e nem o desenvolvimento de novos produtos, a partir de bens primários exportados de forma a diversificar a pauta exportadora, aspectos que agregariam valor e fariam com que, o setor externo, visto por essa ótica, contribuísse percentualmente mais para o PIB.

Não obstante, o país procura através de acordos de cooperação e de integração com outros países se manter vivo no cenário externo. Cabo Verde faz parte da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), constituída pela República do Benin, Burkina Faso, República de Cabo verde, República da Costa do Marfim, República da Gâmbia, República do Gana, República da Guiné, República da Guiné Bissau, República da Libéria, República do Mali,

, República Islâmica da Mauritânia, República Federal da Nigéria, República do Senegal, República da Serra Leoa, República do Togo, uma integração de países pobres que enfrentam muitas dificuldades (instabilidade política, conflitos armados, educação precária, fraca capacidade em infraestrutura, PIB *per capita* baixo, etc.), que impedem que avanços sejam alcançados a níveis de integração. Por isso, acredita-se que a integração econômica nem atingiu propriamente o primeiro estágio, ou seja, de uma zona de livre comércio, onde os membros abolem as restrições quantitativas entre os países membros, mas cada país mantém a suas próprias pautas em relação aos demais países (os não membros).

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos do comércio externo sobre a taxa de crescimento e o nível do produto, da economia de Cabo Verde, no período entre 1960-2000. No que se refere à taxa de crescimento, testa-se a relação estatística entre a produtividade total dos fatores e o coeficiente de abertura ao exterior, definido como a razão, exportações mais importações sobre o produto, e no que concerne ao nível do produto, utiliza-se a metodologia de Vetores Auto-Regressivos para analisar a relação entre o coeficiente de abertura e o nível do produto, visando identificar a possibilidade de existência de uma tendência comum de longo prazo entre as duas variáveis.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro e o último, referentes à introdução e às conclusões. Nos capítulos 2 e 3, apresenta-se a formação econômica e social de Cabo Verde, realizando-se um apanhado histórico, político e social do país, apontando a estrutura do setor exportador e avaliando o seu desempenho, bem como as possibilidades de crescimento tendo como base o setor exportador.

No capítulo seguinte, discutem-se os aspectos metodológicos que norteiam essa pesquisa, entre eles: a revisão da literatura sobre a importância das exportações e da abertura econômica para o crescimento, avaliação da evolução da produtividade total dos fatores, a aplicação do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e por fim, a utilização da metodologia de Vetores Auto-Regressivos (VAR).

A revisão da literatura, sobre abertura comercial e crescimento, permite constatar que existe uma relação positiva entre a abertura e o crescimento econômico, e a produtividade total dos fatores (PTF) é uma das vias pelas quais a abertura econômica afeta o crescimento. Portanto, justifica-se a necessidade em se proceder a análise da PTF ao longo do tempo para a economia caboverdiana, para o período entre 1960-2000. Para realização desta tarefa, este trabalho segue

um número considerável de estudos que utiliza a função de produção neoclássica para fazer a decomposição da taxa de crescimento⁴, cuja técnica requer a divisão da função de produção em quatro partes: a elevação da fronteira tecnológica, a elevação da relação capital-trabalho, a elevação dos anos médios de escolaridade e o componente residual da produtividade, que é a variável de interesse.

Partindo da constatação de diversos autores, no que diz respeito à relação entre PTF e abertura econômica, procede-se a estimação de uma equação, que procura ratificar a veracidade desses argumentos para a economia cabo-verdiana, usando a técnica de MQO.

Em seguida, investiga-se com o uso da metodologia de Vetores Auto-Regressivos (VAR) a relação direta que existe entre a abertura econômica e o nível do produto, para economia cabo-verdiana, no período entre 1970-2000⁵.

E finalmente, a título de conclusão, faz-se uma breve exposição dos principais resultados, obtidos nos testes da relação entre abertura e crescimento, realizados neste trabalho para a economia de Cabo Verde.

⁴ Ver autores como GOMES, PESSÓA e VELOSO (2003), WOLFF (1991), PRESCOTT (2002), etc.

⁵ Para a aplicação dessa metodologia apenas estavam disponíveis dados para esse período.

CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA, DESCOBERTA E POVOAMENTO

Pretende-se com este capítulo apresentar os aspectos referentes à geografia, ao descobrimento e ao povoamento que foram determinantes à estrutura atual, da economia e da sociedade caboverdiana. O capítulo justifica-se pela necessidade em proporcionar um conhecimento das características que foram cruciais para a formação da base produtiva do país e das exigências pelas quais o país passa, recorrente da sua fraca dotação de recursos.

Este capítulo divide-se em duas seções, uma que aborda os aspectos geográficos salientando-se a importância que a localização do país tem para o comércio, e a outra, que apresenta a forma pela qual foram levados a cabo, a descoberta e o povoamento, e de que maneira, o tipo de procedimento utilizado, influenciou a postura da economia em relação ao comércio exterior.

2.1 Geografia

Situado na costa ocidental africana, o arquipélago de Cabo Verde é formado por dez ilhas (nove habitadas) e oito ilhéus de origem vulcânica.

As ilhas são distribuídas em dois grupos, de acordo com os ventos. O Barlavento é composto por seis ilhas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, o Sotavento por quatro ilhas: Santiago, Maio, Fogo e Brava. Essas ilhas encontram-se distantes umas das outras, o que sugere, de imediato, a existência de problemas de comunicação. Por exemplo, Santiago que pertence ao grupo Sotavento e São Vicente ao Barlavento ficam a 160 milhas marítimas⁶.

Localizado no Oceano Atlântico, o arquipélago possui 4033 Km² de extensão e ocupa uma posição privilegiada, no cruzamento dos continentes africano, americano e europeu, que lhe conferiu uma importância histórica muito grande (linhas aéreas e marítimas).

Em relação a algumas cidades mais importantes do mundo, Cabo Verde, fica situada a 626 Km² de Dakar (Senegal), a cidade do continente africano mais próxima; a 2795 Km² de Lisboa (Portugal); a 2759 Km² de Natal (Brasil). Ainda no que diz respeito a grandes centros econômicos, como Frankfurt (Alemanha), Londres (Inglaterra), Nova York (Estados Unidos da América), a distância é de 4653, 4336 e 5544 Km², respectivamente.

⁶ Ministério da Infraestrutura e Transporte (1992).

Por se situar na costa ocidental africana, Cabo Verde, é afetado pela região do Sahel⁷, que lhe confere regimes pluviométricos extremamente irregulares e território dos tipos árido e semi-árido.

O arquipélago possui apenas duas estações, a seca, que se prolonga de novembro a junho, e a chuvosa entre julho e outubro, cujas temperaturas variam entre 22° e 30° C.

A estiagem que é prolongada já causou a morte de mais de 200 mil pessoas (quase metade da população), desde o início do século passado, segundo dados do Banco Mundial.

2.2 Descoberta e Povoamento

Cabo verde foi descoberto em 1460 por António de Noli e Diogo Gomes, navegadores portugueses que motivados pelo desejo de expandir o poder político de Portugal deram lugar às grandes viagens marítimas.

Historicamente, o arquipélago era desabitado quando do seu descobrimento, tendo sido iniciado, portanto, entre 1461 e 1462. Na verdade, deu-se mais efetivamente em 1466, quando D. Fernando concedeu a Carta Orgânica das ilhas, que atribuía aos senhores portugueses instalados em Cabo Verde o direito de explorar o comércio de tráfico de escravos, ANDRADE (1996) *apud* MENDES (1998).

Assim, começou o processo de colonização com a chegada dos primeiros escravos, tanto para a realização do trabalho braçal (cultivo, pecuária, etc.), como também para serem vendidos para Europa, Américas e Antilhas, DAVIDSON *apud* MENDES (1998).

Do mesmo modo, chegavam espanhóis, franceses, ingleses e holandeses que deram lugar a uma população mestiça, “crioula” caboverdiana, ANDRADE *apud* MENDES (1998).

Devido à descontinuidade do território, o povoamento teve suas peculiaridades, tanto nas raças, quanto no que diz respeito ao sistema de produção implementado (latifúndios, minifúndios, etc.), conferindo às ilhas características diferenciadas, até mesmo nos papéis que cada uma representaria no cenário caboverdiano (umas de vocação agrícola, outras de serviços públicos e outras de serviços portuários e aeroportuários).

Algumas culturas como o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz, o algodão, etc., foram introduzidos no país visando produtos que tivessem um valor de troca a nível mundial.

⁷ Região afetada pelo avanço da desertificação.

Dada a escassez de recursos preciosos em Cabo Verde, os portugueses interessados apenas em obter riquezas, davam maior importância ao comércio com a Índia. Devido à concorrência de outros países colonizadores (Espanha, Holanda, etc.), Portugal viu-se obrigado a ocupar as suas colônias tanto na África, América e no Oriente, onde encontraram grande fonte de mão-de-obra escrava.

Apesar da escassez de recursos, a Coroa Portuguesa começou a conceder algumas facilidades, como exclusividade de áreas da costa africana para o comércio; contratos de arrendamento beneficiando muitos mercadores das ilhas; doações e concessão de propriedades para agricultura de exportação, que permitiram o enriquecimento do país.

Portanto, a Nação começa a sua relação de livre comércio com o resto do mundo fazendo o papel de entreposto entre África, Europa e América. Ressalta-se que o comércio de escravos contribuiu sobremaneira para dinamização da economia local tanto em relação à agricultura como a pecuária, apesar das condições climáticas adversas. Concomitantemente, surgem as grandes propriedades rústicas que cultivavam essencialmente produtos para exportação (algodão, anil, tabaco, cana-de-açúcar, cavalos).

Apesar de incipiente, alguns resquícios de indústria davam os seus primeiros passos, como a produção de açúcar, mel e aguardente, ANDRADE *apud* MENDES (1998.). Ainda nesse século, aparecem os primeiros teares em Cabo Verde, dando espaço para o surgimento de manufaturas, produção de panos de algodão de várias cores e texturas, que permitiram o aparecimento das tinturarias, curtumes, as primeiras obras de cerâmica, a produção do sabão (inclusive para a exportação), etc.

Como a produção desses bens primários não era exclusivo, várias colônias também produziam e o preço reduzia-se, o que provocava uma queda no crescimento e florescimento da economia local, onde grande parte era explicada pela localização privilegiada.

Com a crise, que se deu em parte, pela abolição da escravatura e parte pela própria perda de importância à medida que os produtos da colônia perdiam valor em consequência da grande produção, Cabo Verde foi perdendo a sua expressividade em termos de colônia em vias de desenvolvimento.

Ademais, a Carta Régia de 1466 deixou de ter validade, já que os interesses da coroa eram outros. A coroa passou o direito de comercialização aos arrendatários, pois estes pagavam impostos, dízimos, os quais os moradores das ilhas estavam isentos.

Devido a alguns contratemplos entre Portugal e Espanha foram promulgadas algumas restrições que impediram Cabo Verde de exportar e importar produtos. Essa situação teve como resultado o progressivo empobrecimento que levou a grande fome de 1610.

Nesse período de crise, os navegadores holandeses lançaram-se ao comércio marítimo e passaram a comprar diretamente na fonte as suas mercadorias, MENEZES (1996) *apud* MENDES (1998).

Seguindo os holandeses, estavam os ingleses e os franceses, que também embarcaram na aventura de conquistar novas terras, novas colônias, que pudessem satisfazer às suas necessidades em termos de mercadorias e de mão-de-obra.

Com a concorrência por parte de outros países, Portugal, foi perdendo a sua expressividade e sua força e conseqüentemente Cabo Verde pela sua própria natureza, a de colônia.

A situação desse país torna-se mais difícil com a criação de companhias de comércio em certos países africanos como Guiné Bissau e Angola, que lhe retiraram exclusividade da revenda de escravos, limitando a atividade econômica do país apenas a mercadorias produzidas internamente, que eram reduzidas. Simultaneamente, promulga-se um alvará com força de lei proibindo a venda de qualquer produto nacional a estrangeiros, ANDRADE *apud* MENDES (1998).

Após a crise de 1670, que atingiu a economia mundial, Portugal, procurou revitalizar as economias coloniais, mobilizando esforços para implementar algumas políticas de industrialização, que visavam aumentar a produção nacional, reduzir o consumo de bens importados, etc., mas que não deram certo.

Apesar de Portugal ter encontrado minas de pedras preciosas no Brasil, não conseguiu alavancar uma indústria, já que a riqueza portuguesa era utilizada para pagar os gastos de uma corte improdutiva.

Após grandes e sucessivos desastres, esse país, que era uma soberania, passa a ser dependente financeira e diplomaticamente dos ingleses.

Em 1750, Marquês de Pombal, assume o trono e procura revigorar as relações com as suas colônias, por exemplo, estimulando o comércio do Nordeste brasileiro. Cabo Verde poderia obter ganhos com essa nova postura, já que seria necessário importar uma leva de escravos para dar encaminhamento ao plano de Pombal, porém, atividades exercidas por Cachéu, Bissau, Serra

Leoa e Angola, monopolizando grande parte do comércio de escravos, retiraram das ilhas a possibilidade de ganhos.

A assinatura do tratado de abolição do tráfico de escravo teve um impacto negativo sobre a economia caboverdiana e fez com que o comércio desaparecesse, e a produção agropecuária entrasse em crise, por falta de mão-de-obra e de mercado, o que colocou em risco a reprodução física e social dos habitantes das ilhas.

Após 1830, a economia reanimou-se com a expansão marítima para África dos franceses e dos ingleses. Cabo Verde, volta a reerguer-se como importante porto de abastecimento, porém, em 1836, o decreto e extinção do tráfico legal, não permitiram que os efeitos da crise fossem diluídos pela recuperação que o país apresentou. Os morgados entraram em decadência pela falta de mão-de-obra e pela incapacidade de reavivar o sistema de produção para a exportação, e isso afetou fortemente a atividade portuária.

Para finalizar, foi promulgada uma lei de 3 de julho de 1842 que permitia inspeção dos navios em alto mar, e essa ação teve por objetivo eliminar qualquer ameaça que Cabo Verde pudesse representar como país de grande expressividade portuária, ANDRADE apud MENDES (1998). Então, no início do século XX, esse país, apresentava indícios de uma economia totalmente decadente.

Assim, a economia caboverdiana foi caracterizada por um grande apogeu nos séculos XVI e XVII, precisamente pelo progresso da exploração escravocrata e no século XIX, a decadência, como resultado do declínio do sistema escravista. A estrutura da economia e da sociedade mudou. A economia que era baseada na interposição de mercadorias, passou a ser eminentemente agrícola, a sociedade composta inicialmente por escravos, passa a ter trabalhadores livres, que na verdade eram forçados a realizar qualquer tipo de tarefa.

Havia algumas variantes de trabalho obrigatório, como trabalho contratado, cultivo forçado e trabalho emigrante, sendo esta última modalidade a mais forte em Cabo Verde. Muitos caboverdianos foram forçados a trabalhar nas plantações de cacau em São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau quando a Companhia Geral, Grão-Pará e Maranhão, iniciou o projeto de construção da fortaleza de São José em Bissau.

Enfim, em Cabo Verde, até 1930, o trabalhador não era comprado e nem a sua força de trabalho, ele era alugado ou arrendado pelo governo e se sujeitava a tal tratamento pela grande

crise e fome, que assolou o país de 1902 a 1905, afetando as lavouras, em razão da seca que teimava em permanecer.

A economia, que foi marcada pela importância dos morgados, senhores feudais, com o sistema agrário de morgadios, viu a situação complicar após a abolição da escravatura e da promulgação de algumas leis proibitivas de exportação de produtos caboverdianos. Os morgados não tinham mais capacidade para revigorar o sistema agrário e nem de manter a mão-de-obra, que antes era escrava, e torná-la assalariada, pois, não tinha mais condições financeiras de fazê-lo. Uma das soluções para o problema, foi em vez de contratar trabalhadores e pagar salários, fazer arrendamentos ou parcerias com os morgados.

Os morgados, portanto, criavam inúmeras formas de dependência em relação aos parceiros e rendeiros através de pagamento de dízimo, prestação de serviços, etc., situação insustentável, pois, de um lado tinha-se o trabalhador rural, que trabalhava por muito pouco, e de outro lado, havia uma classe que vivia de renda e consumia improdutivamente, ao invés de aplicar o rendimento no desenvolvimento da produção agrícola, DAVIDSON (1988) *apud* MENDES (1998).

A persistência da seca e a manutenção desse sistema incomensuravelmente falido fizeram com que os pequenos proprietários tivessem que vender as suas terras por preços irrisórios aos grandes proprietários passando, assim, para outras atividades como a pesca, o comércio, ou ainda, emigrando para o estrangeiro, deixando o país com uma grande extensão de terras abandonadas, assoladas por secas cíclicas cada vez mais freqüentes e prolongadas, que levaram à decadência da colônia, à fome e a dizimação de sua população, PATTÉ (1961) *apud* MENDES (1998).

Em 1967, os portugueses tentaram introduzir relações de produção tipicamente capitalistas, não por interesse em ajudar as colônias, mas porque, nessa época, o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) iniciava a sua luta pela emancipação política das colônias e também fazia grande oposição ao sistema fundiário vigente. Contudo, tal tentativa não teve sucesso, pois, havia resistência por parte dos proprietários, para além de ter saído do país grande contingente de caboverdianos, acarretando escassez de mão-de-obra, e a falta de capital para financiar a produção.

No século XX, apesar de Portugal ser a terceira potência colonial, o mesmo, não conseguia atingir uma fase de desenvolvimento e de produção industrial, pois, se mantinha firmemente enraizado nos privilégios da propriedade da terra e essa dependência só tinha a

aumentar, uma vez que os portugueses não implementaram sistemas eficazes de exploração das colônias.

Cabo Verde estava completamente abandonado pelas autoridades coloniais e passava por uma grande estiagem, que dizimou 16% da população, afetando as culturas mais produtivas (cana-de-açúcar e café), MENDES (1998).

Com as reformulações econômicas e políticas na Europa e com a industrialização das outras potências, como a Inglaterra, Portugal, que não tinha se preocupado com tais questões, viu-se obrigado a dar mais atenção às colônias, como forma de diminuir parte da sua dominação imposta pelos países mais desenvolvidos.

Esse país deu mais importância a Angola e Moçambique, que ofereciam melhores usufrutos. Enquanto isso, Cabo Verde, permanecia abandonado, já que não se constituía num mercado significativo⁸ para o escoamento dos produtos, para além de não possuir recursos minerais importantes⁹ e de ser prejudicado fortemente pelas grandes secas, provocadas pela sua condição geográfica, na zona Sub-Saaheliana, que impunha regimes pluviométricos irregulares e uma percentagem de área cultivada muito pequena¹⁰.

As únicas culturas que sobreviviam às secas eram a cana-de-açúcar, o café e a purgueira, portanto, diante dessa escassez de recursos e da impossibilidade de produção para exportação, Cabo Verde, passou a ser uma colônia de serviços.

O abandono da metrópole, que não enviava recursos suficientes para as despesas e o atraso econômico da colônia servira de base ao movimento de luta pela independência.

Às vésperas da independência, 5 de julho de 1975, Cabo Verde, estava numa situação deplorável¹¹. A sua estrutura geológica não permitia a obtenção de insumos, as fontes de energia eram escassas e não permitiam a transformação de matérias primas importadas, a agricultura era de subsistência e a criação industrial era incipiente. Dependia apenas do sal, da pesca e da emigração (que assume importância relevante desde cedo até os dias de hoje) e remessas do orçamento português para equilibrar a vida econômica.

Apesar dos grandes planos de fomento, 1958 e 1965-1967, que visavam transformar as condições de vida da população, melhorar a estrutura pecuária, hidro-agrícolas, abastecimento de

⁸ Com menos de 150.000 habitantes.

⁹ Havia apenas sal e pozolana.

¹⁰ Apenas 10% dos 4033 Km² eram cultiváveis.

¹¹ Ver MENDES (*op. Cit.*).

água e transportes, não houve sucesso. Apenas houve uma melhora no sistema de transportes com a criação da TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde), que fazia a ligação entre as ilhas.

No período que antecede a independência, Cabo Verde, comportava uma agricultura de subsistência, com o mesmo sistema de rendeiros, parceiros e pequenos lavradores e a mesma estrutura de produção fundiária, técnicas obsoletas, mão-de-obra familiar, que associados ao clima inóspito e as desigualdades das relações que prevaleciam no campo apenas permitiam o surgimento de um setor de produção incapaz de produzir para exportação.

A pesca, que ganha expressividade após a crise do sistema fundiário era o setor que apesar de técnicas artesanais, conseguia prover a população de proteínas, para além de permitir, que parte dos excedentes fossem exportados (crustáceos, peixe fresco, congelado, salgado, em salmoura e em conserva) para países como a Alemanha, Portugal, etc.

A indústria até os anos 1970, praticamente inexistia. Algumas unidades obsoletas de transformação agro-alimentar (conserva de peixe, salga, salmoura, secagem, defumação, fabrico de farinha de peixe e congelamento)¹², praticamente falidas.

O solo estéril, na maioria das vezes, não permitia o desenvolvimento da indústria extrativa, limitando apenas a produção do sal, pozolana e cal.

Em relação ao comércio externo, era de se esperar que uma economia pequena tivesse grande representação desse setor. No caso caboverdiano, porém, esse setor apresenta um grande desequilíbrio estrutural, pois as importações superam as exportações¹³.

Segundo MENDES (1998), os crescentes déficits da balança comercial eram compensados pelas transferências de emigrantes e principalmente, pelos “subsídios” do governo central.

A independência é proclamada em 5 de julho de 1975 como consequência da Revolução dos Cravos em Portugal. Cabo Verde e Guiné Bissau eram estados separados, mas sob direção de um mesmo partido o PAIGC, de orientação marxista. Em 1980, com o golpe de Estado na Guiné Bissau, em que o presidente Luís Cabral - irmão de Amílcar Cabral¹⁴- é deposto, a união Guiné – Cabo Verde é desfeita. A ala caboverdiana do PAIGC rompe e passa a chamar-se PAICV (Partido de Independência de Cabo Verde).

¹² Ver MENDES (*op.Cit.*).

¹³ Importa-se de equipamentos até alimentos.

¹⁴ Grande símbolo da luta pela independência de Cabo Verde.

Nessa época, a economia caboverdiana encontrava-se em plena falência financeira e produtiva. O setor financeiro era totalmente desprovido de condições, tanto que não existia um Banco de Cabo Verde, comportando apenas duas agências do Banco ultramarino de Portugal, que estavam ligados ao Banco Nacional de Fomento Português e uma Caixa Econômica falidas.

No tocante ao setor agrícola, a situação não era diferente. As grandes estiagens e a exploração de monoculturas durante o regime colonial e a insuficiência de recursos financeiros para alavancar qualquer investimento, davam espaço a um setor incapaz de prover as necessidades básicas dos habitantes das ilhas.

Perante tal situação, e a retirada dos portugueses, os caboverdianos viam-se sem saídas, mas conscientes que a única solução para o problema teria que advir do exterior.

Num período marcado pela guerra fria, onde os dois blocos econômicos (liderados pela Rússia e Pelos Estados Unidos da América), queriam expandir as suas esferas de influência ao resto do mundo, Cabo Verde precisava de ajuda e não podia dar-se ao luxo de ser “Socialista ao extremo” ou “Marxista-leninista”.

Com os choques de petróleo dos anos de 1970, os países industrializados entraram em recessão econômica, atingiram altas taxas de desemprego, de inflação, etc., portanto, não estavam em condições de ajudar a nenhuma nação.

Cabo Verde, que precisava urgentemente de ajuda, via grandes dificuldades para resolver o problema da fome, desemprego e pobreza em curtíssimo prazo, sem ajuda financeira. A situação só não foi pior, devido às remessas enviadas pelos emigrantes¹⁵ e pelas ajudas provenientes da FAO (Agência das Nações Unidas para a Alimentação), para além de outras ajudas externas, de medicamentos, combustíveis, equipamentos e bolsas de estudos. Para a realização de investimentos, o governo caboverdiano transformava os donativos que deviam ser distribuídos gratuitamente à população em produtos comercializáveis.

Portanto, uma economia que sempre esteve ligada à maré dos acontecimentos exteriores e que apresenta dificuldades estruturais de difícil solução, que precisam ser resolvidos de forma a permitir o desenvolvimento sustentável.

A partir dos anos 1980 começa-se a dar importância ao planeamento da economia, já que o desenvolvimento tornou-se imprescindível e para isso o Primeiro Plano Nacional de

¹⁵ Destinavam-se em geral ao consumo das famílias, construções de habitações, pequenos estabelecimentos comerciais.

Desenvolvimento (I PND), 1982-1985, procurou a partir de volumosos investimentos melhorar a base produtiva; criar empregos, principalmente nos setores intensivos em mão-de-obra (construção civil, etc.); melhorar os indicadores sócio-econômicos, reforçar infra-estruturas básicas (transportes e comunicações, etc.).

Para concretizar ambiciosos planos, precisava-se de recursos que viriam dos setores externo e interno. A nível externo a limitação era considerável, já que na época a economia internacional passava por uma grande instabilidade e tensão. A grande crise do petróleo de 1979 deixou seqüelas que tornava mais difícil a concretização do plano de desenvolvimento.

A crise trazia reservas quanto à possibilidade de redução da Ajuda Pública de Desenvolvimento (APD)¹⁶; dificuldades no que diz respeito às exportações (já que houve uma queda da demanda mundial); diminuição das reservas dos emigrantes (devido ao grande desemprego ou subemprego nos países industrializados); para além de uma maior demora na mobilização dos recursos. Portanto, vê-se uma grande dependência e vulnerabilidade da economia caboverdiana às instabilidades da economia internacional.

A nível interno, o país apresenta uma fraca capacidade de financiamento, apesar disso, parte do proposto a ser realizado, teria que ser financiada pelo tripé: Tesouro (3,7%), Banco de Cabo Verde (3,1%)¹⁷ e Empresas (2,9%)¹⁸, e o resto por entidades estrangeiras.

A grande preocupação então estaria em atingir e manter os equilíbrios orçamentário e externo, já que, de um lado, o governo precisava gastar mais, e de outro lado, empréstimos maiores contribuíssem para aumentar os encargos da dívida.

Para um país que sempre apresentou saldo negativo nas suas trocas comerciais de bens e serviços, compensado pelas remessas dos emigrantes e pela APD (donativos e empréstimos em condições favoráveis), fica difícil incentivar uma poupança interna. O Estado, que aparece como elemento dinamizador e investidor, que necessita de recursos avultosos, também precisa manter a pressão fiscal e conter o crescimento das despesas públicas.

¹⁶ Ajuda dada pelas instituições financeiras internacionais de desenvolvimento aos países pobres.

¹⁷ À data da independência Nacional, o sistema bancário apresentava a seguinte estrutura: com natureza de banco emissor e comercial, o Banco Ultramarino; com a natureza de instituição especial de crédito do estado, a Caixa de Crédito de Cabo Verde e com a natureza de instituição especial de crédito integrada na orgânica dos então serviços de correios e telecomunicações, a Caixa Económica Postal. Em 1975, foi criada o Banco de Cabo Verde, com a natureza de banco central e comercial, com capitais exclusivamente públicos.

¹⁸ Dados do I PND (1982-1985)

A implementação dessas políticas e reformas, mesmo que não na sua totalidade, afetou positivamente os indicadores econômicos, o PIB (Produto Interno Bruto), teve um crescimento médio anual de 5,2% ao ano, (1982-1985), em vez de 9,8% ao ano previsto ¹⁹.

Em relação ao consumo das famílias, o comportamento foi diferente do previsto pelo plano. Previa-se que as reformas teriam um impacto positivo, mas esse se manteve, devido ao crescimento menor da produção e da transferência privada.

Em contrapartida, o consumo do governo aumentou, justamente pela dificuldade em inverter rapidamente a tendência crescente do passado.

No que diz respeito aos investimentos registra-se aumento na formação bruta de capital fixo, apesar de ter sido constatado dificuldades em se concretizar certos objetivos do plano. A maioria dos investimentos atingiu 1/3, ou no máximo, a metade do que foi previsto, isso devido a três níveis de dificuldades: a execução financeira, a física e aquela relacionada à eficiência.

A dificuldade financeira aparece justamente pela desorganização quanto aos calendários dos trabalhos e às despesas do projeto, na maioria das vezes, muito mais caros do que o previsto. Por outro lado, havia ausência de indicadores de realização física, além disso, os resultados alcançados nos documentos eram muito inferiores aos esperados²⁰.

Contudo, globalmente, conseguiu-se manter o equilíbrio entre os recursos e suas utilizações. De um lado, tem-se um comportamento distinto por parte da receita, que pode ser dividido em duas etapas.

A primeira que vai de 1981 até 1983, em que houve um aumento extremamente forte das receitas, resultado do impacto da reforma fiscal que, permitiu o aumento do rácio, Imposto Direto/PIB²¹, bem como o desenvolvimento de atividades aeroportuárias, que tiveram como consequência o crescimento geral da economia, de um lado, e de outro lado, a segunda etapa, que começa em 1984, onde foram registrados aumentos nas receitas, mas a taxas decrescentes.

No tocante às despesas, o comportamento foi regular, apesar de terem sido observadas mudanças importantes, como por exemplo, o crescimento das transferências, (resultado da

¹⁹ Apesar dos resultados positivos, a fraqueza do aparelho estatístico, a ausência de instrumentos, a não realização ou o atraso de alguns projetos, investimentos ou ainda a baixa transferência externa, fez com que os valores relativos às fontes de crescimento fossem abaixo do previsto pelo plano.

²⁰ Apesar de serem muito fracos, os resultados referentes às despesas com desenvolvimento, devem ser vistos com cautela, já que muitos investimentos, ou têm efeitos de longo prazo (saúde, educação, etc.), ou difíceis de serem avaliados do ponto de vista da rentabilidade econômica ou ainda por fatores de difícil controle, como por exemplo, os índices pluviométricos, caso o investimento esteja relacionado à agricultura.

²¹ Em 1980 o rácio, Imposto Direto/PIB era de 2,05% e em 1983 era de 3,35%.

criação de mecanismos autônomos e aumentos da transferência por parte dos municípios), o aparecimento do serviço da dívida, o financiamento de quase a totalidade dos investimentos, bem como de parte das despesas do funcionamento da administração pública, etc.

Em relação à dívida, entre os anos de 1982-1985, ressalta-se a situação financeira mundial que passava por desequilíbrios e diminuição da inflação, tendo como corolário o regresso de taxas de juros reais positivas e o fim do dinheiro “barato”, que tanto beneficiou os países subdesenvolvidos. Para Cabo Verde, essa nova estruturação não trouxe muitas mudanças, já que os financiamentos tanto em donativos, quanto em empréstimos tornaram-se maiores.

O aparecimento dos encargos da dívida externa traria maior rigidez, na medida em que seria necessário, obedecer a prazos de reembolsos de pagamentos de juros e do principal, que poderiam comprometer o investimento e o equilíbrio interno.

Os constrangimentos referentes ao pagamento da dívida aumentaram com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), 1986-1990 e o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), 1992-1995.

O II PND (muitos gastos com investimentos e reformas), os grandes desequilíbrios entre produção e consumo (necessidade cada vez maior de importação) e a diminuição das transferências privadas, fizeram com que, a situação do país, que antes cobria 85% a 90% das suas necessidades, se degradasse, apesar de manter positiva²².

Segundo o mesmo plano: “Enquanto que em 1980 os juros recebidos pelo BCV²³ sobre as suas receitas exteriores ultrapassaram os pagamentos a efetuar, a situação inverte-se completamente em 1985”.

Com os investimentos realizados a dívida passou a ter o seguinte comportamento:

“A evolução da dívida externa, em moeda corrente, permanecia razoável, devido à baixa do dólar: de 93% do PIB em fins de 1985 ela passaria a 96% em 1990 e a dívida anterior ao início do II PND representaria cerca de 40% da dívida total em 1990 e a dívida que resulta do II PND 60%, ao Estado caberia 40% e às empresas 60%”, (II PND, vol. 1, p. 58).

²² Para maiores detalhes ver o RELATÓRIO GERAL, II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, (1986-1990).

²³ Banco de Cabo Verde (BCV).

Entretanto, o problema da dívida foi amenizado através de políticas restritivas, de contenção orçamental e monetária, para além de:

“A solução para o problema da dívida, que condicionava todo o processo de desenvolvimento, foi original e incidiu na eliminação da dívida interna, a parcela menos sustentável da dívida, em vez da utilização de mecanismos de redução da dívida externa. Nessa perspectiva, foi negociado com vários parceiros internacionais um processo inovador de eliminação da dívida interna, que se corporizou na criação do Trust Fund financiado pelos parceiros pelos parceiros de C V e pelas receitas de privatização das empresas estatais. Em contrapartida, a situação da dívida externa foi normalizada, regulando-se os atrasos e obtendo o reescalonamento de alguns créditos”, (Programa de Ação Nacional para o Decênio 2001-2010, p. 39).

Para manter o aumento das despesas controláveis, o governo, “congelou” os salários, ou seja, do período de 1980 a 1985, os salários cresceram 36%, enquanto que o nível de preços 77%, (ver o II PND, 1986-1990). Portanto, o saldo do orçamento é positivo de 1980 a 1983, invertendo-se nos dois últimos anos.

Em relação à massa salarial, parece que a orientação não foi respeitada, as previsões foram ultrapassadas. A razão massa salarial/valor acrescentado aumentou, pois o retorno esperado das empresas, apesar de elevado (87%), foi acompanhado de aumentos tanto na massa quanto nos salários.

Excluindo a agricultura e a pesca artesanal, todos os setores foram objeto de crescimento relevante do salário. Isso é resultado, por um lado, de um aumento, como já mencionado acima, do volume salarial, pois, a empregabilidade nas empresas públicas aumentou, e por outro lado, há um crescimento do salário médio, já que a maior parte dos novos ingressantes está ligada às categorias superiores, cujos salários, em média, são mais elevados.

Apesar do aumento registrado, o salário real em média diminuiu, pois, não houve progressos significativos em relação ao controle de preços. Os preços continuam significativamente influenciados pelo nível dos bens importados, que são derivados dos preços

dos produtos nos países de origem e da evolução da taxa de câmbio entre o escudo (moeda caboverdiana) e as outras moedas.

Essa dependência demonstra o fraco nível de produtividade (em relação ao potencial-apesar de não ser tão elevado) e o estrangulamento que a produção enfrenta, pelos motivos que já foram referidos anteriormente.

Num período de resultados positivos, na sua maioria, o II PND (1986-1990), tinha como objetivo dar seguimento às políticas anteriormente preconizadas e criar meios para a sustentação dos resultados alcançados.

Da mesma forma que o I PND, o segundo, preconizava reforçar a dinâmica interna de produção, de forma a equilibrar o rácio Consumo/Produção, aumentar a satisfação da população no que diz respeito as suas necessidades básicas, melhorar a infra-estrutura e criar uma série de condições que possibilite um maior controle das variáveis macro-econômicas e o equilíbrio interno.

No que concerne ao reforço da dinâmica interna, o objetivo é alcançar uma taxa de crescimento médio anual do PIB de 4,5% ao ano, ou seja, o país terá que substituir parcialmente o crescimento induzido pelas transferências externas, por uma postura de maior ênfase ao crescimento interno (crescimento da base produtiva).

A substituição da visão externa pela interna seria baseada na fortificação dos elementos produtivos internos (que seria uma fase de “quase” industrialização via substituição das importações), como a agricultura e a pecuária, pesca artesanal e industrial e também encorajar uma outra fonte de renda muito importante para o país, que é o turismo.

Esses objetivos seriam alcançados, a partir de um redirecionamento dos investimentos em relação a esses setores, criando linhas de crédito e condições que facilitem a produção e com isso a diminuição dos custos de produção, a participação do setor privado (estrangeiro e/ou nacional), para além de uma postura diferenciada em termos de mentalidade, mais direcionada para a competitividade.

No tocante a elevação do nível de satisfação das necessidades básicas da população, a preocupação estava em permitir que o consumidor o atinja, para além de acesso a alguns serviços essenciais de qualidade, como a saúde, educação, etc., sem esquecer de garantir e criar novos postos de trabalho, aspectos que garantiriam o melhoramento da situação dos caboverdianos, bem como, limitariam o desenvolvimento da pobreza, mais visível no meio rural.

No que diz respeito à infra-estrutura, a finalidade estava em proporcionar uma melhor aproximação dos serviços de base à população, através da criação, em todas as ilhas, de acessos aéreos e marítimos seguros.

A nível macro-econômico, pretendia-se que, os gastos referentes ao funcionamento (administração, investimentos, etc.) não ultrapassassem aos 5% do PIB, para além de uma de assegurar uma política cambial arrochada de expansão monetária e a manutenção de reservas externas líquidas não inferiores ao equivalente a quatro meses de importação.

Em relação aos rendimentos e o comportamento dos preços, procurava-se garantir o poder de compra dos salários e adotar uma estrutura de preços aceitável e sob controle, através das políticas monetária e cambial.

Todos esses objetivos seriam alcançados, a partir da modernização da economia e da sociedade, da valorização dos recursos, da integração como setor externo e da melhoria da capacidade de gestão, tendo como preocupação primordial à manutenção das contas equilibradas, já que o Estado passava a ter uma maior responsabilidade em termos do emprego, da produção e do investimento, aspectos que poderiam contribuir tanto pelo aumento do déficite quanto da inflação (a política cambial atuando de maneira eficaz, de forma a evitar a “importação” da inflação internacional).

Durante o período do II PND (1986-1990), a maioria dos indicadores macro-econômicos apresentou uma evolução favorável, com exceção para a evolução do saldo orçamental e do saldo global da balança de pagamentos.

De 1980 até 1990, a economia caboverdiana, manteve um ritmo de crescimento elevado, não obstante, o registro evolutivo menor em relação ao período do I PND, mais sentida nos dois últimos anos do II PND, ou seja, no período de 1982-1985, a taxa de crescimento do PIB foi de 6,4% ao ano, contrapondo o valor de 5,1% nos anos de 1986-1990.

Como já mencionado acima, as finanças públicas evoluíram de maneira diferente, as receitas correntes do Estado cresceram a uma taxa média de 12,6% em valor corrente, passando de 16,1% do PIB em 1985 para 14,6% em 1990 e as despesas correntes, incluindo o pagamento dos serviços da dívida passaram de 16,3% do PIB em 1985 para 15,5% do PIB em 1990. Esse déficite aparece justamente no período em que acontece a progressiva maturidade dos empréstimos contraídos nos anos 1975-1980 e os atrasos ocorridos nos referidos anos.

No que se refere à balança de pagamentos, excluindo o ano de 1987, o seu saldo experimenta durante o período uma redução e a partir de 1989, tornava-se negativa. De 1985-1988 o saldo positivo, permitiu o aumento das reservas, mas devido aos resultados negativos em 1989, o país teve que recorrer às suas reservas.

Concomitantemente, o equilíbrio monetário sofreu uma degradação forte e os preços sofreram os efeitos do rápido crescimento da procura, em um mercado ainda em desenvolvimento, com os seguintes agravantes: fator climático não favorável à produção, preços dos produtos importados crescentes e uma política cambial “passiva” que se propõe apenas a contrabalançar os diferenciais de inflação.

A partir de 1992-1995 dá-se origem ao III PND que pretende dar seguimento as políticas dos planos anteriores, aperfeiçoando cada vez mais os instrumentos e os meios de alcançá-los.

Um conjunto de políticas macro-econômicas foi adotado, assim como: a política fiscal, no qual o objetivo era aumentar o rendimento do Estado, garantir a justiça tributária, garantir a eficácia econômica estimular o desenvolvimento, aperfeiçoar e simplificar a técnica tributária, aspectos que seriam atingidos através de medidas referentes à criação de um imposto único sobre o rendimento das pessoas, fixação de taxas a nível relativamente moderado, alargamento da base de incidência fiscal, PND (1997-2000)²⁴.

A política orçamental preconizava a estabilidade e a redução do déficit do orçamento do Estado em relação ao PIB, que seria alcançado a partir de uma maior racionalização das despesas do Estado, freio nos acessos à função pública e redefinição das prioridades da intervenção estatal.

As políticas monetária e cambial tinham por objetivo a contenção da inflação, controle da taxa de juros e não diretamente da taxa de câmbio. Tal política, conjuntamente com a fiscal, permitiria reduzir, ao longo do tempo, o financiamento monetário do déficit orçamental.

A implementação de tais reformas deu lugar aos seguintes resultados: a produção nacional cresceu cerca de 4% ao ano (1992-1995), esse crescimento deve-se, sobretudo ao nível elevado e crescente das despesas públicas em transporte, comunicações e infra-estruturas; a poupança pública, incluindo donativos, diminui de 14,9% para 7,4% do PIB e a privada aumenta de 11,6% do PIB para 16,2% do PIB em 1994 e depois recua para 14,1% em 1995; a inflação, medida pelo

²⁴ O Plano Nacional de Desenvolvimento de 1997-2000 seria uma espécie de IV plano de desenvolvimento, mas que não foi denominado dessa forma.

índice de preço ao consumidor, caiu de 8,1% em 1991 para 3,5% em 1995 e depois atinge 8,4% em 1995²⁵.

Portanto, até 1991, o país foi marcado por forte intervenção direta do Estado na economia. O governo fazia o uso de mecanismos de controle direto de forma a administrar os preços, o comércio internacional, o crédito e as taxas de juros, criando e gerindo empresas públicas em todos os setores da economia, incluindo a bancário, ou seja, o sistema econômico não incentivava a iniciativa privada.

Em relação ao sistema financeiro, foi realizada uma reforma do sistema bancário e de crédito, onde se pretendia separar as atividades do Banco Central, Banco Comercial e Banco de Investimentos.

Várias reformas foram levadas a cabo:

“...(1) reforço do sistema de supervisão e da atividade reguladora, que concretizou, por um lado, pela autonomização das atividades de banca comercial (criação de um novo banco público, posteriormente privatizado), até então exercidas pelo Banco de Cabo Verde em regime de monobanco, e a sua consagração como Banco Central, entidade de supervisão bancária e de execução da política monetária, por outro lado, pela adequação das regras prudenciais à nova realidade do setor, e pela instituição de uma nova entidade reguladora das atividades de seguro e reseguro...”, (Programa de Ação Nacional para o decênio 2001-2010,p.6).

Em finais de setembro de 2003, o sistema financeiro caboverdiano comporta, além do Banco Central, quatro bancos comerciais com um total de 35 agências (em dezembro de 2003 esse número passou a ser de 39 agências).

²⁵ A queda registrada inicialmente justifica-se pela liberalização do comércio e das importações e o conseqüente aumento da concorrência e da oferta interna de produtos importados, pela política de preços administrada, para certos produtos de primeira necessidade. O aumento, no último ano está associado como o mau ano agrícola, à pressão da demanda interna resultante das políticas orçamental e monetária expansionistas e a degradação das finanças públicas ao longo dos anos.

CAPÍTULO 3: ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL DE CABO VERDE

A finalidade deste capítulo é apresentar a dotação de recursos da economia caboverdiana e apontar os gargalos de crescimento cuja gênese remonta a formação econômica e social. A justificativa para a inclusão deste capítulo, está no fato de que há necessidade em descrever o cenário sócio-econômico de Cabo Verde, no qual procura-se oferecer meios que permitam investigar as possibilidades de crescimento, a partir dos seus escassos recursos.

Este capítulo, encontra-se dividido em três seções, uma referente aos recursos humanos e naturais, a outra que apresenta alguns indicadores que econômicos da economia caboverdiana e a última, que mostra a postura da economia caboverdiana em relação ao setor externo.

A primeira seção subdivide-se em outras duas seções, que oferecem um levantamento das dotações de recursos naturais e humanos, apresentando as características que as descrevem, que se faz presente, pela investigação a que se propõe realizar.

A segunda seção faz um breve levantamento dos indicadores econômicos de Cabo Verde, retratando a divisão e a composição dos setores de atividade e a importância que tem em relação ao produto total da economia.

A terceira e última seção deste capítulo, descreve a estrutura e desempenho do comércio caboverdiano, através de alguns indicadores que propõem medir o nível de concentração da pauta exportadora, tanto no que se refere aos produtos, quanto aos países de destino. Esta seção também retrata a postura de Cabo Verde em relação à formação de blocos econômicos regionais, que tem sido fortalecido nas últimas décadas, pelas vantagens que apresentam.

3.1 Recursos Naturais e Humanos

3.1.1 Recursos Naturais

No que diz respeito aos recursos naturais existe uma grande escassez. A água, particularmente para a agricultura, é insuficiente, em razão da grande irregularidade de chuva. O período das chuvas é curto, sendo que quando chove, ou é fraca ou é torrencial, não permitindo a absorção por parte do solo e além disso, o país não possui lagos e nem rios de água doce.

A carência de tal recurso faz com que apenas 2.987 ha, ou seja, 7% dos 41.841 ha de solo arável possa ser cultivado a partir do sistema de regadio e os restantes 38.862 ha sejam cultivados pelo sistema de sequeiro.

Devido à formação do relevo, na maioria montanhosa, existe uma grande facilidade de erosão, sem esquecer a textura pedrosa, que faz com que apenas 41.841 ha dos 403.330 ha da área do país seja arável (apenas 10%).

No tocante a aspectos minerais, o país apresenta uma grande carência. Existe apenas um leque reduzido de rochas. Os basálticos, areia e cascalho que são utilizados apenas na construção civil.

O setor pesqueiro, apesar de aparecer como a salvação para o desenvolvimento, dispõe de apenas 45 mil toneladas comparadas, por exemplo, com países da mesma região, como Senegal, cujo estoque de espécies com valor comercial corresponde 500 mil toneladas/ano.

Segundo MENDES (1998):

“Esse baixo volume é devido ao fato de as ilhas possuírem, em toda a extensão das 200 milhas de zona econômica, uma plataforma continental muito profunda, desfavorecendo o fenômeno da fotossíntese, originando uma baixa produtividade primária e, conseqüentemente, baixa produtividade nas demais do ciclo, gerando um estoque pobre (quantitativamente) de espécies marinhas de valor comercial”, (MENDES, 1998, p. 58).

3.1.2 Recursos Humanos

A história demográfica de Cabo verde é marcada por muitas mudanças ao longo desses 544 anos. Até metade do século passado, o país foi afetado por secas prolongadas que dizimaram grande parte da população. A partir de 1970, começaram a ser registrados taxas de crescimento populacional significativas, nesses anos chegou a atingir 2,5%²⁶.

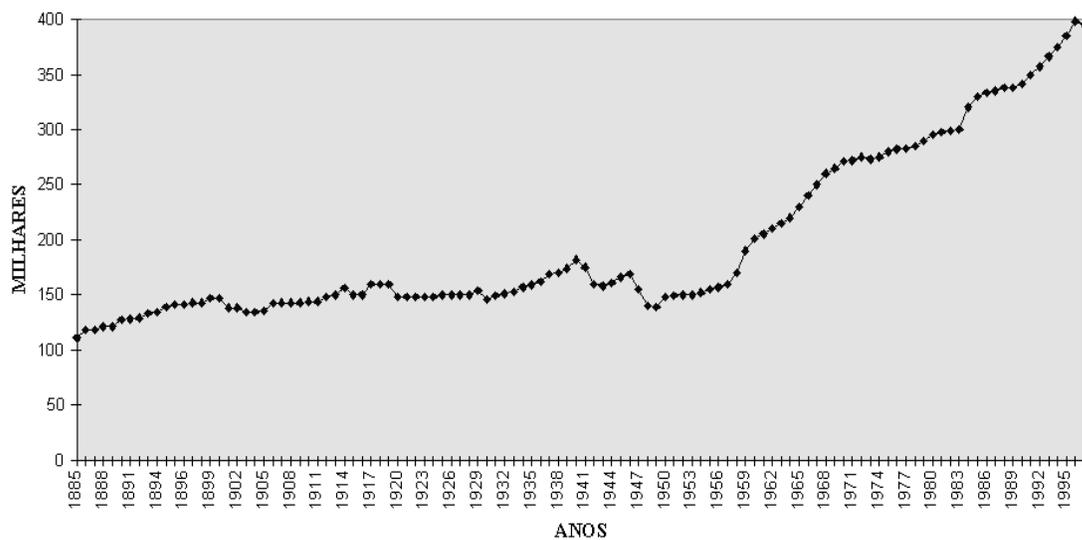
De acordo com a FIGURA 1, vê-se que o ritmo de crescimento da população é relativamente elevado, embora apresente algumas irregularidades.

²⁶ Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (1998) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

A população residente estimada para 1998, com base no Recenseamento Geral da População e Habitação de 1990, mostra que Cabo Verde conta atualmente com uma população de 417.200 habitantes²⁷.

FIGURA 1

CRESCIMENTO POPULACIONAL EM CABO VERDE



FONTE: SABINO (1999).

O perfil da população é jovem, mais de 40% tem menos de 15 anos e 72% menos de 30 anos, como pode ser visto pela TABELA 1 abaixo.

²⁷ A taxa média de crescimento anual no período 1990-2000 é de 2,4%. Em 2002 a população de Cabo Verde era de 446.000 habitantes (estimativa do PNUD, 2002).

TABELA 1

Estrutura por Sexo e Idade da População de Cabo Verde (1990,1998)

Grupos Etários	Censo 1990			Projeções 1998		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0-4	30054	29951	60005	34918	34392	69310
5-9	2561	25454	51115	31362	31172	62534
10-14	21143	21260	42403	27638	27534	55172
15-19	17288	17012	34300	23206	23148	46354
20-24	15833	1643	32476	18855	18687	37542
25-29	12465	13888	26353	15786	16090	31876
30-34	8283	10809	19092	13026	1436	27389
35-39	5148	7919	13067	9073	11429	20502
40-44	2697	4176	6873	5529	8632	14161
45-49	2654	4476	7124	2950	5488	8438
50-54	3953	6370	10323	1857	3851	5708
55-59	4017	5685	9702	2600	4971	7571
65-69	2405	2984	5389	3274	4708	7982
70-74	2069	2629	4698	2445	3314	5759
75 e +	3874	5896	9770	3120	4951	8071
TOTAL	161495	179996	341491	198946	218254	417200

FONTE: Censo Demográfico (1990); BIAYE (1995, 1998).

Analisando a evolução da população em relação a variável sexo, vê-se que as mulheres continuam sendo a maioria. Em 1990, elas representavam 52,7% do total da população do país e, em 1998, continuam correspondendo a 52,3% do total.

Segundo o Inquérito Demográfico da Saúde Reprodutiva, o número médio de filhos por mulher, em 1998, é de quatro filhos. E vem apresentando tendência de queda, já que em 1970, era de 7,5 filhos; em 1980, de 6,3; em 1990, de 5,6 e; em 1995, de 5,3. Grande parte dessa queda é explicada pelo nível de instrução, mulheres com nível universitário apresentam uma taxa menor, 2,21 filhos. Entretanto, aquelas sem qualquer nível de instrução têm 7,03 filhos, em média idêntica à taxa de fecundidade nacional em 1970, como pode ser observado na TABELA 2.

TABELA 2

Fecundidade por Nível de Instrução

Nível de Instrução	Taxa de Fecundidade (nº de filhos por mulher)
Sem Nível	7,03
Alfabetização e Primário	4,50
Primário	3,45
Secundário e Pós-Secundário	2,21
TOTAL	4,0

FONTE: INE, IDSR (1998) *apud* PNUD²⁸(1998).

Outros elementos também são utilizados para justificar o comportamento descendente da fecundidade, como os programas de planejamento familiar e a taxa de urbanização.

Em relação à taxa de urbanização, os dados do PNUD (1998) apontam para um valor de 50,4%, ou seja, a metade da população total vive nas cidades. Essa cifra é explicada pelo

²⁸ Relatório de Desenvolvimento Humano (1998).

crecente fluxo migratório²⁹ interno, que é acompanhado por condições de vida de uma parcela significativa da população, que vive em condições de difícil habitabilidade, sem saneamento básico, com pequena ou nenhuma acessibilidade aos bens mínimos, ao emprego e ao rendimento.

TABELA 3

Estimativa da População de Cabo Verde (1998)

Ilhas	População	%
Santiago	223.108	53,5
Fogo	36.733	8,8
Brava	6.442	1,6
Maio	5.924	1,4
Santo Antão	48.972	11,7
São Vicente	68.121	16,3
São Nicolau	13.674	3,3
Boavista	3.505	0,8
Sal	10.721	2,6
TOTAL	417.200	100,00

FONTE: BIAYE (*op.cit.*).

Santiago é a ilha que mais atrai pessoas. A Cidade da Praia (Capital do país), tem tido o crescimento anual de 4,8 %, dobro do crescimento anual da população do país, e isso traz consigo muitos problemas, como construções clandestinas, bairros degradados, prostituição, droga, exclusão social, etc.

É importante salientar outros aspectos como a mortalidade. A mortalidade geral tem vindo a conhecer um decréscimo significativo desde a década de 1970, passando de 15 por mil para 7,4 por mil em 1997, segundo dados do Relatório do Desenvolvimento Humano (2000).

A esperança de vida ao nascer também apresentou significativas melhoras, entre 1970-1975 era de 57,5 anos e entre 1995-2000 era de 68,9³⁰, sendo que em 2003, era de 69,83 anos³¹.

²⁹ A mobilidade interilhas continua conhecendo um incremento importante em razão, principalmente do desenvolvimento econômico e social de alguns pólos.

³⁰ Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2000).

³¹ Segundo dados da CIA (*Central Intelligence Agency*), *Factbook* (2003).

É visível, portanto, uma grande melhora nos índices do País. E muito dessa melhora dá-se graças ao desenvolvimento do sistema educativo, que como se sabe é a peça motriz de qualquer desenvolvimento.

A experiência dos países ditos emergentes, e mesmo dos países mais avançados, mostra que a educação é um importante fator de crescimento.

O Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR), mostrou que em 1998, 77,1% das mulheres e 77,3% dos homens com 6 anos ou mais, não tinham mais do que o nível básico. Já a proporção de mulheres sem nível de instrução era o dobro da dos homens (16,3 e 7,9% respectivamente).

Devido a vários investimentos na área, conseguiu-se resultados importantes, tais como a redução na taxa de analfabetismo, que passou de 30,3 para 25,2% da população com 15 anos ou mais de idade entre 1990 e 2000.

No domínio da educação de base a universalização está prestes a ser atingida. Efetivamente a taxa líquida de escolaridade no ensino básico ascende aos 96%, segundo o PNUD (1998).

A taxa de analfabetismo caiu de 70% no momento da independência para cerca de 28%, devido a reformas do sistema educativo, apesar de continuar a existir muita carência em termos de equipamentos, laboratórios e docentes qualificados, o que afeta a qualidade do ensino.

Porquanto, são necessários muitos investimentos na área de educação, apesar de Cabo Verde já ter registrado grandes avanços. Nas últimas três décadas, inverteu os indicadores sociais e económicos. Em 1975, quando se tornou independente, o PIB per capita era inferior a 200 dólares; hoje o valor é de 1500 dólares, a esperança de vida passou de 56 anos para 69,83, aspectos significativos que contribuem para o desenvolvimento do país.

A evolução desse desenvolvimento humano depende fundamentalmente de maior satisfação das necessidades básicas (alimentação e todos os bens materiais).

O país apresentou um grande desempenho no que concerne ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com a TABELA 4, o impacto do desenvolvimento sobre a qualidade de vida dos cidadãos caboverdianos aumentou, o IDH que passou de 0,564 para 0,708³² em 1999.

³² Se o índice ficar entre 0,500 e 0,799 é considerado desenvolvimento humano médio, segundo as classificações do Banco Mundial.

TABELA 4
Índice de Desenvolvimento Humano

Ano	1985	1990	1995	1999
IDH	0,564	0,624	0,676	0,708

FONTE: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2000.

3.2 Indicadores Econômicos

A economia Cabo-verdiana sempre esteve presente na cena internacional, apesar da sua participação ter diminuído ao longo dos anos, tanto pela sua insuficiência de recursos, produção, quanto pela sua estagnação que a impediu de expandir e apresentar competitividade a nível internacional.

Os setores de atividade sempre foram muito distintos. Desde muito cedo a agricultura era para muitos habitantes um simples meio de subsistência, sem nenhuma possibilidade de produção para exportação apesar de 91% da população³³ estar ligada a esse setor.

A pesca que sempre foi a fonte mais acessível de alimentos estava ligada a técnicas rudimentares e sem promessa de investimento.

A indústria, até o início da década de 1970 praticamente não existia, segundo MENDES (1998) o panorama da época era:

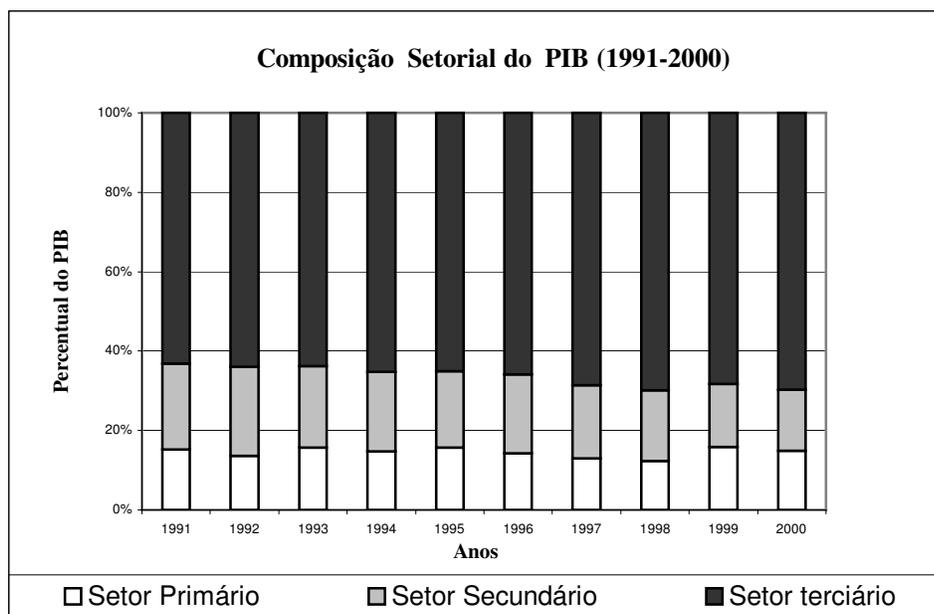
“Havia um número reduzido de pequenas unidades obsoletas, algumas de transformação agro-alimentar para exportação (conserva de peixe, salga, salmoura, secagem, defumação, fabrico e de farinha de peixe e refrigeração), extração (pozolana, sal e cal) e unidades de reparação naval e de dessalinização”, (MENDES, 1998, p. 102).

É importante também salientar a participação dos setores de atividade em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A figura 2 abaixo aponta para uma pequena contribuição do setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e indústrias extrativas) ao PIB ao longo dos

³³ Ver MENDES (1998), período anterior à independência.

anos. A média de contribuição ao PIB a preços de mercado é de cerca de 13,67%, do setor Primário, 18% do setor Secundário e 62,51% do Terciário, sendo que as variações negativas das duas primeiras implicam em aumentos deste último, graças a fatores de várias ordens (reestruturação política, adoção de planos de desenvolvimentos como preocupações voltadas para o exterior).

FIGURA 2



FONTE: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo BCV.

O setor secundário (congelção, conservas de peixe etc) apresenta um comportamento similar ao do setor primário.

Ao longo dos anos houve uma reestruturação nos padrões de produção e contribuição ao PIB. Em 1991, os setores, primário, secundário e terciário correspondiam com 14%, 20% e 59% do PIB respectivamente, corroborando a idéia apresentada acima da escassez de recursos e a atribuição desde de cedo da economia caboverdiana o papel de colônia de serviços.

Esse panorama continuou, sendo que para o ano final da amostra analisada, percebe-se que o setor terciário persistiu em termos de importância e apresentou um aumento no tocante a sua participação no PIB, em detrimento do setor secundário, cuja justificativa está ligada ao fato

de não terem sido realizados investimento em estruturas fabris que pudessem produzir, a ponto de superar a deficiência que vem desde da época colonial.

No que concerne ao setor terciário, os itens que mais contribuem para esse aumento foram: o comércio (em 1991 com aproximadamente 17,65% e em 2000 com 17,81% do total de contribuição deste setor ao PIB), devido a uma maior abertura política e comercial que estimulou a entrada de novos produtos e a concorrência interna, serviços governamentais que apresentaram cifras de 14% na média, o que mostra uma grande participação do Estado como prestador de serviços.

3.3 O Setor Externo

3.3.1 Estrutura e Desempenho do Comércio

A insuficiência da em termos de recursos da economia Caboverdiana condicionou a produção a uma estagnação que a impediu de expandir e apresentar competitividade a nível internacional, que surte efeitos sobre a balança comercial, que segundo os dados da Organização Mundial do Comércio (OMC)³⁴ é muito deficitária. Em média, do período de 1970-2000 o valor correspondente ao déficit é de 84,719 milhões de dólares anuais, valor comparativamente alto a da média do PIB de 248,59 milhões de dólares, para o mesmo período.

Ainda com base nos dados do mesmo órgão, observa-se que a economia caboverdiana apresenta um grande déficit na balança comercial. A diferença entre exportações e importações chega a patamares elevados. Só nos anos de 1978 e 1979, as importações excederam as exportações aproximadamente 27 vezes, isso pelos motivos já citados (insuficiência de recursos e de capacidade produtiva interna). É visível também, uma tendência crescente em relação ao comércio de Cabo Verde com o mundo, apesar dos “ganhos maiores”, em termos de balança comercial, serem reservados às economias externas, já que o país apresenta uma pauta exportadora concentrada em apenas poucos produtos primários e um setor produtivo incipiente

³⁴ Endereço eletrônico- <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>.

justificando o alto grau de importações³⁵, (tanto de bens de primeira necessidade quanto de bens manufaturados).

As altas taxas de importação, tanto de bens primeira necessidade, quanto de bens manufaturados e de capital, expõem as exigüidades inerentes a cada setor de atividade desta economia, responsáveis pela produção dos bens acima referidos. A agricultura que podia ajudar na melhoria deste cenário de dependência é caracterizada por recursos naturais escassos e condições climáticas desfavoráveis com prolongados períodos de seca. A indústria é condicionada por fatores como, a estreiteza dos mercados, escassez dos recursos (matérias-primas e mão-de-obra qualificada), elevados custos de produção, por exemplo, transporte, já que o país é formado por ilhas dificultando em parte o escoamento da produção e por último as limitações financeiras (onde as ajudas externas têm um papel fundamental tanto na sustentação da renda familiar quanto dos investimentos³⁶)

No que concerne a estrutura de exportações, Cabo Verde apresenta, uma pauta muito concentrada. A manutenção desse quadro (apenas 9 produtos primários compõem a pauta caboverdiana de exportação, como pode ser visto pela TABELA 5 abaixo), para além de dar continuidade a forte dependência em relação ao sistema internacional de comércio e ao sistema de preços, aponta para uma economia onde o setor industrial e de produtos manufaturados não ganham expressividade.

A percepção dos dados dessa tabela, vem corroborar a idéia acima referida de dependência e de oscilações nas quantidades produzidas destes bens, provocadas por mudanças, tanto na ordem internacional, quanto por fatores o clima, etc. Observa-se quedas significativas, tanto no que diz respeito aos produtos do mar (justificado em parte pela frota pesqueira de pouca expressão, pela manutenção de métodos de pesca artesanais, pela falta de qualificação profissional, pela fraca polivalência das embarcações, etc.), quanto em relação à banana produto típico de exportação caboverdiana.

³⁵ ver TABELA A.1 e TABELA A.2 em APÊNDICE. O objetivo das tabelas é apenas mostrar quais os produtos que compõem, tanto a pauta exportadora quanto à importadora, salientando-se a grande disparidade. Como existe uma grande diferença no que diz respeito aos valores referentes à exportação, importação e PIB agregados, calculados pelos órgãos responsáveis de Cabo Verde e os valores disponibilizados pelos órgãos internacionais, sendo que esses apresentam uma maior similaridade, optou-se pelos dados provenientes desses últimos. Portanto, não se vê necessidade em se converter (transformar em dólar) os dados das TABELAS 6 e 7, mas a sua apresentação justifica-se pelo fato da não existência de tais tabelas discriminadas por produto para Cabo Verde a disposição dos órgãos internacionais.

³⁶ Para o período de 1991-2000, segundo Banco de Cabo Verde, as remessas de emigrantes representaram em média 20% de tudo o que é produzido no país.

Entretanto é visível que os produtos manufaturados, que nos primeiros anos apresentaram um desempenho fraco, a partir de 1995 ganham mais força e passam a representar em todos os anos mais de 50% de tudo o que é exportado (atinge aproximadamente 93% em 2000). Essa mudança no padrão de exportação de Cabo Verde foi realizada no âmbito do plano de desenvolvimento levado a cabo pelo governo com o intuito de engajar o país no cenário internacional. Assim, com as privatizações e abertura econômica, varias empresas estrangeiras (portuguesas, espanholas, chinesa, etc.) instalaram-se no país e importavam matérias-primas e exportavam produtos manufaturados.

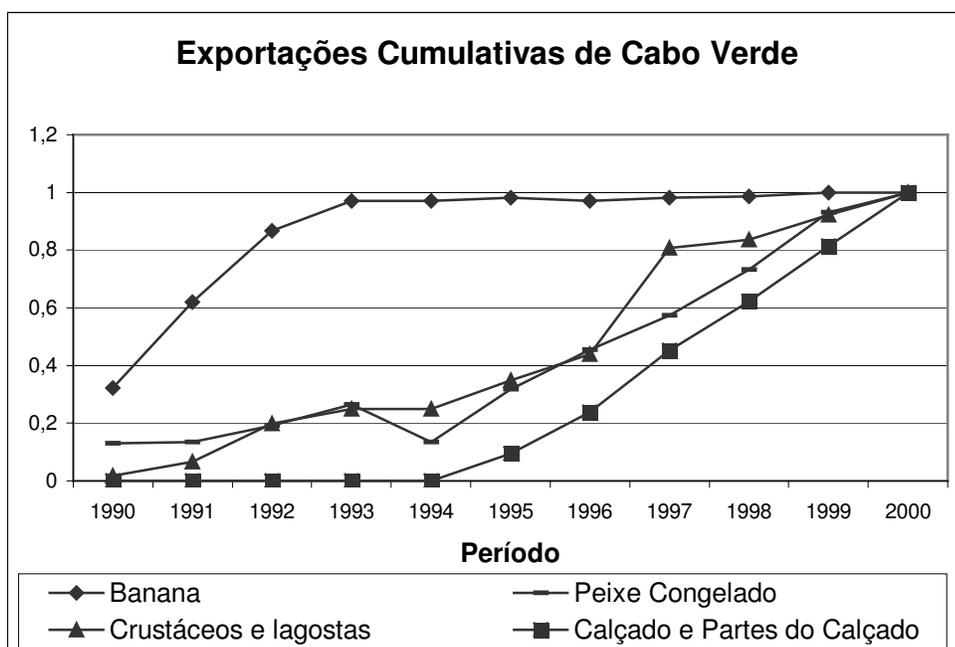
TABELA 5
Estrutura das Exportações Totais de Cabo Verde (%)-1990-2000

Produtos/Períodos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produtos Agrícolas	34,11	39,76	30,69	11,63	n.d.	0,49	0,00	0,00	0,12	0,32	0,00
Bananas	34,11	39,76	30,69	11,63	n.d.	0,49	0,00	0,00	0,12	0,32	0,00
Produtos do mar	47,80	36,16	67,91	62,37	n.d.	25,50	16,33	20,01	17,67	15,86	7,08
Peixe Enlatado	2,94	2,81	3,17	0,63	n.d.	0,55	0,06	5,92	0,03	0,01	0,31
Peixe Congelado	33,45	1,25	17,37	19,63	n.d.	6,29	9,36	6,01	9,71	10,35	3,36
Peixe Fresco	1,27	4,70	11,64	4,20	n.d.	3,43	1,85	5,48	0,50	1,33	1,13
Crust. e lagostas	10,14	27,39	35,73	37,91	n.d.	15,22	5,06	2,60	7,43	4,18	2,27
Outros Produtos	18,10	24,08	1,40	26,00	n.d.	74,02	83,68	79,99	82,21	83,82	92,92
Calç. e Part.Calçado	0,00	0,00	0,00	0,00	n.d.	64,98	56,06	62,10	59,52	57,64	51,78
Vestuário Interior e Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	n.d.	0,00	17,95	11,83	18,81	20,32	35,14
Couro e Peles	1,68	1,76	1,29	1,07	n.d.	0,80	0,30	0,36	0,58	0,37	0,09
Componentes Eletrônicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3,75	2,35
Outros	16,42	22,31	0,11	24,93	n.d.	8,24	9,37	5,71	3,30	1,74	3,55
Total de Exportações¹	100,00	100,00	100,00	100,00	n.d.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pela Direção geral de Estatística/Banco de Cabo Verde.

A partir da FIGURA 3, que mostra a função cumulativa das exportações³⁷, pode-se ver como se comporta os principais produtos da pauta de exportação de Cabo Verde: banana, peixe congelado, crustáceos, calçado e partes do calçado.

FIGURA 3



FONTE: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo BCV.

É importante notar que o produto que Cabo Verde possui maior tradição é a banana, que apresenta uma função cumulativa deslocada para esquerda, apontando que grande proporção das exportações foi efetivada no começo do período (início dos anos 90)³⁸.

Os produtos, peixe congelado, crustáceos e lagostas, apresentam um comportamento quase linear, o que indica que as exportações foram praticamente constantes durante o período analisado. Calçado e partes do calçado não foram exportados nos primeiros anos e nos anos seguintes apresentaram um desempenho quase linear.

Quanto mais rápido crescerem as exportações no final do período, mais a função estará deslocada para direita. No presente estudo, apesar de se verificar que houve um aumento de

$$C_{it} = \frac{\sum_{i=t_0}^t e_{it}}{\sum_{i=t_0}^{t_1} e_{it}}$$

³⁷ Calculada com base na definição de AMIN e FERRANTINO (1997) apud MATA e HIDALGO (2003 a e b), onde e_{it} representa a exportação do bem i no ano t , em valores reais. C_{it} representa as exportações acumuladas e t_0 e t_1 representam respectivamente, o período inicial e final da amostra.

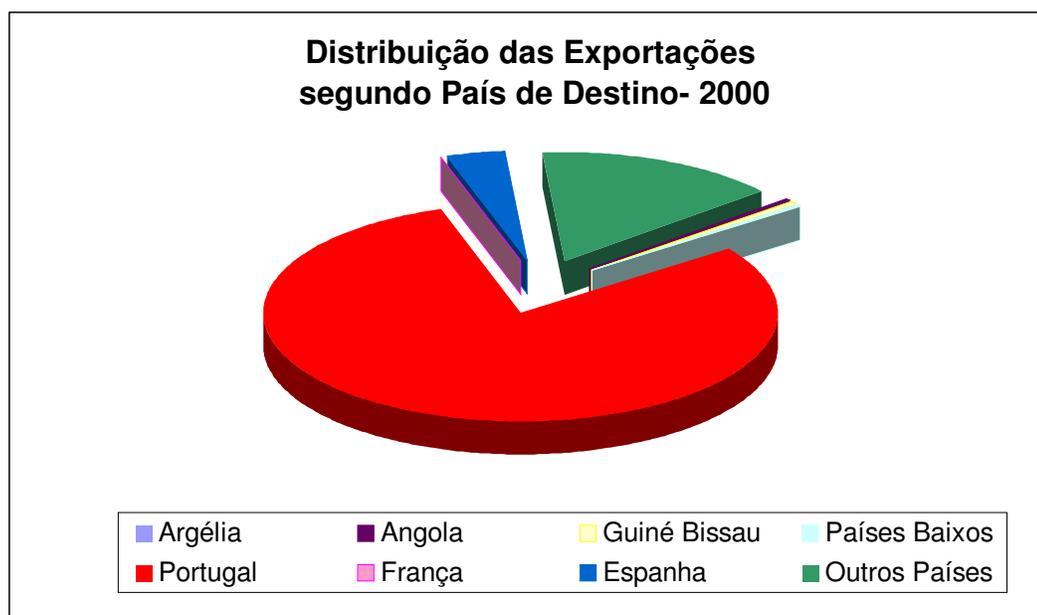
³⁸ A banana deixa de ser exportada nos moldes em que vinha sendo passando a ser escoada como produto orgânico.

exportações ao longo dos anos, principalmente no final da amostra, a FIGURA 3 tem uma tendência maior para a esquerda, o que nos leva a crer que essa é uma pauta altamente concentrada em produtos tradicionais.

No que concerne aos países de destino, é clara a percepção da concentração da exportação em um único país, Portugal. É de frisar que para além de significativa ela é crescente ao longo dos anos.

Esse fato é preocupante, pois, além da pauta ser pouco diversificada, as exportações são direcionadas a poucos países, isso mostra a vulnerabilidade do setor cuja receita, poderia contribuir para o não estrangulamento das importações, que são imprescindíveis ao desenvolvimento do setor produtivo e da economia como um todo, o que permitiria estancar e reduzir as disparidades locais. Como pode ser constatado pelo diagrama abaixo para o ano de 2000.

FIGURA 4



FONTE: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pelo BCV.

O fato de Portugal ser o maior parceiro comercial de Cabo Verde pode ser explicado pelas ligações econômicas anteriormente estabelecidas (ex-metrópole), por ser um país de onde provém a maior parte dos fluxos externos de investimentos, por ter proximidade de natureza cultural e

lingüística e pela existência de um Acordo de Cooperação Cambial³⁹, que apesar de ser um acordo de incidência cambial tem um grande impacto na economia Caboverdiana.

Nos anos de 1990, ocorre um aumento em termos de participação dos investidores portugueses em Cabo verde, pelo fenômeno da abertura econômica e pela série de privatizações das empresas caboverdianas.

O ACC foi assinado em Março de 1998 por Portugal e Cabo Verde que queriam com tal ato garantir a paridade fixa entre as duas moedas e permitir a convertibilidade do escudo caboverdiano por parte de Portugal. Para Cabo Verde, o acordo sugere a adoção dos critérios de convergência dos países membros da União Européia, relacionados à dimensão do déficit orçamental, dívida pública, taxas de inflação e juros, etc. de forma a garantir a continuidade e integridade do mesmo.

Nesse acordo, o Artigo 3º estabelece uma concessão de crédito para o reforço das reservas cambiais de Cabo Verde que pode ser utilizada para o financiamento das importações de bens e serviços e ainda o pagamento de parcelas da dívida.

A adoção do Euro como moeda por parte de Portugal não trouxe nenhuma mudança em relação ao acordo já estabelecido, apenas o novo valor do escudo caboverdiano é calculado em euros através da paridade fixa de conversão.

Segundo ESTÊVÃO (2002), nenhuma mudança seria sentida no acordo porque:

“A autorização concedida pelo conselho teve por base quatro premissas fundamentais: que os acordos não podem influenciar a política monetária e cambial da zona euro; que não são susceptíveis de colocar obstáculos ao bom funcionamento da União Económica e Monetária; que não implicam em qualquer obrigação para o Banco Central Europeu (BCE), ou qualquer banco central nacional, de apoiar a convertibilidade das moedas em causa, e que quaisquer alterações aos acordos não conduzem a qualquer obrigação para o BCE, ou para os bancos centrais.”, (Cabo Verde. O Acordo de Cooperação Cambial e o Euro, Estratégia, nº 17, 2º semestre, p. 89).

³⁹ Ver ESTÊVÃO (2002)

Como pôde ser visto, Portugal é um dos países que Cabo Verde mantém o maior volume de relações comerciais e a adoção dessa paridade fixa, e com isso a convertibilidade da moeda, permitirá um maior aprofundamento das relações comerciais. Também, é de salientar que Cabo Verde como país insular pequeno (Micro-Estado), possui características que o torna vulnerável no cenário internacional, como um coeficiente de abertura elevado, uma razão importações/PIB de aproximadamente 49,4% (média de 1970-2000), para além de ser uma economia dependente de remessas dos emigrantes que representa aproximadamente 20% de tudo o que é produzido no país, aspectos esses que são amenizados em relação a Portugal, justamente pela existência de tal acordo.

A assinatura desse acordo criará um cenário mais estável e credível, o que faz com que haja uma expansão do espaço da estabilidade cambial com a adoção do Euro, possibilitando maiores mercados, para além de uma maior contribuição à outra rubrica do balanço de pagamentos, as remessas de emigrantes provenientes da zona Euro.

Entretanto, Cabo Verde como Micro-Estado faz-se necessário falar sobre a concentração das exportações, justamente por se tratar de uma pequena economia insular.

A especialização em alguns produtos primários pode provocar desequilíbrios estruturais graves diante de mudanças nos preços, quantidades, etc. Por outro lado, o país que souber identificar os produtos no quais possui vantagem comparativa poderá superar as oscilações nas receitas.

Alguns índices são utilizados para mensurar a concentração das exportações, tanto no que diz respeito aos produtos quanto aos países de destino. O Índice de Concentração por Produtos⁴⁰ e o Índice de Concentração por País de Destino⁴¹, são medidas cujos valores vão de zero a um. Um ICP elevado significa que o país possui uma pauta de exportação muito concentrada, portanto, muito susceptível a choques externos. Da mesma forma, um ICD próximo de um, denota uma grande importância de um número pequeno de países na sua pauta de exportação e uma maior vulnerabilidade a choques externos.

⁴⁰ $ICP = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)^2}$, onde X_{ij} representa as exportações do bem i pelo país j e X_j representa as exportações totais do país j .

⁴¹ $ICD = \sqrt{\sum_j \left(\frac{X_{ij}}{X_i}\right)^2}$, onde X_{ij} representa as exportações do país i para o país j e X_i são as exportações totais.

Analisando o caso caboverdiano, vê-se, pela TABELA 6, que o ICP, que no início dos anos 1990, era de aproximadamente 0,52, apresenta uma tendência crescente ao longo dos anos atingindo valores médios de 0,68, levando a crer que a estrutura de exportações tornou-se mais concentrada. É de salientar que apesar de apresentar valores maiores que apontam para uma maior concentração, houve uma mudança do ponto de vista dos produtos exportados (pelos motivos acima referidos). Nos primeiros cinco anos, a produção estava majoritariamente ligada a produtos primários, enquanto que nos anos seguintes a produtos manufaturados (a partir de 1995).

TABELA 6
Exportações e Índice de Concentração
por Produtos e Segundo Países de Destino 1990-2000

Período	Exportações (milhões de dólares)	ICP	ICD
1990	6,00	0,52	0,57
1991	6,00	0,54	0,70
1992	5,00	0,52	0,81
1993	4,00	0,51	0,55
1994	5,00	n.d.	0,70
1995	8,00	0,68	0,83
1996	13,00	0,61	0,78
1997	14,00	0,64	0,76
1998	10,00	0,63	0,89
1999	11,00	0,62	0,91
2000	10,00	0,63	0,82

FONTE: Elaborada pela autora. Dados disponibilizados pela Direção Geral de Estatística/Banco de Cabo Verde.

O ICD, que mede a concentração por países de destino, também apresentou um comportamento ascendente, compreendendo valores que vão de 0,57 em 1990 a 0,91 em 1999. Essa constatação pode ser corroborada pelos dados apresentados na FIGURA 4, onde Portugal assume a liderança como país importador, atingindo em todos os anos, percentuais acima de 50% do total das exportações caboverdianas.

Portanto, por esses cálculos, vê-se que a economia caboverdiana apresenta concentração tanto no que se refere a produtos, quanto a países de destino dos seus bens. Esse panorama mostra

a fraqueza e a forte dependência dessa economia, que para diminuir os efeitos estranguladores se apóia nas transferências privadas (remessas) e públicas (ajudas).

ESTÊVÃO (1999) revela a importância dessas remessas:

“Funcionam, portanto, como uma “renda” de que a economia beneficia e que lhe permite o recurso crescente à importação de bens, sem que haja um crescimento correspondente da produção interna, ou seja, parece que a “renda” do exterior comprime (crowds out) a produção interna em proveito das importações. Há uma ausência de incentivo para afetar recursos em atividades produtivas locais (pequena dimensão, baixa produtividade do trabalho, etc.), donde resulta que o capital não é atraído para a produção interna e o trabalho emigra para o exterior, deixando atrás uma produção e uma população estagnadas. Mas isso não é necessariamente incompatível com o crescimento regular do rendimento disponível, das importações e do consumo per capita, que acabam por se refletir em melhorias no bem-estar econômico da população desde que a “renda” do exterior cresça mais depressa que a população residente” (Bases metodológicas para uma abordagem do desenvolvimento cabo-verdiano. II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, p. 359).

Essas transferências funcionam como salvação tanto dos rendimentos disponíveis das famílias quanto dos investimentos, encarecidos pela descontinuidade do território. Mas o que poderia ser visto como elemento dinamizador da economia acaba se esbarrando nas políticas restritivas de imigração, tendo como consequência à diminuição de fluxos migratórios na redução de divisas enviadas, aumento do desemprego no país, não crescimento da base geradora de remessas, queda dos rendimentos disponíveis e piora de bem-estar.

Para constatar qual a importância dessas remessas dos emigrantes basta fazer uma comparação entre o total exportado e o total remetido o que se vê é que há uma superioridade de valores remetidos ao longo dos anos, valores esses que representam na média 15% do total de bens e serviços produzidos pelo país.

Enfim, a estrutura de exportações de Cabo Verde é essencialmente baseada em produtos primários, que são susceptíveis às oscilações dos preços nos mercados internacionais, que

mostraram quedas ao longo dos anos, que para além de contribuir para a deteriorização dos termos de troca, levam à diminuição. Portanto, vê-se que o desenvolvimento de Cabo Verde é marcado por uma grande vulnerabilidade econômica, pobreza em termos de recursos naturais, fraqueza em termos de base produtiva e de uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos⁴².

Essa vinculação à variabilidade das receitas, provocadas tanto pela oscilação do preço quanto da quantidade dos produtos exportados, faz com que o país deixe de ser dependente politicamente para se tornar submisso financeiramente.

Então, para Cabo Verde, o desafio é encontrar um modelo alternativo de articulação externa que possa dar um maior dinamismo em termos de crescimento e superação dos estrangulamentos (reduzida dimensão, recursos naturais escassos, fraqueza da atividade produtiva, etc.), que contribuem para maior vulnerabilidade desta em relação ao exterior. Um cenário onde é visível a fragilidade e forte dependência, amenizadas pelas transferências privadas (remessas) e públicas (ajudas).

Então, para Cabo Verde, o desafio é encontrar um modelo alternativo de articulação externa que possa dar um maior dinamismo em termos de crescimento e superação dos estrangulamentos (reduzida dimensão, recursos naturais escassos, baixa produtividade do trabalho, fraqueza da atividade produtiva, distância, etc.), que contribuem para maior vulnerabilidade desta em relação ao exterior.

Cabo Verde, precisa se integrar ao comércio internacional através de acordos privilegiados, bilaterais e multilaterais que permitam superar esses estrangulamentos. A necessidade de manutenção de acordos preferenciais de comércio e de integração à economia mundial através, por exemplo, da CEDEAO (Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental).

Fazendo comparação com uma região com similar grau de desenvolvimento como é o Nordeste brasileiro, observa-se que a pauta exportadora caboverdiana parece ser mais concentrada e com maior grau de dependência. Segundo cálculos de FARIAS (2000), para os anos de 1980-1995, essa região apresentou uma tendência decrescente no tocante ao grau de concentração, tanto no que diz respeito aos produtos, quanto aos países de destino. Para o ano de 1980, o ICP e o ICD eram de

⁴² Ver FERREIRA (1998).

44,8% e 39%, respectivamente, sendo que os anos seguintes, foram marcados por um comportamento decrescente dessas variáveis, ou seja, em 1995 o ICP correspondia ao valor de 27,6% e o ICD 32,1%.

No que diz respeito a outros países, MASSEL (1964), realizou um estudo para 36 países, com o intuito de analisar o grau de concentração em termos do que cada um exportava. Os resultados encontrados para alguns países, foram semelhantes à economia caboverdiana, por exemplo, a República do Gana apresentou um índice de 69,7%, a Malásia de 69,7%. Por outro lado, encontram-se países cujo coeficiente fica abaixo de 50%, como a Tailândia de 49% e Portugal de 23,7%.

3.3.2 As Relações Comerciais de Cabo Verde

A globalização é um processo capaz de produzir revoluções em nível mundial e trazer consigo a competição, que por um lado cria muitas oportunidades às economias que apresentam maior competitividade e maior capacidade de adaptação aos choques externos. Esse processo pode contribuir para resolver os graves problemas (fome, desigualdade de renda etc.) que assolam as pequenas economias.

A insuficiência de recursos, as fracas precipitações e uma pauta exportadora concentrada em poucos produtos primários, como a banana, produtos do mar (peixe enlatado, peixe congelado, peixe fresco, crustáceos e lagostas), calçado e partes do calçado, vestuário, etc, refletem a vulnerabilidade do país, que precisa se adaptar a realidade mundial.

Nas últimas décadas, em todas as regiões do mundo tem-se deparado com processos de formação de blocos econômicos regionais e fortalecimento dos já existentes, dentre muitos temos o exemplo mais bem sucedido a União Europeia (U E) e a European Fair Trade Association (EFTA); na América, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e o North American Free Trade Agreement (NAFTA); no Norte de África a Arab Magreb Union (AMU), no Leste e Sul de África a Common Market for Eastern and southern África (COMESA), ainda no sul a Southern África Development Community (SADC), na África Central a Economic Community of Central África States (ECCAS) e de maior destaque a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Diversos são os motivos que têm contribuído para a aceleração desse processo, precisamente porque os pilares, nos quais se assenta a integração econômica, bem implementados, possuem imensas vantagens, pois, os vários países membros passam a usufruir

de um mercado consumidor muito mais amplo. Sem esquecer também do mercado de trabalho que passa a contar com um leque de oportunidades de emprego muito maior e mais diversificado.

As empresas, por seu turno, passam a gozar de um espaço livre, ou seja, ficam livres de constrangimentos alfandegários e fiscais. Também podem diminuir os seus custos através de uma mais adequada exploração de economias de escala.

Aplicando um novo plano de atuação, isto é, sendo mais racionais no uso das estruturas industriais, uma fixação de preços mais próxima dos custos de produção, propiciarão uma maior eficiência das empresas.

Já que existe livre circulação de bens, serviços e de mão-de-obra, pode-se chegar ao ajustamento entre as indústrias com base em vantagens comparativas, e também elas podem aproveitar o fluxo de inovações, de novos processos e novos produtos, estimulado pela dinâmica do mercado interno.

Do mesmo modo, essa integração permitirá o “desaparecimento” de custos de transação cambial, facilitando o comércio intracomunitário, propiciando uma maior transparência de preços. Havendo uma moeda única, torna-se direta a comparação de qualquer bem que seja transacionado em diferentes países da união, sem esquecer da dimensão internacional que a moeda dos pequenos países passam a ter, pois, por trás desta, está um grande suporte, que é a moeda única (comum).

Cabe ainda ressaltar maior comodidade para quem viaja, já que, o fato de poder usar uma moeda no conjunto dos estados membros da união, configura-se numa grande vantagem.

A CEDEAO, foi criada em 28 de Maio de 1975 em Lagos Nigéria e é formado por 16 países, República do Benin, Burkina Faso, República de Cabo verde, República da Costa do Marfim, República da Gâmbia, República do Gana, República da Guiné, República da Guiné Bissau, República da Libéria, República do Mali, , República Islâmica da Mauritânia, República Federal da Nigéria, República do Níger, República do Senegal, República da Serra Leoa, República do Togo.

Os países que fazem parte da CEDEAO são Estados em processo de democracia incipiente e sem maturidade política, que nasceram sem suporte nacional constituído. Estados que, logo após a sua independência, adotaram o regime socialista (instauração de partidos únicos ou a tomada do poder pelos militares), regime esse que ganhou terreno, num mundo onde o socialismo era a única crença prevalecente para a luta contra o imperialismo.

O processo de independência, tinha então como plano de fundo, a expulsão do colonizador e a tomada do aparato do Estado. Todavia, o colonizador se retira e leva consigo todo o aparato administrativo, deixando os dirigentes apenas com as aspirações de “fazer o país funcionar”.

Apesar dessas dificuldades iniciais (sem esquecer dos outros problemas posteriores a independência, como a guerra, etc) foi criada em toda extensão africana vários processos de integração que tinham objetivos similares como: harmonizar e coordenar políticas nacionais, promover programas de integração e projetos na agricultura, alimentação, indústria, transporte, comunicações, finanças, taxaço e políticas referentes a reformas econômicas.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, composta por 16 países, segundo o Penn World Table (PWT), versão 6.1, para o ano de 2000, cerca de 233.469.180 habitantes, com renda per capita de US\$ 1495,43, com uma área geográfica de 6.062.767 km². apesar da região ser extensa e densamente povoada, a renda per capita (que é o parâmetro importante, ou seja, países de renda elevada não só demandam maiores quantidades de mercadorias como tendem a consumir produtos de melhor qualidade, para além de apresentarem uma maior capacidade de importação) e muito baixa.

Em relação a essa integração, há registros de aumento nas relações comerciais intra-região. Esses resultados podem ter sido frutos de avanços registrados tanto a níveis de infra-estruturas como a níveis da preservação da paz e de mecanismos que favoreceram o comércio (a existência de uma moeda – Franco CFA -, que circula em alguns países da CEDEAO e a criação da Câmara de Compensação). Entretanto, como se trata ainda de circulação incompleta, esse aumento registrado pode ser grande parte, explicado pelo desvio do comércio, já que existe uma grande similaridade entre os produtos exportados pelos países membros e além disso existe uma série de problemas pelas quais passa a região, o que a impede de atingir uma maior integração. Como pode ser visto pela TABELA 7 a seguir, onde estão representados, a evolução do comércio interno a cada bloco e o comércio como percentual da exportação regional de cada bloco.

TABELA 7
Comércio Intra-Regional

Blocos	Comércio interno a cada bloco (exportações em milhões de dólares)					Comércio interno como % da exportação regional de cada bloco				
	1980	1990	1995	1999	2000	1980	1990	1995	1999	2000
Europa										
EFTA	524	782	925	958	831	1,4	1,1	1,1	1,1	0,9
U.E.	456.857	981.260	1.259.699	1.404.833	1.418.149	85,2	87,9	86,5	86,2	85,9
América										
Mercosul	3.424	4.127	14.199	15.313	17.785	31,8	22,2	43,1	40,3	38,9
NAFTA	102.218	226.273	394.472	581.161	674.411	79,0	88,7	87,3	90,3	91,0
África										
CEDEAO	661	1.532	1.875	2.303	2.906	73,5	75,5	77,0	71,8	73,7
SADC	108	1.058	4.124	4.224	4.453	54,9	86,3	82,0	79,3	79,8

FONTE: UNCTAD. Dados baseados nas informações do Fundo Monetário Internacional.

Os países que parecem ter obtido maior ganho com a CEDEAO, foram aqueles que conseguiram avançar um pouco mais no processo de integração e adotaram ou já possuíam uma moeda comum, ou seja, República do Benin, Burkina Faso, República da Costa do Marfim, República do Níger, República do Senegal e República do Togo.

Cabo Verde tem mantido relações comerciais com os países membros, mas ainda insignificantes em relação ao total do que exporta e importa, resultado da sua pauta restrita de exportação e de um leque de importados não “compatíveis” com as pautas dos países membros, o que faz com que o mesmo não dê tanta atenção ao processo de integração em questão .

CAPÍTULO 4: ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a apresentação da formação econômica e social de Cabo Verde, no qual a preocupação encontrava-se na necessidade em proporcionar informações, que possibilitassem o entendimento do que representa o comércio exterior para a economia caboverdiana, procede-se no levantamento de teorias e evidências empíricas, que apontem para a importância da abertura econômica sobre o crescimento. Portanto, este capítulo, para além de apresentar a fundamentação teórica, que permite analisar tais questões, ele também fornece os resultados encontrados para Cabo Verde.

Ou seja, no presente capítulo, apresentam-se os aspectos metodológicos utilizados na investigação da relação direta existente entre abertura e crescimento econômico, para a economia caboverdiana, e para isso, este se encontra dividido em quatro seções, sendo que nas três primeiras seções, procura-se calcular a produtividade total dos fatores (PTF) e investigar a veracidade, para os dados de Cabo Verde, no que diz respeito ao fato dela ser ou não um dos elos de comunicação, segundo os quais a relação das variáveis acima mencionados se efetivam.

Na primeira seção faz-se uma revisão da literatura que discute a importância da abertura comercial e crescimento econômico. Na segunda seção procede-se no cálculo e análise da Produtividade total dos fatores para a economia de Cabo Verde para o período entre 1960-2000, esta, encontra-se dividida em três subitens, onde o primeiro descreve o modelo Neoclássico de crescimento utilizado para realizar a decomposição da taxa de crescimento e obter a produtividade total dos fatores, o segundo narra os dados utilizados neste procedimento e por fim, o terceiro subitem analisa os resultados para a economia deste país.

A terceira seção tem por objetivo mostrar através do método de MQO, para os dados de Cabo Verde, que existe uma relação positiva entre abertura econômica e produtividade total dos fatores, sem se ater, a eventuais problemas que este método possa apresentar, já que aqui, o objetivo é de apenas investigar se essa relação existe.

Este procedimento se faz necessário, pelo fato de diversos autores terem encontrado resultados, que apontam um crescimento da PTF em países que apresentam um nível maior de relacionamento com o exterior. Ou seja, países que apresentam um maior grau de abertura de suas economias, pelo fato de estarem expostos a competitividade externa, tendem a alocar melhor os seus recursos proporcionando-se assim, melhores registros em relação à produtividade total dos fatores de produção.

E por fim, a última seção tem por objetivo investigar a partir da utilização da metodologia Vetores Auto-Regressivos a relação direta existente entre abertura e crescimento econômico e este é o objetivo precípua deste trabalho. Nesta seção apresenta-se uma breve introdução a metodologia VAR, as evidências empíricas relacionadas à aplicação desta técnica, para a investigação em questão, e finalmente, os resultados para a economia caboverdiana.

A revisão da literatura permitiu ver que, muitos autores apontam a produtividade total dos fatores como sendo uma das vias pelas quais a abertura econômica afeta o crescimento, portanto, justifica-se assim, a necessidade em se conhecer o comportamento da mesma ao longo do tempo para a economia caboverdiana.

Para realização de tal tarefa, esse trabalho segue um número considerável de estudos que utilizam a função de produção neoclássica para fazer a decomposição da taxa de crescimento⁴³, cuja técnica requer a divisão da função de produção em quatro partes: a elevação da fronteira tecnológica, a elevação da relação capital-trabalho, a elevação dos anos médios de escolaridade e o componente residual da produtividade, que é a variável de interesse.

Após a identificação da componente produtividade procede-se na investigação da veracidade da ligação entre abertura econômica e produtividade para os dados da economia Caboverdiana, valendo-se do método de Mínimos Quadrados ordinários (MQO), método esse que já foi empregue por diversos autores com o intuito de ratificar, a partir de evidências empíricas, a relação existente entre produtividade total dos fatores e abertura econômica, aspectos que serão objeto de estudo na terceira seção.

A utilização da técnica de MQO na terceira seção, tem por objetivo, apenas constatar se a relação entre a produtividade total dos fatores e a abertura econômica é positiva, sem se preocupar com as estatísticas apresentadas por essa técnica⁴⁴.

Para investigar a relação direta entre a abertura econômica e o crescimento, os autores, que serão mencionados na revisão da literatura, fizeram o uso de alguns instrumentos econométricos, como por exemplo, a técnica de MQO, que apresentou alguns inconvenientes, já que existe uma relação de endogeneidade entre essas duas variáveis, ou seja, há um processo de

43 Ver autores como GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003), WOLFF (1991), PRESCOTT (2002), etc.

44 Ou seja, esse capítulo, preocupa-se apenas em mostrar se existe ou não uma relação positiva entre as variáveis sem se preocupar com certos problemas, como heterocedasticidade, autocorrelação, etc.

determinação conjunta das mesmas que contaminam os resultados encontrados e a eficiência das medidas econométricas usuais, portanto, neste caso não é recomendável o uso de tal metodologia.

Pelo fato de existirem alguns inconvenientes quando se aplica a técnica de MQO, em variáveis que apresentam problemas de endogeneidade, mais recentemente, outra técnica tem sido utilizada para testar a relação direta entre abertura econômica e crescimento do Produto, essa metodologia é denominada de Vetores Auto-Regressivos (VAR), que apresenta algumas vantagens, como por exemplo, capta os padrões históricos de cada variável e seu relacionamento com outra sem impor uma relação de causalidade *ad hoc*. Essa técnica será objeto de estudo na seção quatro.

4.1 Importância das Exportações e da Abertura Econômica para o Crescimento: Revisão da Literatura

Inúmeros estudos já realizados apontam para a importância que as exportações e a abertura econômica tiveram e têm no crescimento e desenvolvimento de um país. Um dos trabalhos seminais, nessa área foi realizado por KRUEGER (1966), que procura investigar o impacto da expansão das exportações e da abertura sobre o crescimento do produto, analisando os custos que uma determinada economia teria caso insistisse na proteção do seu comércio. A constatação de custos elevados em comparação ao produto da economia (por exemplo para a Turquia esse custo equivaleria a 7% do Produto Nacional Bruto) justifica a necessidade que a abertura econômica tem para o crescimento do produto.

A importância da expansão das exportações para o crescimento econômico foi igualmente pesquisada por MICHAELY (1977). O estudo baseou-se numa amostra de 41 países em desenvolvimento, cuja conclusão foi a de que realmente existe uma relação positiva entre o crescimento do Produto Interno Bruto per capita e um aumento na razão exportação/PNB.

A relação não foi muito expressiva para 23 dos países mais ricos da amostra, e para os países pobres, não foi encontrada qualquer evidência, o que levou a concluir que o crescimento é afetado pela expansão das exportações, apenas quando os países alcançam um nível mínimo de desenvolvimento.

BHAGWATI (1978), mostra que enquanto se tiver um grande número de efeitos micro-econômicos que acompanhem a desvalorização, liberalização, etc., não será possível detectar efeitos significativos das mudanças de estratégia na performance do crescimento.

BALASSA (1978) encontrou uma significativa e positiva relação entre crescimento e a expansão das exportações, que ia ao encontro à idéia da industrialização via orientação externa.

O estudo baseou-se numa amostra de 11 países, o que deve ter influenciado os seus resultados, já que os países que faziam parte da amostra eram países de alta performance, como a Coreia do Sul, Taiwan, etc. Além disso, questionou-se também se os resultados alcançados eram aplicáveis a uma amostra maior.

Até então os estudiosos utilizaram apenas duas variáveis (exportação e o produto) para testar a relação entre expansão das exportações e o crescimento econômico e investigar se a hipótese do desenvolvimento tendo como base o mercado externo tem um efeito positivo e significativo sobre as taxas de crescimento.

Os estudos seminais foram realizados associando-se crescimento econômico a apenas uma variável, expansão das exportações, deixando-se de lado fontes importantes de crescimento, e isso cria viés que pode levar a uma correlação espúria. Uma forma utilizada para superar o viés de especificação foi relacionar o crescimento da economia com outras variáveis como; o trabalho, o capital, etc., através da utilização da função de produção, para além do uso de um componente adicional, indicador de performance de exportação, de forma a captar melhor os efeitos da abertura sobre o crescimento, BALASSA (1978 b), TYLER (1981) e KAVOUSSI (1984).

Tyler, trabalhou com uma amostra de 55 países (entre estes estavam os seis países exportadores de petróleo), com níveis de renda medianos. Ele excluiu os países mais pobres, porque segundo o mesmo, há necessidade de um nível mínimo de desenvolvimento, principalmente no setor manufatureiro.

Ele aproveitou-se de variáveis anteriormente utilizadas por outros autores e acrescentou uma variável de classificação da performance do país (taxa média de crescimento anual do PIB para 1960-77) e constatou que existia uma relação positiva e significativa entre crescimento econômico e abertura econômica, principalmente se esse estivesse ligado à expansão das exportações que eram eminentemente constituídas por bens manufaturados.

O resultado encontrado, por Tyler foi muito forte para os dois casos. Ao retirar os países que fazem parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), os resultados

também se mostraram significantes, e isto para o mesmo, denota que uma política industrial coerente é/ou deve ser parte integrante de estratégias de desenvolvimento global.

Outro resultado encontrado é o de que, países que têm um crescimento econômico mais rápido são identificados como sendo aqueles em que a taxa de crescimento do investimento bruto doméstico cresce mais rapidamente. Para analisar o efeito entre o crescimento do PIB e o crescimento das exportações, Tyler usou a variável taxa real de crescimento médio anual do total das exportações durante o período 1960-77 (que representa a variável, crescimento das exportações), e o resultado encontrado foi positivo e significativo, ou seja, o crescimento das exportações influencia positivamente o crescimento do PIB.

Neste estudo Tyler utiliza seis variáveis explicativas, taxa de crescimento de bens manufaturados, taxa de crescimento de investimento bruto doméstico, taxa de crescimento das exportações, taxa de crescimento dos ganhos com exportação dos bens manufaturados, taxa de crescimento externo direto e mudanças nos termos de troca do comércio, sendo que os três primeiros tiveram maior magnitude em termos de impacto sobre o crescimento econômico.

Os resultados de Tyler são extensões aos resultados de Balassa demonstrando a evidência de uma grande associação entre a performance das exportações e o crescimento do PNB. Segundo o mesmo, esse resultado sugere que países que negligenciam o seu setor exportador através de políticas discriminatórias terão taxas de crescimento econômico baixas.

KAVOUSSI (1984), procurou estudar a relação entre expansão das exportações e crescimento econômico a partir de uma amostra de 73 países em desenvolvimento, incluindo tanto os países de baixa renda, quanto os de renda média, para o período de 1960-1978.

O objetivo desse autor era investigar a relação entre exportação e crescimento econômico e saber se a mesma era significativa, além de procurar saber se o crescimento era afetado pelo nível de desenvolvimento já alcançado e qual a pauta de exportação ideal.

Os estudos anteriores ao de Kavoussi, a exemplo de: FEDER (1982), De MELO e ROBINSON (1990), GROSSMAN e HELPMAN (2001), mostraram que existe uma forte relação positiva entre exportação e crescimento econômico, mas os seus resultados são limitados pelas categorias particulares de países em desenvolvimento que foram utilizados.

Kavoussi expande a amostra para os países classificados como sendo de baixa renda e também para aqueles países pertencentes ao grupo de renda média, além de fazer a diferenciação entre produtos manufaturados e produtos primários, já que o seu intuito é saber até que ponto as

exportações afetam o crescimento do produto e que papel a composição da pauta exportadora exerce sobre os resultados.

Kavoussi, partiu de um modelo onde as variáveis utilizadas foram taxa real de crescimento das exportações de mercadorias como *proxy* para a expansão das exportações e a taxa real de crescimento do produto, para medir a performance da economia e os resultados foram positivos e estatisticamente significantes.

Para determinar se a relação entre crescimento das exportações e a performance econômica é afetada pelo grau de desenvolvimento, o autor, dividiu a amostra em dois grupos pelo nível de renda e chegou a conclusão de que em ambos os grupos de países, a expansão das exportações estava associada a uma melhor performance econômica, e uma das causas importantes utilizadas para justificar tal comportamento era o impacto favorável que as exportações tinham sobre a produtividade total.

Para examinar o argumento de que existe uma relação entre expansão das exportações e crescimento econômico e que a intermediação é feita via produtividade total dos fatores de produção, ele parte de uma função de produção composta por estoque de capital, trabalho e o tempo. Ele estima uma equação linear que relaciona a taxa de crescimento do produto com a soma das taxas de crescimento do estoque de capital e da força de trabalho. A hipótese de que a expansão das exportações aumenta a produtividade total dos fatores é incorporada ao modelo assumindo que essa função linear definida anteriormente, é também composta pela taxa de crescimento das exportações.

KAVOUSSI (1984), também demonstrou que o efeito de uma pauta exportadora baseada em produtos primários, o efeito da expansão das exportações sobre o crescimento é impactuante quando o país é classificado como sendo de renda média.

Tanto nos países de baixa renda, quanto nos de renda média, a expansão das exportações mostrou estar associada ao crescimento econômico. Em países que exportavam os dois tipos de bens (primários e manufaturados), não foi possível observar, segundo o autor diferenças de impacto na economia.

Mas, o resultado mais notável e que é a causa da correlação positiva entre crescimento das exportações e o crescimento do produto é o aumento da produtividade verificada nas duas amostras, como consequência do efeito da expansão das exportações.

De um lado, as exportações de bens primários parece elevarem o fator de produtividade total dos países de níveis de renda mais baixo e o seu crescimento marginal vai caindo à medida que o país vai tendo aumento em sua renda e deixando de ser pobre.

E, finalmente, apesar da expansão não parecer afetar o fator de produtividade total para as economias de renda média, quando os produtos exportados são os primários, ainda assim, a correlação entre expansão das exportações e o PNB continua positiva. Esse resultado parece indicar que, se a exportação de produtos primários contribui para o crescimento econômico dos países mais avançados isso é feito através da aceleração da taxa de formação de capital.

Outro autor que também encontra os resultados que apontaram para um efeito positivo das atividades exportadoras sobre o resto da economia, FEDER (1982) utilizou-se da função de produção neoclássica típica, separada em dois setores, um que produz bens domésticos e outro que apenas produz bens para exportação e o produto total da economia é dado pela soma dos dois setores.

Segundo Feder o setor exportador contribui para o crescimento econômico em uma variedade de modos, tais como: a melhoria da capacidade de utilização dos recursos, permite ganhos de economias de escala, incentiva a melhoria da tecnologia, aumenta a competitividade a partir da entrada de empresas e produtos estrangeiros, etc., e os impactos desses efeitos vão depender do tamanho e da orientação da economia para o comércio e estado do setor manufatureiro nessa mesma economia.

MOSCHOS (1987), parte de uma análise multivariada entre países e pesquisa sobre a existência de um nível crítico de desenvolvimento, ou seja, a existência de um patamar mínimo necessário de desenvolvimento, no qual países que estejam acima ou abaixo desse nível teriam realmente impactos de expansão da exportação sobre o crescimento econômico diferenciados. Ele chegou a resultados que sugerem que ambos os grupos de países ganham com a expansão das exportações e constatou que o impacto das exportações sobre o crescimento não é necessariamente maior nos países mais avançados do que nos menos avançados. Entretanto é de salientar que o método econométrico não corrigiu para o problema da endogeneidade que pode ter levado a esse resultado.

MOON (1997), no seu estudo sobre a relação entre crescimento e desenvolvimento orientado para exportação chegou a três conclusões: nações que deram prioridade ao desenvolvimento orientado para o exterior não atingiram níveis de comércio notadamente

maiores daquelas que assumiram um desenvolvimento voltado para dentro; os países que seguiram esse caminho tiveram crescimento nas relações comerciais, mas não alcançaram valores tão diferentes das dos países que não optaram por tal procedimento; e finalmente, não está muito claro que a expansão da exportação é a principal fonte de crescimento, também é importante levar-se em conta a performance da economia.

SUBSAT (2002), tentou calcular um índice que funcionasse como um elo de ligação entre a exportação e o crescimento econômico. O objetivo era controlar as diversas variáveis que afetavam o crescimento e isolar apenas o efeito da exportação, de forma a extrair um índice que capturasse apenas os impactos das políticas levadas a cabo nesta área, sobre o crescimento.

Os seus resultados sugerem que, os países de renda média, que possuem uma orientação mais voltada para o exterior, relativamente crescem mais rapidamente do que os países pobres que possuem essa orientação externa.

Tendo evidências de que existe uma relação positiva entre exportação e crescimento a questão central é saber de que forma ela se dá.

Diversos são os benefícios advindos da troca comercial, ela abre canais de comunicação que facilita a transmissão de informação técnica; incentiva os empresários a perseguirem novas idéias e tecnologias, aumenta os mercados onde as firmas podem atuar e permitem a realocação dos recursos (incentivo a um determinado padrão de especialização), etc, GROSSMAN e HELPMAN (2001).

Quando um país abre a sua economia, ele se depara com um mercado mundial amplo que o permite ter contato com novos produtos e novos métodos de produção. Essa transmissão de informação dificilmente consegue ser dissociada das trocas de mercadorias e serviços que aumentam com a abertura.

Concomitantemente, a difusão do conhecimento impõe ao empresário a necessidade de estar sempre inovando, e isso requer vultosos investimentos. O incentivo ao investimento justifica-se pelo poder de monopólio que a firma líder passa a ter, poder esse que estaria ameaçado pela duplicação da inovação, que poderá ser eliminado ou diminuído a partir da integração ao mercado mundial.

Portanto, a comunicação acelera o processo de inovação e contribui para o crescimento da economia como um todo. E esse efeito positivo não é apenas percebido a nível local, já que o aumento da competição incita outras economias a se comportarem da mesma forma (efeito

transbordamento – *spillovers*), fato que contribui para o aumento do estoque de conhecimento e que por sua vez permite uma rápida redução dos custos de produção.

Um efeito importante do comércio é permitir a competição entre inovadores em diferentes países, que funciona como um grande estímulo por idéias e tecnologias novas.

Essa integração, por um lado, amplia as oportunidades de vendas maiores e por conseqüência lucros também maiores, mas por outro lado, intensifica a competição, tanto no que diz respeito à variedade quanto à melhoria da qualidade dos bens comercializados, que reduzem as chances de lucro. O efeito líquido pode não afetar o crescimento de longo prazo, contudo, a economia como um todo sofre uma melhora qualitativa de seus bens e serviços.

As possibilidades criadas pela maior extensão do mercado são rapidamente absorvidas pela competição, podem por um lado incentivar ainda mais a inovação, ou então, por outro lado, incitar a especialização em produtos tradicionais por países que apresentam uma certa defasagem em relação ao processo inovativo da economia mundial. Ou seja, mesmo para os países que não conseguem acompanhar o ritmo da economia líder, a abertura econômica permite uma realocação dos recursos que poderá resultar em efeitos positivos intersetoriais.

Mesmo competindo com países onde o desenvolvimento tecnológico é muito elevado, onde as taxas de inovação são maiores, a abertura econômica ainda permite aos países “menores” a realocação dos recursos de forma a obterem ganhos a partir da especialização (vantagem comparativa)⁴⁵.

De MELO e ROBINSON (1990) mostraram também que a abertura econômica tem um efeito positivo sobre o crescimento via aumento de produtividade total dos fatores de produção (PTF), que ocorre a partir da exploração das economias de escala, transferência de tecnologia e aumento da competitividade. Portanto, para os mesmos, os modelos neoclássicos apenas capturam parcialmente os fatos estilizados da industrialização através da política orientada para o exterior, então há necessidade de expandir esses modelos.

Uma forma de fazê-lo é introduzindo externalidades. As externalidades são perceptíveis pelo fato de que, quando um país adota a industrialização a partir da ótica voltada para o exterior, esse se beneficia tanto pela promoção de suas exportações, quanto pelas importações, na medida

⁴⁵ Dependendo das circunstâncias de como os fatores forem realocados dentro da economia desenvolvida esta pode sofrer uma estagnação em sua economia, mas jamais os países menos desenvolvidos poderão ser prejudicados. Ver GROSSMAN e HELPMAN (2001), p. 255.

em que os bens importados trazem consigo tecnologia que incentivam as inovações tecnológicas, que permitem que, cada vez mais, os recursos se tornem mais produtivos.

Pela exposição feita acima a produtividade total dos fatores é relevante, como meio pelo qual a abertura econômica afeta o crescimento, portanto, justifica-se assim, o procedimento que será realizado a seguir para a economia caboverdiana, ou seja, a decomposição da taxa de crescimento, cujo objetivo principal é calcular e verificar a evolução desta variável.

4.2 Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Caboverdiana: Análise Descritiva.

O objetivo desta seção é calcular a produtividade total dos fatores e analisar a sua trajetória ao longo do tempo, para a economia de Cabo Verde para o período entre 1960-2000.

Como já citado requer-se com tal procedimento, encontrar os valores referentes a essa variável, produtividade, que posteriormente será utilizada para investigar a existência da relação entre ela e a abertura econômica.

Esta seção encontra-se dividida em três partes, onde a primeira tarefa diz respeito à aplicação do modelo neoclássico de crescimento, onde são descritas, a função de produção utilizada, a construção dos estoques de capital físico e humano e a decomposição logarítmica do crescimento; a segunda parte se refere à apresentação e análise dos dados que foram empregues e no cálculo da produtividade total dos fatores e finalmente, a terceira, onde será realizada a análise dos resultados para a economia caboverdiana.

Tal procedimento, justifica-se pela necessidade de se avaliar o desempenho e a evolução da produtividade total dos fatores, bem como, retratar que variáveis foram determinantes para o crescimento da economia caboverdiana.

4.2.1 Aplicação do Modelo Neoclássico de Crescimento⁴⁶

Justifica-se a escolha do Modelo Neoclássico de Crescimento pelo fato de ser o mais comumente utilizado quando a preocupação é decompor a taxa de crescimento do produto. Pretende-se com o modelo neoclássico de crescimento proceder a essa decomposição, que pode

⁴⁶ Essa seção foi desenvolvida com base no trabalho realizado por GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003).

ser dividida em quatro partes, descritas a seguir: deslocamento da fronteira tecnológica, comum às economias, elevação da relação capital-trabalho, elevação da escolaridade e o componente residual da produtividade intrínseco a cada economia sobre o qual recai maior interesse. O primeiro passo para a realização de tal tarefa é descrever a função de produção utilizada e as propriedades da mesma.

4.2.1.1 Função de Produção

O modelo neoclássico de crescimento parte de uma função de produção agregada que apresenta uma relação funcional estável entre a produção de bens e serviços e o emprego dos serviços dos fatores de produção, capital e trabalho num determinado período de tempo.

A equação que pode refletir a produção agregada da economia é dada por:

$$y_{it} = A_{it} f(k_{it}, H_{it} \lambda_t) \quad (1),$$

em que y_{it} é o produto por trabalhador da i -ésima economia no instante t , A_{it} é a produtividade total dos fatores descontada da evolução tecnológica (PTFD), k_{it} é o capital por trabalhador, H_{it} é o capital humano (educação) por trabalhador e $\lambda_t \equiv (1 + g)^t$ representa o impacto da evolução da fronteira tecnológica (evolui a uma taxa constante) sobre a produtividade do trabalhador (que aumenta à medida que o progresso tecnológico avança)⁴⁷.

A função de produção tem as propriedades usuais da função neoclássica, isto é, apresenta homogeneidade de grau um, produtividade marginal positiva e decrescente nos insumos e sujeita a retornos constantes de escala.

O produto marginal do capital, ou seja, o ganho do produto que se obtém ao elevar-se em uma unidade o emprego de serviços de capital é dado por:

$$PMgK_{it} = \alpha A_{it} k_{it}^{\alpha-1} (H_{it} \lambda_t)^{1-\alpha}.$$

⁴⁷ Supõe-se que todas as economias têm acesso à mesma tecnologia, apesar do emprego não ser igualmente eficiente.

A função que será utilizada para fazer a decomposição do desenvolvimento é dada pela seguinte equação, com o formato Cobb-Douglas:

$$y_{it} = A_{it} k_{it}^{\alpha} (H_{it} \lambda_t)^{1-\alpha} \quad (2),$$

em que α é a elasticidade do produto em relação ao capital. Da equação (2) obtemos a produtividade total dos fatores (PTF) que se divide em dois itens: produtividade total dos fatores descontada (PTFD), A_{it} , que é inerente a cada país, e a evolução da fronteira tecnológica, $\lambda_t^{1-\alpha}$, e esta sendo comum a todas as economias⁴⁸. Também há necessidade em se descrever de que forma evoluem os estoques de capital físico e humano e como afetam a produtividade total dos fatores.

4.2.1.2 Construção dos Estoques de Capital Humano (Educação) e Físico

A forma como a educação afeta a produtividade é feita com base na obra de BILS e KLENOW (2000):

$$H_{it} = e^{\phi(h_t)} \quad (3),$$

onde h_{it} , são os anos médios de escolaridade da população economicamente ativa (PEA). Em relação à função $\phi(\cdot)$ adota-se a fórmula de Bils e Klenow :

$$\phi(h) = \frac{\theta}{1-\psi} h^{1-\psi} \quad (4),$$

onde, θ mede a elasticidade dos números de anos de estudo sobre a produtividade e ψ mede a contribuição que cada ano de estudo tem para a produtividade, ou seja, se ψ for igual a um, isso significa que a contribuição para a produtividade de uma pessoa que é analfabeta é a mesma para uma pessoa que possui 12 anos de estudo, cujos intervalos são: $\theta > 0$ e $0 < \psi < 1$.

⁴⁸ Para maiores detalhes consultar GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003).

O estoque de capital físico é calculado utilizando-se do método do inventário perpétuo⁴⁹, ou seja, o capital em um dado momento é resultado da soma do capital do período anterior líquido da depreciação ao investimento no instante anterior, dada pela equação abaixo:

$$K_{t+1} = (1 - \delta) K_t + I_t \quad (5),$$

onde δ é a taxa de depreciação física do capital, I_t é o investimento bruto no período t e K_t é o estoque de capital agregado no período anterior⁵⁰.

4.2.1.3 Decomposição Logarítmica do Crescimento

Da função de produção Cobb-Douglas pode-se computar a evolução dos componentes acima descritos, a partir do cálculo da variação logarítmica entre dois instantes, t e $t+N$, através da seguinte equação:

$$\ln \frac{y_{i,t+N}}{y_{it}} = \ln \frac{A_{i,t+N}}{A_{it}} + (1-\alpha) \ln \frac{\lambda_{t+N}}{\lambda_t} + \alpha \ln \frac{k_{i,t+N}}{k_{it}} + (1-\alpha) \ln \frac{e^{\phi(h_{i,t+N})}}{e^{\phi(h_t)}} \quad (6),$$

ou seja, a contribuição das variações da PTFD, fronteira tecnológica, acumulação de capital físico por trabalhador e variação escolaridade média da força de trabalho para o crescimento do produto por trabalhador é dada, respectivamente, por:

$$\frac{\ln \frac{A_{i,t+N}}{A_{it}}}{\ln \frac{y_{i,t+N}}{y_{it}}}, \frac{(1-\alpha) \ln \frac{\lambda_{t+N}}{\lambda_t}}{\ln \frac{y_{i,t+N}}{y_{it}}}, \frac{\alpha \ln \frac{k_{i,t+N}}{k_{it}}}{\ln \frac{y_{i,t+N}}{y_{it}}}, \frac{(1-\alpha) \ln \frac{e^{\phi(h_{i,t+N})}}{e^{\phi(h_t)}}}{\ln \frac{y_{i,t+N}}{y_{it}}} \quad (7),$$

⁴⁹ A base de dados para o cálculo da decomposição da taxa de crescimento encontra-se na TABELA A.3, em anexo.

⁵⁰ Consultar GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003.).

4.2.2 Dados Utilizados na Decomposição da Taxa de Crescimento

Todos os dados utilizados para efetuar os cálculos da decomposição da taxa de crescimento do produto foram coletados pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE) e pelo Banco de Cabo Verde (BCV) e foram trabalhados e disponibilizados pela Penn World Table (PWT), versão 6.1. Foram utilizadas as seguintes variáveis: população total e economicamente ativa; Produto Interno Bruto per capita e por trabalhador; investimento como proporção do PIB a preços correntes e a preços constantes, todos anuais. A utilização de PIB a preços correntes e a preço constante é feita para testar se existe diferença de resultados, quando se usa uma e não a outra variável. Como os resultados foram os mesmos, isto é uma indicação de indiferença quanto ao uso de uma ou de outra série. Para a variável, investimento, foi realizado o mesmo tipo de teste. Essa variável foi utilizada para construir as séries de capital físico e de capital por trabalhador.

A variável população, disponível no banco de dados PWT é fornecido pelo World Bank – World Development Indicators de 2001. Os dados do PIB real per capita são ponderados segundo o método de Laspeyres tendo como ano índice o de 1996 pela PWT. O PIB por trabalhador foi computado tendo como base a variável comumente utilizada, População Economicamente Ativa (PEA), que foi disponibilizada pela International Labour Organization.

A amostra cobre o período que vai desde 1960 até o ano 2000, pois esse foi o período em que havia dados disponíveis para Cabo Verde e os dados da PWT são calculados segundo o conceito da paridade de poder de compra que corrige os efeitos das diferenças de custo de vida dos países.

Os anos médios de escolaridade da PEA foram calculados a partir das informações referentes às taxas de matrícula nos ensinos primário e secundário (fornecidos pelo World Bank, 2000) através da técnica desenvolvida por BARRO e LEE (2000). No que concerne aos anos médios de educação, foram obtidos informações pontuais a cada 5 anos e posteriormente extrapolados e interpolados para os outros anos da amostra.

Cabe ressaltar que os dados sobre educação podem não retratar fielmente a educação em Cabo Verde, já que não foi levada em conta, para o cálculo dos anos médios de escolaridade, a taxa de matrícula no ensino terciário, que só foi introduzida no país a partir de 1999.

Entretanto, o país possui convênios com universidades e instituições de ensino no exterior que garantem o estoque de mão-de-obra qualificada no país (antes e depois desse período), embora, não se tenha um controle em relação ao número de estudantes que regressam. Contudo, isso não interfere nos cálculos, já que para o mesmo há necessidade de computar a contribuição desse setor educacional e como não se tem um controle sobre o mesmo, não há, portanto, como levar em conta o apoio que esse setor tem para os anos médios de escolaridade. Ou seja, a contribuição da educação poderia ser maior se houvesse um controle das estatísticas referentes ao número de alunos que regressam ao país.

4.2.2.1 Calibragem

Para obter os resultados referentes aos elementos que compõem a função de produção, ou seja, a evolução da fronteira tecnológica, elevação da relação capital-trabalho, elevação da escolaridade e o componente residual da produtividade, há necessidade em atribuir valores a alguns parâmetros.

Para a taxa de depreciação foi utilizada a taxa de depreciação da economia americana de 3,5%, que praticamente não varia entre países. A taxa de progresso técnico usado foi de 1,53%. Para calibrar a função $\phi(h)$, que define o estoque de capital humano da economia, utilizou-se os parâmetros; $\theta = 0,32$ e $\psi = 0,58$. A participação na renda do capital, $\alpha = 0,4$ ⁵¹.

4.2.3 Análise dos Resultados para Cabo Verde

Nesta seção apresenta-se a evolução da produtividade total e descontada dos fatores, bem como os cálculos da decomposição logarítmica do produto.

A FIGURA 5 abaixo apresenta a evolução da produtividade total dos fatores de Cabo Verde, onde é visível uma mudança de patamar da mesma variável. Esse crescimento abrupto da produtividade pode ser explicado, pelo fato de que no período que antecede os anos de 1980

⁵¹ Todos esses valores foram emprestados de GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003) estudo realizado para trinta economias e PESSÔA acessado em Dezembro de 2004, realizado para 83 economias, subdivididas em cinco categorias: milagres econômicos, economias de crescimento rápido, economias de crescimento médio, países de crescimento baixo e desastres econômicos.

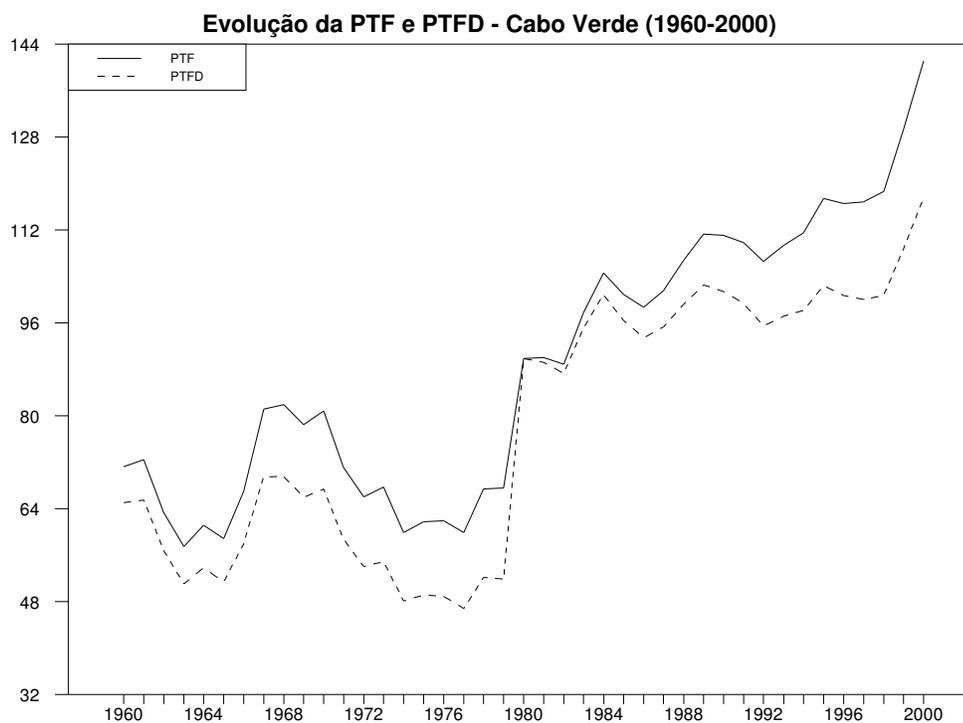
(período de colonialismo e partido único) não houve nenhuma preocupação em elaborar qualquer plano de desenvolvimento nacional.

A partir dos anos 1980 começa a se dar importância ao planejamento da economia, precisamente pela preocupação em se promover o desenvolvimento. Nesse âmbito, surge o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), 1982-1985, que visa eliminar as seqüelas do colonialismo e a criação de meios que proporcionem o desenvolvimento sustentado.

Pretendia-se, com tal plano, melhorar a base produtiva (através de medidas que visassem recuperar a capacidade produtiva dos solos e a intensificação de programas de pesquisa, etc.); criar empregos, ou pelo menos, manter os temporários, principalmente naqueles setores de uso intensivo de mão-de-obra; melhorar os indicadores sócio-econômicos, ou seja, permitir à população o acesso a melhores condições de habitabilidade (urbanismo, saneamento básico, etc.); reforçar infra-estruturas básicas, nomeadamente transportes e comunicações, promover mais investimentos no sentido de melhorar a capacidade interna, no que diz respeito aos recursos humanos, etc.

O resultado de um processo de planejamento e investimento acabou por afetar positivamente os indicadores econômicos, o PIB (Produto Interno Bruto) teve um crescimento médio anual de 5,2% ao ano, (1982-1985).

FIGURA 5



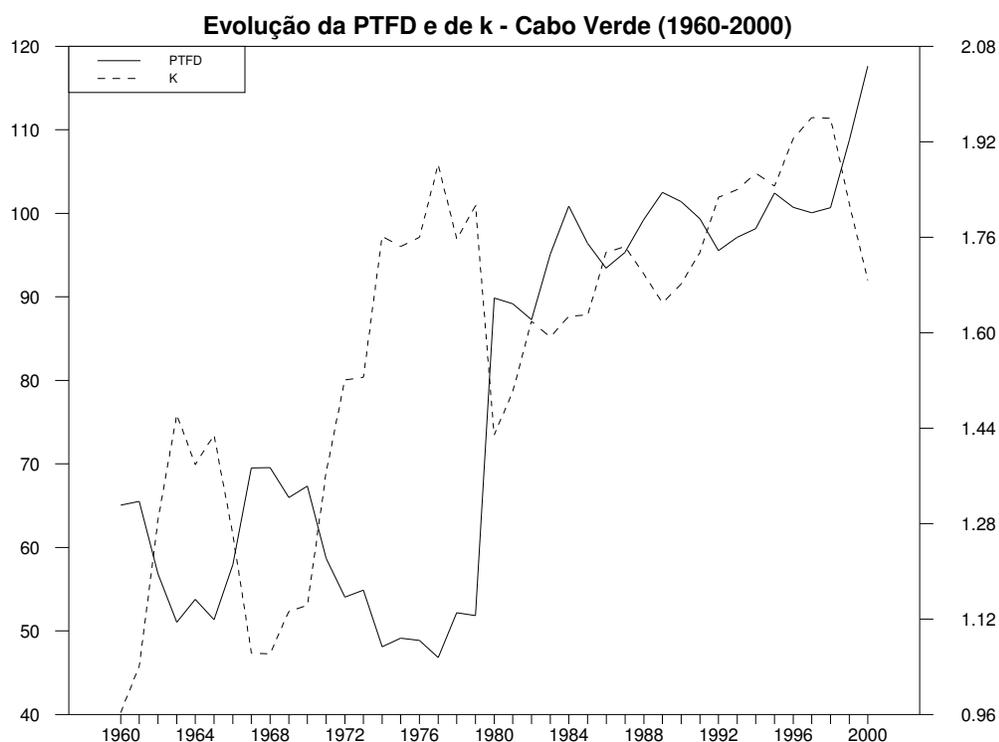
FONTE: Elaborada pela autora a partir dos dados da PWT, versão 6.1.

A FIGURA 6 apresenta a evolução da PTFD (produtividade total dos fatores descontada da fronteira tecnológica) e a evolução da relação capital-produto para o mesmo período, 1960-2000.

É observável que após um período de oscilações (1960/1980), a produtividade total dos fatores descontada apresenta uma tendência de crescimento. Entre 1960-70 o valor médio da produtividade é 61,25 e a relação capital-produto para o mesmo período é de 1,2⁵², enquanto que para o segundo decênio (1970-80), a PTFD é 56,52 e k é de 1,61, ou seja, os fatores de produção parecem menos produtivos, por um lado, e por outro lado, ocorre um maior acúmulo de capital.

⁵² Para se ter uma idéia, para o Brasil a PTFD durante esse período é de aproximadamente 80,5 e k é de 2,1.

FIGURA 6



FONTE: Elaborada pela autora a partir dos dados da PWT, versão 6.1.

No período entre 1980-90 a PTFD é 95,51 e k é 1,62, portanto há um aumento da produtividade dos fatores acompanhada por uma relação estável entre capital – produto e uma queda na evolução da fronteira tecnológica.

No decênio seguinte a PTFD é de 101,98 e o k é 1,83, ou seja, não só acontece um aumento na produtividade dos fatores como também, um maior acúmulo de capital por produto acompanhado de um deslocamento da fronteira tecnológica.

A partir dos anos 1990 a PTFD atinge patamares bem elevados, em relação à produtividade utilizada como paradigma, ou seja, 100 para Estados Unidos da América, e isso coincide com o período em que há um re-posicionamento da economia em relação ao setor externo acompanhado com um período de intensas privatizações, apesar dos diversos estrangulamentos que a economia caboverdiana sofre.

A FIGURA 7 apresenta a evolução da PTFD (produtividade total dos fatores descontada da fronteira tecnológica) e a evolução da relação capital-produto para o mesmo período, 1960-2000.

É observável que após um período de oscilações (1960/1980), a produtividade total dos fatores descontada apresenta uma tendência de crescimento. Entre 1960-70 o valor médio da produtividade é 61,25 e a relação capital-produto para o mesmo período é de 1,2⁵³, enquanto que para o segundo decênio (1970-80), a PTFD é 56,52 e k é de 1,61, ou seja, os fatores de produção tornaram-se menos produtivos, por um lado, e por outro lado, ocorre um aprofundamento de capital⁵⁴.

TABELA 8
Função de Produção
-Taxa de Crescimento – (1960-2000)

Período	Taxa de Crescimento				
	y	PTF	PTFD	k	H
1960-65	-1,11%	-3,74%	-4,62%	108,19%	0,00%
	-5,38%	-17,36%	-21,04%	48,26%	0,00%
1965-70	7,59%	6,54%	5,57%	95,64%	0,00%
	46,16%	37,28%	31,16%	-19,97%	0,00%
1970-75	-3,36%	-5,25%	-6,11%	108,82%	0,00%
	-15,45%	-23,64%	-27,05%	52,60%	0,00%
1975-80	9,86%	7,80%	6,82%	96,09%	0,00%
	63,72%	45,59%	39,10%	-18,10%	0,00%
1980-85	3,81%	2,35%	1,42%	102,67%	-1,79%
	20,97%	12,29%	7,28%	14,06%	-8,65%
1985-90	2,18%	1,94%	1,02%	100,63%	-1,44%
	11,52%	10,09%	5,19%	3,21%	-6,98%
1990-95	1,73%	1,12%	0,20%	101,88%	-1,36%
	9,03%	5,72%	1,01%	9,75%	-6,60%
1995-00	3,96%	3,75%	2,80%	98,23%	-0,98%
	21,87%	20,19%	14,83%	-8,54%	-4,80%
1960-00	3,08%	1,72%	0,80%	101,41%	-0,70%
	243,17%	98,12%	37,56%	75,21%	-24,44%

FONTE: Elaborada pela autora a partir dos dados da PWT, versão 6.1.

NOTA: Os valores em negrito são percentuais e correspondem à taxa de crescimento acumulada no período em questão.

⁵³ Para se ter uma idéia, para o Brasil a PTFD durante esse período é de aproximadamente 80,5 e k é de 2,1.

⁵⁴ Apesar da educação ter melhorado, isso apenas aconteceu nos ensinos, primário e secundário. O ensino terciário, não recebeu muitos investimentos, o seu desenvolvimento foi na base de convênios com outros países, portanto isso pode explicar o fato dos fatores tornarem-se menos produtivos, já que tecnologia mais avançada exige mão-de-obra mais qualificada.

No tocante a evolução dos fatores que compõem a função de produção, o componente que apresentou maior crescimento foi a produtividade total dos fatores ajudada fortemente pelo componente que é específico ao próprio país (PTFD).

O produto da economia apresentou um desempenho acumulado considerável, entretanto a educação não foi satisfatória, e isso talvez explique a estabilidade em relação ao retorno do capital que poderia ser maior devido a utilização de uma mão-de-obra mais qualificada.

TABELA 9
Taxa de Crescimento e Contribuição do Fator (1960-2000)

Período	Taxa de Crescimento		Contribuição do Fator				
	Y	Y anual	N	L/N	PTF	K/L	H
1960-65	11,08%	2,10%	3,11%	0,09%	-3,81%	3%	0,00%
		-0,98%	148,07%	4,52%	-181,42%	128,84%	0,00%
1965-70	71,00%	10,73%	3,07%	0,07%	6,34%	1%	0,00%
		7,43%	28,62%	0,64%	59,06%	11,68%	0,00%
1970-75	-11,61%	-2,47%	0,81%	0,08%	-5,39%	2%	0,00%
		-3,25%	-32,72%	-3,28%	218,60%	-82,60%	0,00%
1975-80	71,50%	10,79%	0,78%	0,15%	7,51%	2%	0,00%
		9,93%	7,19%	1,41%	69,64%	21,75%	0,00%
1980-85	39,69%	6,69%	1,40%	1,48%	2,32%	3%	-1,09%
		5,21%	20,98%	22,07%	34,68%	38,52%	-16,25%
1985-90	26,83%	4,75%	1,93%	0,64%	1,92%	1%	-0,87%
		2,77%	40,59%	13,54%	40,46%	23,67%	-18,25%
1990-95	22,00%	3,98%	2,25%	0,00%	1,11%	1%	-0,82%
		1,69%	56,51%	0,00%	28,00%	36,10%	-20,61%
1995-00	46,39%	7,62%	2,87%	0,79%	3,68%	1%	-0,59%
		2,10%	3,11%	0,09%	-3,81%	3%	0,00%

FONTE: Elaborada pela autora a partir dos dados da PWT, versão 6.1.

NOTA: Os valores em negrito são percentuais e correspondem à taxa de crescimento acumulada no período em questão.

A TABELA 9 é Composta pelas variáveis: Y é o produto total, N é população total, L/N é o coeficiente de participação (PEA/N), K é o capital físico e H é o capital humano. A segunda coluna refere-se à taxa de crescimento do produto entre o instante t+1 e t.

Em relação à taxa de crescimento do produto vê-se que em dois períodos, 1965-70 e 1975-80 são registrados valores elevados para esta variável, 71% e 71,5% respectivamente. O período entre 1965-70, o país ainda encontra-se sob domínio português, mas há uma mudança de postura do governo daquele país, que tenta introduzir relações de produção genuinamente capitalistas (pelos motivos já referidos), o que provoca uma re-estruturação da base produtiva com efeitos sobre o produto.

Em 1975, Cabo Verde torna-se independente e o estado do sistema produtivo incita a realização de investimentos de forma a permitir o surgimento de uma base produtiva capaz de promover o crescimento do país. No período entre 1970-75 a preocupação do país torna-se acima de tudo política (luta pela independência) em detrimento do setor econômico, o que pode justificar o comportamento negativo do produto.

TABELA 10

Decomposição Logarítmica do Crescimento de Cabo Verde (1960-2000)

Período	Taxa de Crescimento		Contribuição do Fator				
	Y total	Y anual	PTFD	Fronteira	K/L	H	PTF
1960-65	-5,38%	-1,11%	-4,73%	0,91%	2,71%	0,00%	-3,81%
			427,55%	-82,52%	-245,03%	0,00%	345,03%
1965-70	46,16%	7,59%	5,42%	0,91%	1,25%	0,00%	6,34%
			71,47%	12,02%	16,51%	0,00%	83,49%
1970-75	-15,45%	-3,36%	-6,31%	0,91%	2,04%	0,00%	-5,39%
			187,91%	-27,17%	-60,74%	0,00%	160,74%
1975-80	63,72%	9,86%	6,60%	0,91%	2,35%	0,00%	7,51%
			66,95%	9,25%	23,80%	0,00%	76,20%
1980-85	20,97%	3,81%	1,41%	0,91%	2,57%	-1,09%	2,32%
			36,94%	23,96%	67,64%	-28,53%	60,90%
1985-90	11,52%	2,18%	1,01%	0,91%	1,13%	-0,87%	1,92%
			46,38%	41,83%	51,60%	-39,80%	88,20%
1990-95	9,03%	1,73%	0,20%	0,91%	1,44%	-0,82%	1,11%
			11,64%	52,73%	83,01%	-47,38%	64,37%
1995-00	21,87%	3,96%	2,77%	0,91%	0,87%	-0,59%	3,68%
			69,90%	23,05%	21,96%	-14,91%	92,96%

FONTE: Elaborada pela autora a partir dos dados da PWT, versão 6.1.

NOTA: Os valores em negrito são percentuais e correspondem a fração aproximada do crescimento do produto por trabalhador atribuído ao fator em questão.

Nos anos posteriores, depara-se com uma economia, onde a taxa de crescimento médio anual do produto é de 6% a.a., registros significativos que coincidem com o período dos planos nacionais de desenvolvimento da economia.

No que diz respeito aos elementos que compõem a função de produção, nota-se que a produtividade total dos fatores foi a que apresentou a melhor performance e é a que mais contribuiu para o crescimento do produto ao longo dos anos.

Após os cálculos referentes à decomposição das taxas de crescimento e a identificação da componente produtividade, o passo seguinte é investigar através do método econométrico de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), a relação empírica que existe entre a produtividade e a abertura econômica, tarefa que será realizada na seção seguinte. Isto é, procura-se através de uma regressão simples verificar a veracidade da relação entre abertura e crescimento econômico para os dados de Cabo verde.

4.2.4 Comparações Internacionais

Utilizando-se dos cálculos de GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003), faz-se comparação da economia caboverdiana com outras 8 economias, Taiwan, Coreia do Sul, Botswana, Senegal, Honduras, Guatemala, Portugal e Estados Unidos da América. Através da Tabela 11, a seguir, para fim de comparação, apresenta-se a taxa de crescimento do produto de cada uma das economias, para o período de 1960-2000.

TABELA 11
Função de Produção
Taxa de Crescimento Segundo Países (1960-2000)

Período	Taxa de Crescimento				
	n	y	PTFD	k	H
Botswana	3,12%	6,06%	0,83%	1,93%	1,79%
Cabo Verde	2,04%	2,90%	2,23%	0,42%	-0,69%
Coréia do Sul	1,71%	4,89%	0,51%	1,03%	1,71%
Estados Unidos da América	1,19%	1,93%	-0,13%	-0,04%	0,64%
Guatemala	2,73%	1,46%	-0,78%	0,58%	0,99%
Honduras	3,15%	0,35%	-1,76%	0,95%	1,23%
Hong Kong	2,01%	5,71%	2,34%	-1,40%	1,10%
Portugal	0,42%	3,79%	-0,01%	1,28%	1,58%
Senegal	2,78%	-0,28%	-1,78%	1,18%	0,44%
Taiwan	2,09%	6,07%	1,64%	0,35%	1,43%

FONTE: Elaborada pela autora a dos cálculos elaborados por GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003).

A TABELA 11 sumariza os resultados da decomposição de crescimento, onde a segunda coluna se refere à taxa de crescimento populacional anual, a terceira diz respeito à taxa de crescimento anual do produto, a quarta, a produtividade total dos fatores descontada e as duas últimas colunas descrevem a taxa de crescimento anual do capital por produto e a taxa de crescimento anual do capital humano, respectivamente.

È possível ver a partir desta tabela que Cabo Verde apresenta uma taxa de crescimento populacional parecido com a de Hong Kong e Taiwan. Os outros dois países da África, Botswana e Senegal, foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional.

No tocante a taxa de crescimento do produto, Botswana e Taiwan, apresentaram as maiores taxas de crescimento, seguidos por Hong Kong e Coréia do sul, países que nessa década alcançaram um crescimento espetacular, que ficou conhecido como o “Milagre do Leste Asiático”. Cabo Verde, apresentou um crescimento é de apenas 2,09% ao ano, porém esse valor supera o crescimento de outros países que compõem a tabela, inclusive do país que pertence ao mesmo continente, o Senegal (não comparando com Botswana que é um caso também especial de

crescimento, de todos os países estudados por esses autores, este apresentou a maior taxa de crescimento, comparando com países de renda elevada, média e baixa.).

Em relação à produtividade total dos fatores descontada, Cabo Verde e Hong Kong, são os que apresentam maiores valores, apesar de Hong Kong, também ter registrado cifras significativas, no que diz respeito à taxa de crescimento de capital humano. Cabo Verde é o único país que registrou crescimento negativo do capital humano, pelos motivos já mencionados.

E finalmente, no que diz respeito às taxas de crescimento da relação capital produto e capital humano é visível que para todos os países, excetuando Cabo Verde e Senegal, a taxa de crescimento da segunda variável (capital humano) é maior, que foi a tendência observada por GOMES, PESSÔA e VELOSO (2003) para a maioria dos países que compõem a amostra estudada por eles.

4.3 Aplicação do Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

Essa seção tem por objetivo testar, através do método de MQO, para os dados de Cabo Verde, se existe ou não uma relação positiva entre abertura econômica e produtividade total dos fatores. Pois, pelo que já foi desenvolvido, um dos canais de ligação entre crescimento econômico e exportação é a produtividade. Os países que adotaram uma política de desenvolvimento voltada para o exterior foram aqueles que apresentaram maior produtividade dos fatores e essa produtividade como já foi dito, é resultado de externalidades que surgem a partir da abertura econômica, ou seja, a difusão de conhecimento (que pode ser através do produto e/ou do insumo), aumento dos mercados onde as firmas atuam e uma realocação de recursos.

A utilização do método de MQO justifica-se pelo fato de ter sido comumente utilizado por vários autores, por exemplo, De MELO e ROBINSON (1990), só que estes incluíram muito mais variáveis, o que foge ao escopo desta seção e do trabalho em geral⁵⁵.

Sem se ater a eventuais problemas que este método possa apresentar, o objetivo de sua utilização é de apenas testar se existe ou não uma relação positiva entre abertura econômica e produtividade total dos fatores.

⁵⁵ Aqui o interesse é apenas testar se existe ou não uma relação entre produtividade e abertura econômica sem levar em conta as políticas e incentivos à exportação. Para maiores detalhes consultar De MELO e ROBINSON (1990).

O modelo estimado mostra que realmente existe essa relação entre a PTF e a abertura econômica (ABERT) e além disso, que a produtividade tem um impacto positivo sobre o Produto Interno Bruto (PIB), como pode ser observado pela seguinte equação estimada⁵⁶:

$$PTF = 0,329 ABERT + 0,041 PIB + 0,0002 POP,$$

(0,000) (0,001) (0,000)

onde o *p-value* encontra-se entre parênteses e o R^2 foi de 0,884. Os resultados para Cabo Verde, tanto para a abertura, quanto para o PIB mostraram ser estatisticamente significantes.

4.4 Metodologia dos Vetores Auto-Regressivos (VAR)

A revisão da literatura, sobre a importância que as exportações e abertura econômica têm para o crescimento, oferece alguns métodos econométricos que podem ser utilizados. A maior parte dos trabalhos realizados, pelos estudiosos acima apontados, utilizava o MQO em dados de painel, comum quando o interesse é o estudo conjunto de vários países. Devido ao problema da endogeneidade, ou seja a determinação conjunta das variáveis, o uso do método MQO, pode levar a contaminação e a perda de eficiência das medidas econométricas usuais (*Teste F*, *T de Student*, etc.).

Mais recentemente, alguns autores têm aplicado a metodologia VAR para investigar a relação entre abertura e crescimento econômico, por ser um método que oferece mais liberdade, ou seja, não há necessidade de uso de qualquer tipo particular de equações a ser estimada⁵⁷.

Portanto esta seção tem por objetivo estudar a relação entre abertura econômica e crescimento econômico, a partir da aplicação do método de vetores auto-regressivos, VAR.

⁵⁶ O modelo foi controlado pelo tamanho da população (POP), já que foi utilizado o produto em vez do produto *per capita*.

⁵⁷ Ver os trabalhos de SHIGEYUKI e RAZAFIMAHEFA (2001) e SHARMA e PANAGIOTIDIS (2004). O primeiro destes faz uma análise para países que apresentam características geográficas, históricas e econômicas similares as de Cabo Verde.

4.4.1 Introdução ao Modelo VAR

Na economia a dependência de uma variável em relação à outra, ou outras variáveis, nem sempre é instantânea. Com muita frequência a reação de uma variável em relação à outra ocorre com um lapso de tempo.

Concomitantemente, a maioria das variáveis econômicas apresenta um processo de retroalimentação no que diz respeito a quem determina quem, ou seja, ocorre o fenômeno da endogeneidade e de determinação conjunta das mesmas.

O modelo de equações simultâneas foi muito utilizado para captar tais relações de endogeneidade, porém a utilização desse modelo requer a injunção de certas hipóteses, que procuram saber se o sistema pode ou não ser estimado, e se existe ou não somente uma solução. Nessa tentativa, assumem-se premissas, que muitas vezes não correspondem à teoria econômica ou então são fortes demais para serem levadas a cabo.

Para eliminar tais problemas de identificação que possa existir utiliza-se o VAR, que capta os padrões históricos de cada variável e seu relacionamento com outra, sem impor uma relação de causalidade *ad hoc*.

As equações do VAR, chamadas de primitivas, podem ser descritas da seguinte forma:

$$\begin{aligned} Y_t &= b_{10} - b_{12} Z_t + \gamma_{11} Y_{t-1} + \gamma_{12} Z_{t-1} + \varepsilon_{yt} \\ Z_t &= b_{20} - b_{21} Y_t + \gamma_{21} Y_{t-1} + \gamma_{22} Z_{t-1} + \varepsilon_{zt} \end{aligned}$$

onde, $\{Y_t\}$ é afetado pelos valores contemporâneos e defasados de $\{Z_t\}$, como também por ela mesma defasada, $\{Z_t\}$ depende do seu valor passado e a variável $\{Y_t\}$ no passado e no presente, ε_{zt} ε_{yt} são os erros que incluem choques econômicos oriundos de fatores exteriores ao sistema de equações. E como muito desses choques podem estar incluídos simultaneamente em ε_{zt} ε_{yt} é possível que os dois erros sejam correlacionados, portanto há necessidade em assumir que os mesmos não estão correlacionados.

Livre da necessidade de impor qualquer tipo de modelo para explicitar a relação entre abertura e crescimento, passa-se então a modelar o VAR para a economia Cabo-verdiana no período entre 1970-2000.

4.4.2 Evidência Empírica Utilizando o Modelo VAR

O modelo inclui as variáveis PIB a preços correntes e a exportação mais importação como proporção do PIB, como uma *proxy* de medida para a abertura econômica, para o período entre 1970-2000.

A utilização dessa *proxy*, justifica-se pelo fato dos inúmeros trabalhos realizados, dentre eles, o de EDWARDS (1997) realizado para 93 países, onde o mesmo fez experimentos utilizando 9 medidas de abertura, sendo que a aqui utilizada foi a melhor em termos estatísticos.

Os dados referentes às exportações e importações, medidas em milhões de dólares, foram disponibilizados pela organização mundial do comércio⁵⁸ e o PIB pelo Banco Mundial⁵⁹.

4.4.3 Resultados

Antes de especificar o VAR, a primeira tarefa é certificar se as séries são ou não estacionárias, pois a inclusão de variáveis não-estacionárias no modelo de regressão faz com que as estatísticas usuais, como o R^2 , *Durbin-Watson* e *t de Student*, não apresentem as características habituais.

Um processo estocástico é estacionário, quando obedecer a três requisitos básicos. Primeiramente, a média tem que ser constante ao longo do tempo; também ela precisa apresentar constância em sua variância e por fim, que a medida de covariância indique que a autocorrelação entre dois valores tomados a partir de períodos distintos, dependa somente do intervalo de tempo entre esses dois valores, ENDERS (2004).

Para determinar a ordem de integração das variáveis foi utilizado o teste de raiz unitária⁶⁰ *Dickey-Fuller Aumentado* (ADF). O teste de raiz unitária emprega a seguinte auto-regressão:

$$y_{t-1} - \sum_{j=1}^{p-1} \rho_{j+1} \nabla y_{t-j} + e_t$$

⁵⁸ Disponível em <http://stat.wto.org/statisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>.

⁵⁹ Disponível em CD-ROM (2000).

⁶⁰ Testar a presença ou não de raiz unitária assume grande relevância em termos de análise econômica, pois segundo NELSON e POLSEN (1982), a maioria das variáveis econômicas possui raiz unitária, e isso tem importância sobre a teoria dos ciclos econômicos. Para maiores informações consultar esses autores.

onde: α é o intercepto; t é a tendência, ∇ é o operador diferença ($\nabla Y_t = Y_t - Y_{t-j}$), e ∇Y_{t-j} é a própria variável dependente diferenciada e defasada.

TABELA 11
Teste de Raiz Unitária

Variáveis	Raiz Unitária	
	Especificação	Teste Estatístico
PIB I(0)	Com constante e tendência	-1,69543
	Com constante e sem tendência	0,32345
	Sem constante e sem Tendência	2,36284
ABERT I(0)	Com constante e tendência	-1,66025
	Com constante e sem tendência	-1,58114
	Sem constante e sem Tendência	0,25587
PIB I(1)	Com constante e tendência	-4,53498
ABERT I(1)	Com constante e tendência	-4,70244

NOTA: Quando as variáveis são em nível, a hipótese nula constatando a presença de raiz unitária não pode ser rejeitada para qualquer nível de significância e para todos as especificações. Sendo assim, os testes foram refeitos, mas desta vez com as variáveis diferenciadas e neste caso, a hipótese nula de que as variáveis apresentam raiz unitária foi rejeitada para qualquer nível de significância. Portanto, as variáveis foram consideradas integradas de ordem um I(1).

O número de defasagens é determinado pelo menor valor dos Critérios de Schwarz (SBC); Akaike (AIC); a estatística, Multiplicador de Lagrange (LM) e a estatística Q de Lung-Box, e visa eliminar a autocorrelação dos resíduos e finalmente, e representa a estrutura de erro, a qual assume-se ser identicamente e independentemente distribuída.

O teste de raiz unitária, testa a hipótese nula de presença de raiz unitária ($\rho = 1$) contra a hipótese alternativa de que a série é estacionária ($\rho < 1$), considerando a presença ou não da constante e/ou da tendência.

Para os cálculos da TABELA 11 vê-se que as duas variáveis são não-estacionárias e então há necessidade em se realizar a diferenciação, cujos resultados apontaram para variáveis integradas de primeira ordem.

Já que as duas variáveis são não-estacionárias e com mesma ordem de diferenciação é possível que elas apresentem uma relação de longo prazo, ou seja, sejam co-integradas e isso pode ser feito a partir do teste Johansen e Juselius, ENDERS (2004.).

Caso as variáveis sejam co-integradas as equações podem ser escritas em termos de modelo de correção de erros (VEC), cuja vantagem encontra-se no fato de que neste formato são incorporadas informações, tanto de curto prazo, quanto de longo prazo.

Nesse estudo, para testar a presença de vetores de co-integração foram utilizadas as estatísticas λ_{Trace} e λ_{Max} . Para testar a hipótese nula de que existem pelo menos r vetores de co-integração o modelo matemático aplicado é o seguinte:

$$H_0 : \lambda_i = 0, \text{ onde } i = r + 1, \dots, n$$

ou seja, somente os primeiros autovalores (λ) são diferentes de zero. Essa restrição pode ser imposta para diferentes valores de r. O próximo passo, consiste na comparação do valor do logaritmo da função de verossimilhança do modelo com restrição relativamente ao logaritmo da função de verossimilhança do modelo sem restrição. Esse teste é denominado de estatística de traço e é representada pela seguinte equação:

$$\lambda_{Trace} = -2 \log(Q) = -T \sum_{i=r+1}^n (1 - \lambda_i), \text{ onde } r = 0, 1, 2, \dots, n-2, n-1,$$

onde Q = (função de verossimilhança restrita maximizada ÷ função de verossimilhança sem restrição maximizada).

O segundo teste de significância é a estatística λ_{MAX} , também denominado de máximo autovalor, a qual é representada por:

$$\lambda_{Max} = -T \log(1 - \lambda_{r+1}), \text{ onde } r = 0, 1, 2, \dots, n-2, n-1,$$

onde λ_i , são os valores estimados dos autovalores. Nesse caso, a hipótese nula é que existem r vetores de co-integração, enquanto que, a hipótese alternativa é de que existam r+1 vetores de co-integração.

Os resultados para os testes de co-integração são apresentados na seguinte tabela:

TABELA 12

Resultados do Teste de Co-Integração de Johansen para as Estatísticas λ_{MAX} e λ_{Trace}

Hipótese Nula	λ_{MAX}	Valor Crítico	λ_{trace}	Valor Crítico	Eigenvalue
R = 0	3,86	10,60	4,74	13,31	0,12
R = 1	0,88	2,71	0,88	2,71	0,03

FONTE: Elaborada pela autora.

Os resultados obtidos mostraram que para ambas estatísticas, não há evidências de presença de nenhum vetor de co-integração ao adotar-se qualquer nível de significância. Portanto, as variáveis PIB e abertura econômica não apresentam uma tendência comum de longo prazo⁶¹. Dado que não existe nenhum vetor de co-integração, então, ao invés do modelo Vetorial de correção de Erro (VEC) deve-se estimar um modelo Vetor de Auto-regressivo (VAR).

Esses resultados aqui encontrados foram corroborados pelos trabalhos de SHIGEYUKI e RAZAFIMAHEFA (2001) para os seguintes países: Comores, Madagascar, Maurícias e Seychelles, países que apresentam muitas semelhanças, geográficas (à distância dos mercados mundiais) e históricas (a relação com os europeus) em relação a Cabo Verde.

A ordem de entrada das variáveis foi escolhida com base na teoria econômica e pela história⁶² do país, ou seja, primeiramente deve entrar a variável abertura econômica e só depois o PIB.

O modelo VAR (7) foi escolhido com base nos critérios AIC e SBC, que foram os menores, já que é de fundamental importância assegurar a ausência de correlação serial nos termos de erros e isso pode ser feito através da inclusão de um número de defasagens suficientes de forma a eliminar qualquer resíduo correlacionado.

Um dos objetivos precípuos do VAR é analisar os efeitos de choques individuais sobre a dinâmica do sistema, o que requer alguma adequação em relação a matriz variância-covariância dos resíduos, já que essa não é uma matriz diagonal o que pode aludir em choques em u_{1t} , u_{2t} , ..., u_{nt} , que podem ocorrer simultaneamente, isto é podem estar contemporaneamente

⁶¹A não existência de uma tendência comum de longo prazo entre essas duas variáveis pode ser explicada pelo comportamento anômalo do coeficiente de abertura econômica no período entre 1980-1985.

⁶²Esse procedimento também foi levado a cabo por SHIGEYUKI e RAZAFIMAHEFA (2001).

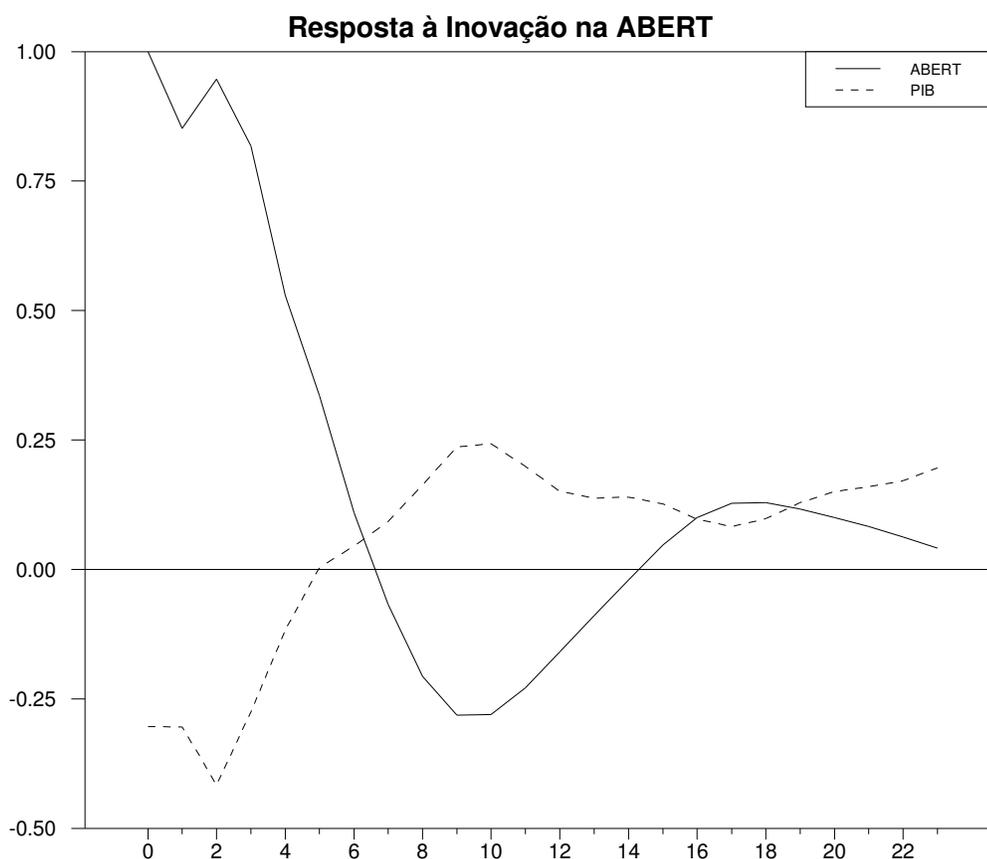
correlacionados, sendo necessário proceder a diagonalização da matriz variância-covariância e uma das formas de fazê-lo é através da decomposição de Cholesky, ENDERS (2004).

Através desse procedimento é possível verificar o efeito período a período, que um choque unitário de um desvio padrão, em apenas uma das variáveis do modelo tem sobre as demais, a isso se da o nome de impulso-resposta.

A FIGURA 7 abaixo, apresenta a função resposta de um impulso não antecipado da abertura econômica. Em relação à inovação sobre a própria variável (corresponde à linha cheia), o que se vê é uma queda exponencial, até aproximadamente o nono período (valores positivos até o sétimo período) e a partir daí ocorre uma reversão dessa tendência e passa a elevar-se, porém mais lentamente, até estabilizar-se entre o décimo quarto período e o vigésimo segundo. Portanto, os efeitos de aumento da abertura tendem a dissipar-se ao longo do tempo até se esgotar ao final de aproximadamente 22 períodos.

Um choque não antecipado na abertura provoca o seguinte efeito sobre o PIB: previamente ocorre uma queda nos dois primeiros períodos e posteriormente um período de recuperação que vai perdendo força ao longo do tempo, ou seja os efeitos positivos vão-se esvaindo, à medida que o tempo passa. Uma explicação plausível para tal procedimento é o fato de que, num primeiro momento o mercado interno se recente um pouco com a abertura, pois isso significa a entrada de mais competidores, porém ao se deparar com novos produtos que trazem consigo tecnologia embutida (que pode chegar ou através do produto, ou do insumo, ou ainda através da difusão do conhecimento), a própria dinâmica do mercado incorpora essa nova realidade e se comporta de forma a ganhar competitividade, ou seja, inovando.

FIGURA 7



FONTE: Elaborada pela autora.

Outra forma de analisar o inter-relacionamento dinâmico entre as variáveis é a partir da decomposição da variância dos erros de previsão. Esse procedimento separa a variância dos erros para cada variável em componentes que podem ser atribuídos por ela própria e pelas demais variáveis endógenas isoladamente e apresenta, em termos percentuais qual efeito que um choque não previsto sobre determinada variável tem sobre ela mesma e as demais variáveis.

Os dados para Cabo Verde apresentam o comportamento abaixo descrito pela TABELA 13. Observando-se a mesma tabela vê-se que as colunas 3 e 4 captam o percentual da variância dos erros de previsão em função de choques não antecipados ocorridos na primeira série ABERT (abertura econômica) e posteriormente no PIB (Produto Interno Bruto).

Ou seja, a terceira e a quarta coluna medem quais os efeitos que um choque não previsto sobre ABERT tem sobre ela mesma e sobre o PIB ao longo do tempo. Verifica-se que no

primeiro momento toda a explicação é dada pela própria variável, e decorridos 24 períodos, cerca de 30% da variância dos erros de previsão da ABERT é atribuída pela variável PIB.

TABELA 13
Decomposição da Variância

SÉRIE:	PERÍODO	ABERT	PIB
ABERT	1	100,00	0,00
	5	87,85	12,15
	10	85,07	14,92
	15	83,19	16,80
	20	76,87	23,12
	24	69,69	30,30
PIB	1	9,23	90,77
	5	20,41	79,58
	10	11,71	88,29
	15	7,73	92,26
	20	4,6	95,34
	24	3,33	96,67

FONTE: Elaborada pela autora.

Portanto, apesar da abertura ser influenciada pesadamente por ela mesma, o PIB também assume certa importância no comportamento da primeira.

Contrariamente, ao comportamento exercido pelo choque sobre a abertura econômica, um choque sobre o PIB afeta fortemente a si mesma, e a contribuição da abertura é decrescente ao longo do tempo (depois de 24 períodos, apenas cerca de 3% das variações são atribuídas à variável, ABERT), pois, após um determinado período, as possibilidades criadas pela maior extensão do mercado são rapidamente absorvidas pela competição.

Enfim, a estimação do modelo VAR (7) e a decomposição da variância do erro de previsão e a função impulso resposta que advém dessa estimação, permitiram ver que a relação entre abertura e PIB parece ser verdadeira para os dados da economia caboverdiana.

Também foram realizados outros exercícios semelhantes a este, com o intuito de testar a robustez da relação existente entre abertura econômica e o nível do produto, quando se aplica a metodologia de Vetores Auto – Regressivos.

Foram realizados dois exercícios com a variável PIB e a abertura econômica, sendo que a definição da segunda variável sofreu modificações. Para um primeiro exercício definiu-se a variável abertura econômica como sendo a exportação como proporção do produto, denominado de EXPIB.

Para a aplicação do VAR faz-se o estudo preliminar das duas séries procurando-se saber se as mesmas são ou não estacionárias. Pelo teste de Dickey Fuller Aumentado, observou-se que as duas séries eram não estacionárias e integradas de ordem 1. Dado que a ordem de integração é a mesma é possível investigar uma possível tendência comum de longo prazo entre as duas variáveis, através do teste de Johansen, cuja hipótese de existência de vetores de co-integração foi rejeitada, permitindo-se assim, a utilização de um modelo VAR simples.

Através dos critérios de Akaike (AIC) e Schwarz (SBC) multivariado, optou-se por um Var de ordem 4, cuja função impulso resposta e a decomposição da variância encontram-se abaixo:

FIGURA 8
Resposta À Inovação na Variável EXPIB

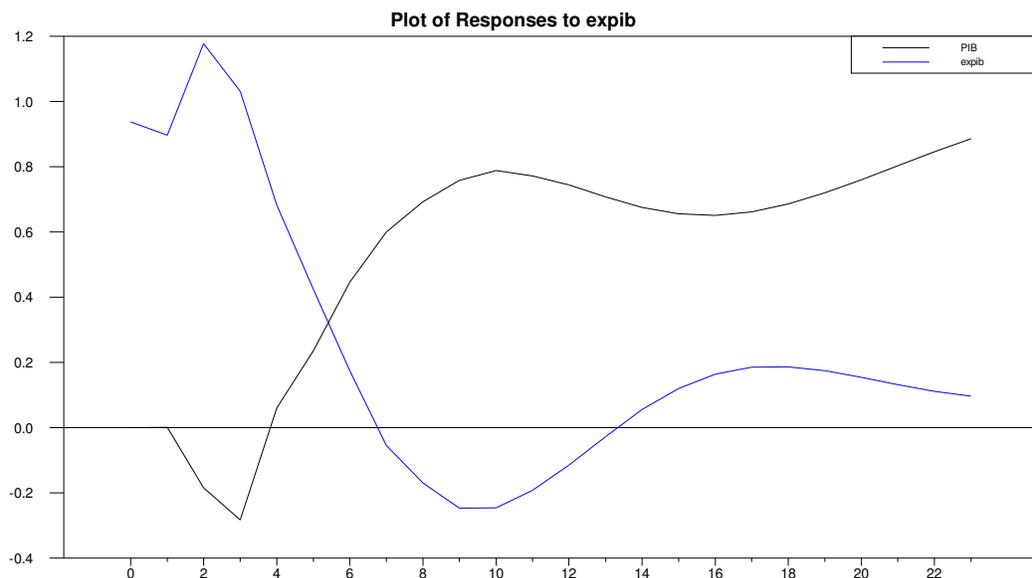


TABELA 14
Decomposição da Variância

SÉRIE:	PERÍODO	EXPIB	PIB
EXPIB	1	87,84	12,15
	5	95,08	4,91
	10	94,20	5,79
	15	94,03	5,96
	20	93,39	6,60
	24	92,54	7,45
PIB	1	0,00	100,00
	5	6,06	93,93
	10	64,73	35,26
	15	55,30	44,69
	20	55,90	44,09
	24	55,39	44,60

FONTE: Elaborada pela autora.

O comportamento das variáveis, PIB e EXPIB nesse exercício é similar ao realizado anteriormente. Um outro exercício também realizado com as mesmas séries, PIB e abertura, agora esta última sendo denominada de IMPIB e definida como importação como proporção do produto, levou a resultados parecidos aos do exercício acima. Ou seja, analisaram-se as séries, que não foram estacionárias e apresentaram uma ordem de integração, não sendo encontrado entretanto, qualquer vetor de co-integração, permitindo assim, a aplicação de um VAR (4) simples, cuja decomposição da variância e a função de impulso resposta é apresentada a seguir:

FIGURA 9
Resposta à Inovação na Variável IMPIB

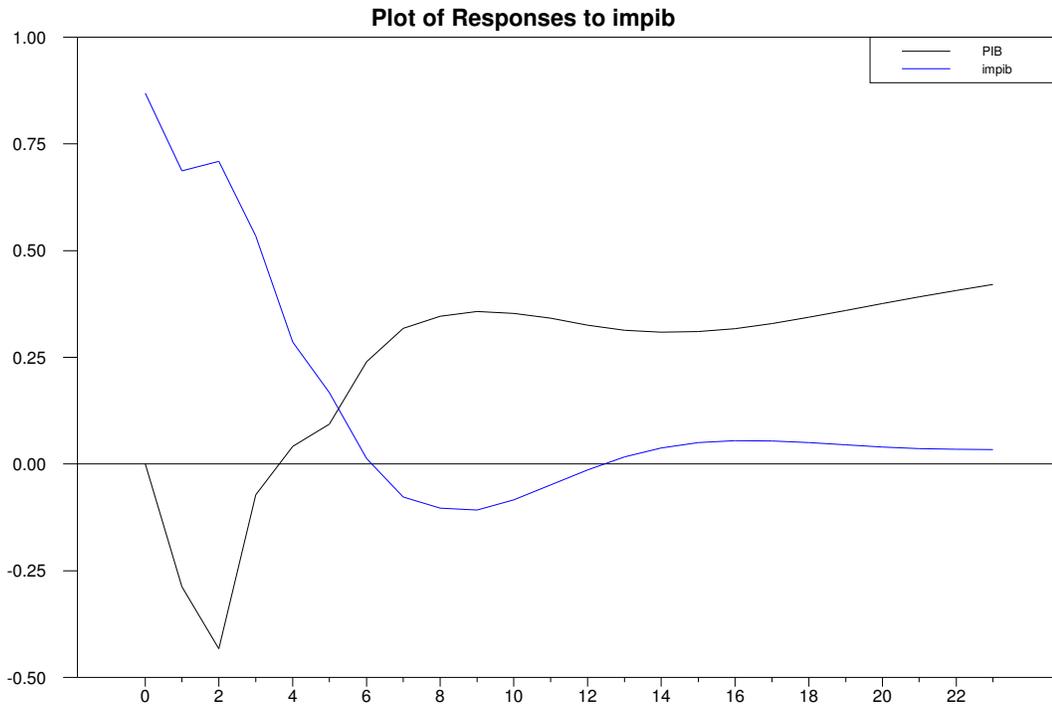


TABELA 15
Decomposição da Variância

SÉRIE:	PERÍODO	IMPIB	PIB
IMPIB	1	75,69	24,30
	5	71,65	28,34
	10	71,51	28,48
	15	71,10	28,89
	20	70,80	29,19
	24	70,47	29,52
PIB	1	0,00	100,00
	5	8,84	91,15
	10	11,83	88,16
	15	14,80	85,19
	20	16,18	83,81
	24	17,02	82,97

FONTE: Elaborada pela autora.

E finalmente, foi feito um terceiro exercício, onde foi incluído a PTFD como sendo uma terceira variável do sistema que é composto pelas variáveis PIB e abertura (ABERT), definida como exportação mais importação como razão do produto. Neste caso, a análise da série PTFD, que corresponde ao estudo preliminar, deu indicações, pelo método de Dickey Fuller Aumentado, de ser estacionária, ou seja integrada de ordem zero.

Não tendo a mesma ordem de integração das demais variáveis, PIB e ABERT, qualificadas como integradas de ordem 1, não é possível investigar a existência de uma possível relação comum de longo prazo para as três séries. Para as duas outras séries como já tinha sido constatado, não apresentaram qualquer vetor de co-integração, permitindo-se assim, a utilização do var simples.

Pelos critérios AIC e SBC multivariado optou-se por um VAR (4) cuja função impulso resposta e a decomposição da variância são apresentadas a seguir:

FIGURA 10
Resposta à Inovação na Variável ABERT

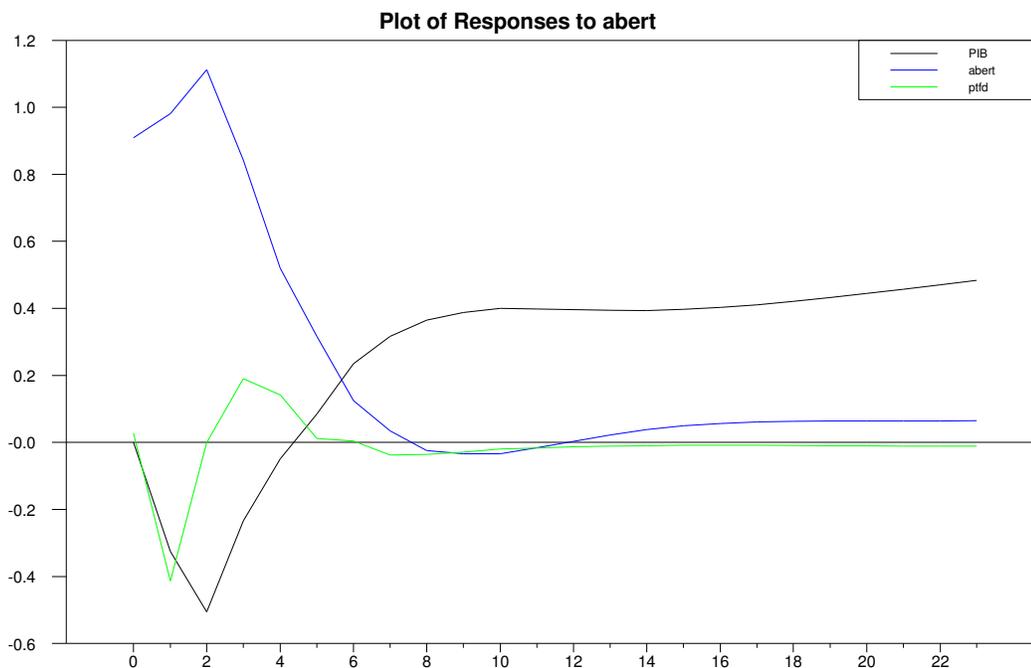


TABELA 16
Decomposição da Variância

SÉRIE:	PERÍODO	ABERT	PIB	PTFD
ABERT	1	82,54	17,45	0,00
	5	85,35	8,61	6,03
	10	84,43	8,77	6,79
	15	83,58	9,63	6,77
	20	82,89	10,41	6,69
	24	82,20	11,18	6,61
PIB	1	0,00	100,00	0,00
	5	12,51	83,42	4,05
	10	15,92	80,80	3,27
	15	20,27	77,51	2,21
	20	21,64	76,74	1,61
	24	22,39	76,30	1,29
PTFD	1	0,07	0,03	99,88
	5	14,58	18,83	66,57
	10	14,76	18,79	66,43
	15	14,81	18,82	66,36
	20	14,82	18,89	66,28
	24	14,83	18,96	66,19

FONTE: Elaborada pela autora.

A resposta à inovação pode ser interpretada da seguinte maneira: um choque não antecipado sobre a variável ABERT (abertura), tem um efeito semelhante aos outros exercícios, sobre ela mesma e sobre o PIB. No que diz respeito a variável PTFD, ela exibe um comportamento similar ao PIB, num primeiro momento ela acompanha a queda que ocorre na variável PIB, pelos motivos já referidos e num segundo momento quando a economia se recobra e os agentes econômicos incorporam as novas informações, a produtividade da economia se recupera juntamente com o PIB.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES

A principal contribuição que este trabalho procura oferecer, consiste em apresentar evidências sobre a importância que a abertura econômica tem para a economia de Cabo Verde. Buscando apresentar, através da formação econômica e social de Cabo Verde, as características de sua realidade que apontam para a necessidade da relação com exterior no intuito de permitir o crescimento, e além disso, promover mudanças e inovações na economia local, a fim de superar a escassez de recursos.

Essa pesquisa, permite observar que a economia caboverdiana sempre foi caracterizada por uma grande dependência em relação aos recursos externos, justamente pela sua fraca capacidade produtiva e pela gama de problemas estruturais que a afligi. Embora, tenham sido levados a cabo uma série de esforços de desenvolvimento, sentidos mais intensamente com os planos de desenvolvimento, estes não conseguiram, de todo, eliminar os gargalos, que compõem a estrutura sócio-econômica, apesar de terem exercido um papel muito importante para o processo de desenvolvimento do país.

A escassez de recursos e a forma como foram realizados a descoberta e o povoamento, permitiram o surgimento de uma sociedade caracterizada, por um setor produtivo fraco e sem nenhum incentivo ao setor privado. Ou seja, um país que foi guiado durante um longo período de tempo pela forte estatização, porém, procurou a partir de relações comerciais suprir a grande limitação de produção e de mercados, apesar da balança comercial se apresentar fortemente deficitária.

Este trabalho também permite observar, que a economia caboverdiana apresenta um coeficiente de abertura elevado e uma estrutura econômica pouco diversificada, caracterizada por concentrações tanto no que diz respeito aos produtos, quanto aos países de destino, e com uma tendência de crescimento ao longo do tempo. No que concerne a pauta exportadora, Cabo Verde, apresenta uma estrutura muito concentrada em alguns produtos primários, principalmente, produtos do mar, que induz a fortes oscilações das receitas provenientes desse setor, totalmente dependente do sistema de preços e de quantidades demandadas por economias externas. A fragilidade dessa economia é também visível, no que diz respeito aos países de destino das exportações, que são eminentemente voltadas para a economia portuguesa.

Essas características são devidas à pequena dimensão da área geográfica, à fraca dotação dos recursos e matérias primas, à estreiteza do mercado interno, aspectos que limitam a

possibilidade de se alcançar níveis eficientes de produção e aproveitar as economias de escala provenientes do processo de abertura, e que a classificam como pertencente ao grupo de Pequenas Economias Insulares (PEI), cujos aspectos têm conseqüências importantes sobre o seu funcionamento⁶³. Devido a essa estreiteza de mercado e a falta de alternativas capazes de garantir renda suficiente⁶⁴, um dos meios pelos quais a economia procura fechar as suas contas é através das remessas dos emigrantes que representa aproximadamente 20% de tudo o que é produzido no país, fazendo com que as remessas dos emigrantes ganhem expressividade muito cedo.

Assim, o comércio exterior exerce um papel importante para a economia caboverdiana, pois, permite que novos produtos ou insumos sejam incorporados ao mercado interno permitindo que a competitividade faça parte dessa realidade. Essa contribuição poderia ser maior, em termos de inovação, se a pauta exportadora não fosse muito concentrada em poucos produtos primários, mas sim em bens manufaturados.

Testou-se empiricamente a relação existente entre abertura e crescimento econômico, sendo que para isso foi necessário analisar a função de produção de Cabo Verde, com o intuito de verificar a evolução da produtividade total dos fatores dessa economia, pois este é um dos elos de ligação através dos quais a abertura afeta o crescimento.

Um dos primeiros resultados que a decomposição da taxa de crescimento nos sugere para a economia caboverdiana é de que o crescimento parece ser eminentemente resultado do aumento na produtividade total dos fatores (PTF). Outro resultado empírico constatado para os dados de Cabo Verde é que parece existir uma relação significativa entre abertura econômica e produtividade total dos fatores

Apesar da importância que o comércio apresenta para a economia caboverdiana, mesmo deficitário para esse país, a aplicação da técnica de co-integração, mostrou que, essas variáveis não apresentam uma tendência comum de longo prazo, porém, a ocorrência de tal fato, pode ser justificada, como já foi dito, pelo comportamento anômalo do coeficiente de abertura econômica no período entre 1980-1985, período referente ao início do planejamento da economia caboverdiana.

Enfim, devido à fragilidade da base produtiva e de outros gargalos, há necessidade em promover mudanças estruturais que dêem suporte ao setor exportador para que este consiga

⁶³ As características comuns as PEI são: pouca diversificação do sistema produtivo, fraqueza da capacidade institucional, elevado grau de abertura econômica, forte dependência em relação ao exterior, etc.

⁶⁴ O turismo tem um papel muito importante como fonte de renda para o país.

impactuar positivamente sobre o crescimento de longo prazo, e para isso é imprescindível a diversificação dos investimentos necessários ao alargamento do mercado interno, à criação de uma dinâmica de articulação externa (acordos de cooperação e ajuda de instituições multilaterais) que melhore as condições de funcionamento dos investimentos estrangeiros e aumente a capacidade de atrair novos investimentos.

Paralelamente a isso, poderia se desenvolver outros setores como o turismo, que segundo o Instituto Nacional de Estatística, que praticamente não contribui para o PIB (em 1992 o turismo representava 1,2% do PIB e em 2000, 3,86%), em um país onde as características são propícias ao desenvolvimento dessa atividade.

APÊNDICE

TABELA A.1

Evolução das Importações por Produtos (em milhares escudos) 1990-2000

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Animais Vivos e Prod. Do Reino											
Animal	414000	405000	488000	596000	n.d.	881000	837900	889300	1024900	1217200	1255800
Leite em Pó	260000	296000	377000	408000	n.d.	586000	607300	495200	616400	721800	552300
Manteiga	51000	16000	13000	22000	n.d.	10000	16600	17000	16500	18800	26800
Produto do Reino Vegetal	670000	892000	2169000	1414000	n.d.	2132000	1801500	3042000	2472300	2825900	2171700
Feijão	67000	38000	174000	103200	n.d.	243000	11900	208800	349800	327800	222000
Milho	191000	97000	980000	329000	n.d.	560000	161400	1027000	599400	672200	278400
Batata	54000	55000	82000	110000	n.d.	197000	88000	123700	152000	224500	153500
Arroz	180000	328000	437000	413000	n.d.	445000	616300	834500	625400	845800	711600
Trigo em Grão	41600	163000	139000	177000	n.d.	45600	207000	255700	220100	179100	203000
Gorduras, Óleos Gordos	409000	383000	812000	358000	n.d.	930000	925900	804600	1078900	871600	854000
Banha	38000	87000	87000	60000	n.d.	50000	97600	50800	82000	28000	49400
Óleo de Oliva	125000	50000	147000	76000	n.d.	153000	153300	167200	81600	18100	157400
Prod. Da Ind. Alimentar, Bebidas	1176000	1283000	1614000	1916000	n.d.	2567000	2662200	2571400	3222100	3343300	3862100
Açúcar	306000	279000	293000	416000	n.d.	500000	630500	564000	664700	485400	452900
Cerveja	26000	29000	37000	51000	n.d.	61000	54000	94200	329600	461000	730300
Vinhos	137000	148000	150000	207000	n.d.	255000	274700	209200	222200	225000	174100
Produtos Minerais	1044000	1349000	1194000	1272000	n.d.	1995000	2305200	2111200	21949400	1746000	2681200
Cimento	325000	528000	385000	588000	n.d.	826000	846900	922700	815000	919900	992300
Fuel Oil	39000	85000	29000	16000	n.d.	170000	106600	116200	57800	89800	367000
Diesel Oil	305000	324000	306000	352000	n.d.	528000	521000	554500	482700	564600	613000
Gasolina	79000	94000	95000	91000	n.d.	87000	99500	114800	101000	107500	172800
Petróleo	116000	60000	93000	33000	n.d.	46000	41600	23500	35000	64200	10900
Produtos Químicos	496000	561000	559000	717000	n.d.	1055000	978200	1135700	1375100	1678300	1458500
Antibióticos	4000	3000	5000	0	n.d.	11000	37400	4300	9800	0	0
Matches	14000	16000	17000	21000	n.d.	21000	15000	15000	20000	0	0
Outros Produtos Farmacêuticos	79000	94000	133000	128000	n.d.	211000	274000	295000	0	0	0
Plásticos e Borracha	372000	414000	536000	452000	n.d.	607000	727000	765700	797800	852000	808900
Peles, Couros e suas Obras	21000	21000	19000	35000	n.d.	33000	37000	25500	25100	35500	31400
Prod. Derivados de Madeira	282000	304000	296000	329000	n.d.	642000	519300	523800	518300	651800	572700
Mat. Prima para fabrico de Papel	248000	223000	258000	261000	n.d.	357000	389300	464400	558000	585400	507000
Têxteis	211000	261000	258000	322000	n.d.	288000	428800	467000	560500	590300	573700
Sapatos	44000	69000	67000	82000	n.d.	157000	136800	127100	174800	149100	172200
Pedras e Produtos de Vidro	207000	255000	311000	285000	n.d.	536000	508400	591800	721300	734200	667800
Metal e Produtos de Metal	681000	857000	723000	906000	n.d.	1374000	1557600	1323600	1631900	1585500	1795300
Maq. e Equip. Eléctrico	975000	1682000	1554000	1417000	n.d.	3420000	3198900	3626600	3886600	4260000	4427100
Material de Transporte	1915000	1186000	1021000	1645000	n.d.	1688000	1600000	2654700	1510400	2612000	2474400
Outros	331000	323000	355000	380000	n.d.	732000	720900	811800	887100	1331600	1068100
Total de Importações C.I.F. Produtos	9496000	10468000	12234000	12387000	n.d.	19394000	19335400	21936300	22394600	25483900	27516500
Alimentares	2669000	2963000	5083000	4284000	n.d.	6510000	6227500	7307400	7798200	8258100	8143600
Derivados de Petróleo	539000	563000	523000	492000	n.d.	831000	768600	809000	1676400	826000	1163800
Outros Produtos	6288000	6942000	6628000	7611000	n.d.	12053000	12339300	13819800	13919900	16399800	25211500

FONTE: Dados disponibilizados pelo Banco de Cabo Verde

TABELA A.2

Evolução das Exportações por Produtos (em milhares de escudos) 1990-2000

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produtos											
Agrícolas	134580	117600	92430	36320	n.d.	3120	0	0	1250	3680	0
Banana	134580	117600	92430	36320	n.d.	3120	0	0	1250	3680	0
Produtos do Mar	188600	106970	204550	194780	n.d.	163120	170770	261850	180910	184580	90100
Peixe											
Enlatado	11600	8320	9540	1960	n.d.	3530	650	77450	280	110	4000
Peixe											
Congelado	131980	3710	52330	61310	n.d.	40240	97860	78640	99440	120390	42800
Peixe Fresco	5020	13910	35050	13120	n.d.	21970	19300	71790	5150	15420	14400
Crustáceos e Lagostas	40000	81030	107630	118390	n.d.	97380	52960	33970	76040	48660	28900
Outros Produtos	71420	71220	4230	81200	n.d.	473520	875260	1047050	841890	975440	1181900
Calçado e Partes de Calçado	0	0	0	0	n.d.	415700	586360	812810	609490	670770	658700
Vestuário Interior e Exterior	0	0	0	0	n.d.	0	187760	154790	192620	236440	447000
Couro e Peles	6620	5220	3900	3340	n.d.	5100	3130	4770	5960	4280	1200
Componetes											
Electrónicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	43650	29900
Outros	64800	66000	330	77860	n.d.	52720	98010	74680	33820	20300	45100
Total de Exportações¹	394590	295790	301200	312300	n.d.	639760	1046020	1308910	1024050	1163690	1272000

FONTE:Dados disponibilizados pela Direção Geral de Estatística/Banco de Cabo Verde.

¹ O Total de Exportações inclui as Exportações **foB** segundo as Estatísticas do comércio Externo, antes de serem efetuados os ajustes correspondentes às reexportações o total do crédito dos bens transformados.

As variáveis contidas na TABELA A.3 abaixo, são provenientes do Instituto Nacional de Estatísticas e do Banco de Cabo Verde e estão disponíveis na Penn World Table versão 6.1 e são descritas da seguinte forma: Pop: População total de Cabo Verde definida em milhares; PIBrgdpl: Produto Interno Bruto per capita, calculado segundo o método de Laspeyres, cujo ano índice foi 1996; PIBpc: Produto Interno Bruto per capita medido a preços correntes; PIBpW: Produto Interno Bruto por trabalhador, calculado segundo a PEA; Ci: Investimento como proporção do Produto Interno Bruto per capita medido a preços correntes; Ki: Investimento como proporção do Produto Interno Bruto per capita medido a preços constantes de 1996; AME: Anos médios de escolaridade da PEA; PEA: População Economicamente Ativa.

TABELA A.3**Base de Dados para o Cálculo da Decomposição da Taxa de Crescimento**

Ano	Pop	PIBrgdpl	PIBpc	PIBpW	Ci	ki	AME	PEA
1960	196	993,4441	994,471	2936,764	23,21627	21,38191	1,66	0,34
1961	198,7	1074,056	1076,971	3178,698	22,79763	21,33132	1,66	0,34
1962	204,1	1000,12	992,3426	2932,126	17,34411	16,453	1,66	0,34
1963	211,4	940,1842	921,9572	2709,791	11,57207	11,07257	1,66	0,34
1964	219,9	999,3453	979,6364	2888,672	10,93165	10,2792	1,66	0,34
1965	229	962,2745	945,4842	2778,882	12,68057	12,11701	1,66	0,34
1966	238,1	1097,368	1081,608	3176,656	14,0419	13,06782	1,66	0,34
1967	246,7	1355,072	1326,776	3894,731	8,933366	8,551509	1,66	0,34
1968	254,6	1372,544	1348,209	3955,205	10,96527	10,32677	1,66	0,34
1969	261,4	1329,591	1309,223	3842,284	14,56121	14,13582	1,66	0,34
1970	267	1406,115	1386,658	4061,551	15,67534	15,22965	1,66	0,34
1971	270,3	1280,978	1262,048	3693,578	14,64596	14,0309	1,66	0,34
1972	272,8	1221,405	1200,363	3508,244	13,67219	13,49725	1,66	0,34
1973	274,7	1273,062	1253,85	3662,376	13,03344	11,50713	1,66	0,34
1974	276,4	1136,464	1123,908	3284,523	15,40706	13,60663	1,66	0,34
1975	278	1194,388	1177,19	3434,08	12,94266	11,28492	1,66	0,34
1976	279,7	1208,395	1195,517	3475,087	18,42659	17,00206	1,66	0,34
1977	281,5	1186,118	1180,212	3433,52	24,16065	24,60421	1,66	0,34
1978	283,7	1393,823	1375,219	3992,241	18,94341	18,11019	1,66	0,34
1979	286,2	1422,359	1413,222	4094,77	24,19915	23,18464	1,66	0,35
1980	289	1962,883	1941,989	5622,202	19,65209	18,98429	1,66	0,35
1981	292,3	2009,912	2008,507	5730,549	21,06463	20,36575	1,58	0,35
1982	296	2017,155	2024,276	5694,544	24,20293	23,33921	1,44	0,36
1983	300,2	2245,189	2249,937	6230,233	22,00255	21,21077	1,23	0,36
1984	304,8	2382,802	2379,845	6492,425	19,40145	18,99115	0,95	0,37
1985	310	2532,399	2529,064	6801,065	19,14643	18,73859	1,30	0,37
1986	315,6	2524,2	2520,392	6741,436	18,8912	18,22199	1,25	0,37
1987	321,6	2638,114	2632,86	6998,909	15,88118	15,23467	1,20	0,38
1988	328	2803,487	2789,494	7360,331	12,24904	11,62254	1,15	0,38
1989	334,6	2925,364	2910,457	7628,169	13,02969	12,44004	1,10	0,38
1990	341,4	2926,052	2912,658	7584,474	12,05494	11,74403	1,05	0,38
1991	346,5	2887,12	2880,313	7500,247	14,33221	13,73775	1,01	0,38
1992	353,7	2797,911	2797,518	7284,653	18,51141	18,67622	0,97	0,38
1993	362,4	2893,704	2894,18	7536,357	20,14583	19,78843	0,93	0,38
1994	372	2978,245	2979,556	7758,674	21,97301	21,84725	0,89	0,38
1995	382	3174,334	3175,767	8269,601	21,03018	20,91342	0,85	0,38
1996	392,6	3194,098	3194,098	8317,334	19,19469	19,19469	0,82	0,38
1997	403,6	3248,743	3248,743	8374,821	17,41961	17,65854	0,79	0,39
1998	415,3	3331,606	3332,79	8506,208	15,55224	16,17293	0,77	0,39
1999	427,8	3658,336	3656,148	9239,797	15,58345	16,39162	0,74	0,40
2000	441	4026,528	4027,108	10078,23	13,78642	14,24784	0,71	0,40

FONTE:Dados disponibilizados pela Direção Geral de Estatística/Banco de Cabo Verde. Disponíveis na Penn World Table, versão 6.1

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As Grandes Opções Do Plano. Uma Agenda Estratégica, 2001 República De Cabo Verde , setembro de 2001.

BHAGWATI, J, 1978. **Foreign Trade Regimes and Economic Development Autonomy and Consequences of Exchange Control Regimes**. Cambridge, Massachusetts.

BALASSA, B., 1978a. **Export and Economic Growth: Further Evidence**. *Journal of Economics*, v. 5, nº 3, p. 181-189.

BALASSA, B., 1978b. **Export Incentives and Export Performance in Development Countries: A Comparative Analysis**. *Weltwirtschaftliches Archive*, v. 114, nº 1, p. 24-61.

BANCO DE CABO VERDE, 2003. **Boletim de Estatísticas (1999-2000)**. Praia, Banco de Cabo Verde.

BARRO, R.; LEE, J, 2000. **International Data on Educational Attainment: Updates and Implications**. Harvard University, August.

BILS, M; KLENOW, 2000. **Does Schooling Cause Growth?** *American Economic Review*, 91 (4): 1006-1030.

DE MELO; ROBINSON, S, 1990. **Productivity and Externalities: Models of Export-Led Growth**. Working papers 387, World Bank, March.

EDWARDS, S., 1997. **Openness, Productivity and Growth: What Do Really Know?** National Bureau of economic Research, working paper, 1997, <http://papers.nber.org/papers/w5978>.

ENDERS, W., 2004. **Applied Econometric Time Series**. University of Alabama, Second edition.

ESTÊVÃO, J., 1999. **Bases metodológicas para uma abordagem do desenvolvimento cabo-verdiano**. II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial/ Universidade Federal de Rio de Janeiro, Primeira Parte, pp. 355-361.

FARIAS, J., 2000. **Exportações do Rio Grande do Norte: Crescimento, Vantagens Comparativas Reveladas e o problema da Concentração**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco.

FEDER, G, 1982. **Openness, Trade Liberalization and Growth in Development Countries.** *Journal of Economic Literature*, v. 31 (set): 1358-1393.

FERREIRA, EDUARDO, 1998. **Reflexão Sobre o Modelo de Desenvolvimento Caboverdiano.** Documento de trabalho nº 52, CESA, Lisboa.

GOMES, V.; PESSÔA, S e VELOSO, 2003. **Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira: Uma Análise Comparativa.** EPGE-FGV, Ensaios Econômicos # 483.

GROSSMAN, G e HELPMAN, E, 1993. **Innovation And Growth in the Global Economy.** The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, Quarta impressão.

KAVOUSSI, M. D, 1984. **Export Expansion, Growth And Further Empirical Evidence.** *Journal of Development Economic*, 14, p. 245-250, North-Holland.

KRUEGER, A., 1966. **Some Economic Costs of Exchange Control: The Turkish Case.** *Journal of Political Economic*, 74: 46-480.

KRUGMAN, P; OBSTFELS, M., 2001. **Economia Internacional, Economia E Política,** Makron Books, 5ª edição, São Paulo.

MASSEL, B., 1964. **Export Concentration and Fluctuation in Export Earnings: A Cross-Section Analysis .** The American Economic Review, vol. 54, nº 2.

MATA,D.F.;HIDALGO,A.B., 2003 a. **Estrutura E Desempenho do Comércio Internacional No Estado de Pernambuco.** Textos para Discussão PIMES, nº 466, p. 1-23.

MATA,D.F.;HIDALGO,A.B. A, 2003b. **Especialização do Nordeste Brasileiro e o Estado de Pernambuco no Comércio Exterior.** Textos para Discussão PIMES, nº 465.

MENDES, ANA., 1998. **Cabo Verde: Uma Economia Dependente de Ajuda Externa.** Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de São Paulo

MICHAELY, M., 1977. **Export And Growth: An Empirical Investigation.** *Journal of Development Economics*, v. 4, p. 49-53.

MOON, B., 1997. **Export, Out-Oriented Development, And Economic Growth.** Department. Of International Relation, Lehigh University, Bethlehem, September.

MOSCHOS, M., 1987. **Export Expansion, Growth and the Level of Economic Development: An Empirical Analysis.** *Journal of Development Economics*, 30, p. 93-102.

NELSON, C.; PLOSSER, C. Trends and random walks in macroeconomic time series. *Journal of Monetary Economics*, 10, p.139-162, 1982.

PESSÔA, S., 2004. **A Experiência de Crescimento das Economias de Mercado Nos Últimos 40 Anos**. Disponível em <http://epge.fgv.br/portal/pessoas/docente/2007/producoes/A.html>, acessado em Dezembro de 2004.

PRESCOTT, EDWARD, 2002. **Prosperity and Depression**. *American Economic Review*, 92 (2): 1–15.

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL PARA O DECÊNIO 2001-2010, 2001. Ministério do Planejamento e Cooperação, Praia, República de Cabo Verde, 2001.

PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, I PND (1982-1985); II PND (1986-1990, vol. I e II); III PND (vol. I e II, 1992-1995). Ministério do Planejamento e Cooperação, Praia, República de Cabo Verde.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1998 Washington: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento.

ROSSETTI, J.P, 1990. **“Introdução à Economia”**. 14ª Edição, Ampliada e atualizada. São Paulo: Atlas.

SHARMA, A. e PANAGIOTIDIS, T, 2004. **An Analysis Of Export And Growth in Índia: Co-integration and Causality Evidence (1971-2000)**. Department of Economics, Loughborough University, UK, March.

SHIGEYUKI, H. e RAZAFIMAHEFA, I; 2001. **Trade and Growth Relationship: Some Evidence from Comoros, Madagascar, Mauritius and Seychelles**. Graduate University of Economics, Kobe University.

SMITH, A., 1974. An enquiry into the nature and causes if the wealth of nations. **The Glasgow Edition of the works and correspondence** of Adam Smith, volume I, Coleção os Economistas São Paulo, Nova Cultura.

SUBSAT, T., 2002. **Does Export Promotion Increase Economic Growth? Some Cross – Section Evidence**. *Development Policy Review*, 20 (3): 333 - 349.

THOMAS, M., 1986. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre a Sua Aplicação prática; Ensaio sobre a população. Notas aos Princípios de economia política de Malthus David Ricardo**. Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 2ª edição, Nova Cultura.

TYLER, G. W., 1981. **Growth and Export Expansion in Development Countries, Some Empirical Evidence.** *Journal of Development Economic*, 9, p. 121-130, North-Holland Publishing Company.

WOLFF, EDWARD, 1991. **Capital Formation and Productivity Convergence Over The Long Term.** *American Economic Review*, 81 (3): 565-579.

WORLD BANK, 2000. **WORLD DEVELOPMENT INDICATORS**, CD-ROM.